



Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Vanda Maria da Cruz Esteves.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Joana Severino Vaz, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Vanda Maria da Cruz Esteves e Tiago Manuel Rodrigues Pereira.

Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta – David da Fonseca Martins, José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarro, Helena Paula Mano de Almeida Coelho, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, Sofia de Jesus de Vidigal e Almada, Jorge Miguel dos Santos Bico, Helena Guerreiro Murta, João Norberto Dias Conde e Vanda de Lurdes Nunes Rafael Pombo.

CHEGA – Sandra Sofia de Almeida Madeira, Sílvia Maria Pereira Godinho, Bartolomeu Lança Pereira, Rui Fernando Martins Gabriel e Cláudia Sofia Santos Vicente.

Coligação Democrática Unitária – João Paulo Rodrigues Pires, Miguel Tiago Crispim Rosado e João Manuel Martins da Silva.

LIVRE – Maria de Fátima Calado Pereira.

Presidentes de Junta – Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Tiago Miguel Dinis Cardoso (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Maria do Carmo Pato Tiago e os Srs. Vereadores: Paulo Manuel Maia da Silva, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Ana José Manita Vaz de Carvalho, António Carlos Almeida Cachaço, Edgar Alberto Cardim de Jesus e Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentou justificação de falta, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, por motivo de doença, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 e na alínea j) do n.º 1, ambos do Artigo 29.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.



Da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta apresentou pedido de substituição, Bruno Alexandre Ganhão Vigário, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CH apresentaram pedidos de substituição, Luís Filipe Aleluia Machado da Costa e Luís Miguel Leitão Maurício, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 e 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Simão Monteiro Calixto, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet e Eusébio Manuel Candeias, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Iniciativa Liberal apresentou pedido de substituição, Susana Paula Rosa Bicho, conforme documento registado sob o n.º 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada Independente/Deputado Não Inscrito apresentou pedido de substituição, Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, os Presidentes: da Junta de Freguesia de São Sebastião, Bruno Alexandre Marcos Frazão, tendo sido substituído pelo vogal Vasco José Laranjo Valgrande Patacas Gonçalves, e da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída pela tesoureira Cátia Alexandra do Rosário Figueiras, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista do SET-V 25, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Cláudio Filipe Ribeiro da Cruz, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Rui Miguel Alberto da Costa Branco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Luís Manuel Barreto Leitão, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da IL, Flávio Miguel Matos Lança, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, para substituir o Independente/Deputado Não Inscrito, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Como é habitual a primeira fase é a do período da intervenção do público, para o qual temos 5 inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 15 a 19, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Fernanda Rodrigues – Boa tarde a todos! Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e através de si cumprimento todo o executivo, assim como todos os deputados municipais, o público presente e os que nos ouvem em casa.

Como sabem, eu sou da Associação dos Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado; estamos hoje aqui, novamente, no passado dia 29 tivemos uma reunião com a Sra. Vice-Presidente e com alguns técnicos da área do Urbanismo para avaliar a problemática da Comenda e das praias da Arrábida.

E ficámos, portanto, a saber do andamento dos processos jurídicos, dos 12 processos que esta Câmara Municipal tem contra a família Mirpuri.

Ficamos satisfeitos, por um lado, que a maioria dos partidos políticos eleitos nesta Assembleia já tomaram partido, a CDU, o PS e até o partido CHEGA, porém lamentamos que o Setúbal de Volta não tenha feito publicamente uma tomada de posição sobre esta matéria, sobre este assalto à nossa Serra da Arrábida.

Somos, como sabem, uma associação independente e apartidária, porém, é importante que se tome partido, porque há na vida alturas que temos de tomar partido das coisas, e esta posição política é muito importante, uma vez que o Setúbal de Volta ganhou esta Câmara, é governante de Setúbal e parece-me que é imprescindível que tome uma posição clara, objetiva e pública, que saia na comunicação social a sua posição. Relativamente aos processos jurídicos, como sendo a Associação que, desde o início em 2019, colocou os primeiros processos jurídicos sobre a Arrábida e sobre a Comenda, nós propomos sermos constituídos assistentes nos processos que a Câmara tem e acho que é justo e legítimo que sejamos aceites nessa qualidade.

Sobre o processo antigo 190/05.6TBSSTB, mais conhecido pelo processo da ponte, em 2005 no tempo em que ainda era vivo o Xavier de Lima, foi colocada uma nova ponte no Parque de Merendas da Comenda. Essa ponte deu origem a um processo que o Xavier de Lima colocou à Câmara Municipal e à então Junta de Freguesia da Anunciada. Mais tarde os herdeiros, filho e viúva, desistiram do processo, é a chamada desistência de causa, o que implica na prática, como sabem os juristas, que nunca mais, seja quem for o proprietário da dita Herdade, que eram várias parcelas e que hoje se chama incorretamente Herdade, nunca mais seja privada, mas sempre pública e impossível de privatizar.

Todas estas questões relativamente à Comenda e às praias da Arrábida, são uma bandeira dos setubalenses e todos juntos vamos defrontar esta intenção da família Mirpuri de roubar as praias da Arrábida, assim como outras áreas relativas à Arrábida.

Continuamos a afirmar que esta luta tem de ser apartidária, unitária pela defesa do nosso património ambiental, histórico e cultural contra a iniciativa do negócio imobiliário desta família. Trata-se da defesa da nossa identidade comunitária e do respeito deste povo que vive em Setúbal.

A Arrábida é do povo e as praias são nossas! Muito obrigada.

Isabel Maldonado – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, senhores deputados, restante executivo da Câmara Municipal de Setúbal, senhores presidentes das Juntas de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores, boa tarde!

Estou aqui enquanto representante da Associação pela Arrábida e Estuário do Sado, quero de novo abordar a questão dos acessos e dos caminhos.

Nós ficámos bastante felizes por saber que o acesso às praias, com o devido estacionamento, foi aberto. Soubemos disso, também, na dita reunião de Câmara, e que já foi mencionado pela minha colega.

Também soube hoje que o caminho municipal 1056 estava livre de obstáculos e se irão abrir o dito caminho para peões? Ficamos também contentes, porque foi dado acesso à população do Vale da Rasca para vir pela Estrada Nacional 10-4.

Não obstante, nós achamos que o acesso pela 1056 deveria ser aberto, tanto quanto possível, para as viaturas que têm acesso à Nacional 10-4, não só para aliviar o trânsito da 10-4, como para uso daquele caminho.

Segue, também, a desmatagem dos corta-fogos que têm ainda bastante carga combustível e penso que irá ser feito, embora isto não dependa da Câmara Municipal de Setúbal, pois deve ser feita e a Câmara Municipal deve insistir para que esta desmatagem seja feita.

Quanto a estas situações, achamos que isto deve ser apenso na “Arrábida Sem Carros”, para que no dito regulamento sobre a “Arrábida Sem Carros” isto não seja uma exceção, isto seja escrito preto no branco para que não haja dúvidas sobre estes direitos adquiridos agora pela população.

Na reunião com a Sra. Presidente e com os outros 2 técnicos que a vieram apoiar, foi abordado a questão de haver vaivéns entre Setúbal e a Figueirinha ou Setúbal e outros pontos na estrada, desde que os carros não fiquem estacionados na berma, servirem apenas para levar os cidadãos às praias e ao Parque de Merendas.

Que, finalmente, se cubra aqueles buracos que existem no Parque de Merendas da Comenda e que haja um estacionamento no parque de Merendas, nem que seja para cargas e descargas, porque só assim possibilitam um uso efetivo da dita área.

Também foi abordado por nós na dita reunião, a legalidade e a legalização e os pedidos de legalização das atividades da Herdade da Comenda no dito Palácio da Comenda, como casamentos, batizados e quejandos. Não sabemos se a Câmara Municipal já recebeu algum pedido, alguma informação sobre essa matéria? Porque nós achamos que, também, os veículos que vão para a Herdade da Comenda, para esse espaço, vão ter um impacto significativo sobre a área do Parque de Merendas e sobre Nacional 10-4 que dizem que parte dela está a aluir.

Muito obrigada pela atenção, um resto de bom dia e bom trabalho.

José Costa – Muito boa tarde a todos, o meu nome é José Luís Costa, moro em Azeitão e tenho um problema neurológico e sou gago, mas vou tentar fazer o melhor que posso.

O que me move desta vez, é a sinistralidade rodoviária, circulo muito nas estradas e em muitas localidades é quase impossível transitar nas infraestruturas.

Em consequência da fiscalização dos limites de velocidade, entre o Casal do Marco/Setúbal e vice-versa deve ser colocada a informação relativamente a esse facto.

Os agentes do Estado, os agentes policiais começam e fazem aquilo que não devia ser feito. Primeiro, sinalizar bem a atenção para que vão circular com o radar ligado e as consequências depois são muito aborrecidas. Acho que não era necessário, desde que as pessoas tivessem a sensatez de resolver o assunto. Vivemos em democracia, portanto, temos o dever e o direito de protestar.

A Estrada Nacional 10, Brejos de Azeitão, Rua de Lisboa, junto ao Novo Banco e Lar de Idosos, a calçada está levantada, o que é muito problemático, porque uma pessoa que vai ao Banco frequentemente anda a romper os pneus, o que já aconteceu e aconteceu inclusivamente a mim.

A Rua de Lisboa, Sete Rios, Campo Grande, Avenida Estados Unidos da América, Marechal António Spínola, Avenida Infante Dom Henrique, têm buracos em todos os trajetos. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa devia ter mais cuidado com a maneira como são tratados os habitantes, porque não se admite de maneira nenhuma numa zona destas, isto foi por onde eu passei não é pela cidade, mas por onde eu passei fiz este trajeto desde Sete Rios até ao Hospital da CUF e deparei-me com essa situação.

Senhor Ministro das Infraestruturas, a Estrada Nacional 10, Pinhal de Negreiros, Boa Água, Quinta do Conde, Sesimbra, ou seja, a Estrada Nacional 10, Pinhal de Negreiros, Boa Água, Quinta do Conde, Sesimbra o alcatrão está completamente degradado.

No meu carro anda já há algum tempo uma folha que diz precisamente isto mesmo, que é para as pessoas perceberem o que é que têm que fazer todos os dias para se defenderem dos problemas que surgem nas nossas estradas.

A estrada 379, Rotunda do Autocarro de Palmela, o asfalto está destruído, têm de refazer asfalto.

Vila Nogueira de Azeitão, Praça da República, Rossio, sinal vertical de trânsito destruído na saída da Praça da República para a Estrada Nacional 10 em direção a Setúbal é incrível como é que há mais de um ano está assim... e eu continuo a ajudar sempre que posso.



Já enviei uns quantos e-mails para que o problema deste sinal vertical fosse resolvido, porque muito, sinceramente, nós estamos em Azeitão e em Azeitão viveu há alguns tempos o Marquês de Pombal e esse homenzinho, esse senhor não sei o que é que teria feito.

A calçada levantada já referenciei e é urgente tomar conta daquela ocorrência. Existem vários buracos no asfalto em Brejos de Azeitão na Rua Mário Viegas, portanto, nós moradores que passamos lá todos os dias vemo-nos e desejamo-nos para não ter problemas.

Jardim, regras, agradeço ao Presidente da Junta de Freguesia em Azeitão que, antes dele andei quase meio ano a regar o jardim ao lado do Posto Médico. Presentemente, vou pedir autorização ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, em virtude do terreno que comporta as árvores é arenito, não sei é assim que se diz, mas as árvores se não levarem água vão secar. No ano passado não secaram, porque reguei-as eu e ainda são bastantes, são umas 9 ou 10. Senhor Presidente, você é responsável, mande regar estas árvores, se faz favor. E desculpe lá o imperativo.

Em Vila Nogueira de Azeitão, na Rua Adelino da Palma Carlos, plantar árvores na parte nascente. Uma destas árvores foi plantada por mim e está lá grandinha e bem verde. Vila nogueira de Azeitão, estacionamento do Posto Médico, o terreno é muito arenoso e o asfalto está degradado.

Em Brejos de Azeitão, na Rua da Escola Preparatória, pode-se pensar que foi engano, mas não, é mesmo isto. Rua Escola Preparatória em entroncamento com a Nacional 10, em Azeitão, é necessário resolver aquele assunto.

Presidente da Mesa – Senhor José Luís, peço desculpa, tinha 5 minutos, já ultrapassou 2, já vai em 7 e agradecia que pudesse concluir até que para a semana, dia 17, há outra Assembleia e pode voltar aqui com todo o gosto para continuar com as suas preciosas intervenções.

José Costa – Senhor Presidente agradeço a V^a. Exa. a honestidade de me dar mais um bocadinho e agradeço muito, não utilizo mais tendo em conta que V^a. Exa. me garante que daqui a uma semana me dá mais uma ajudinha e vou terminar.

Tudo de bom para o senhor, senhores deputados, Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal e para todos os presentes e também para aqueles que nos estão em casa a ver online que tenham um bom fim de semana. As minhas desculpas por demorar um bocadinho.

Presidente da Mesa – Muito obrigada pela sua intervenção, nós potenciamos ao máximo a intervenção dos munícipes, mas também temos de ser aqui parcimoniosos na gestão do tempo, é apenas isso. Agradeço a sua intervenção.

A Sra. Vice-Presidente e o Sr. Presidente da Junta, depois se quiserem fazer alguma intervenção, irão fazer de seguida.

Chamo agora o Sr. David Sousa, o qual pediu para não ser filmado e gravado, portanto pedia aos serviços que cortassem a imagem, e que a gravação fosse só áudio para efeitos de Ata.

David Sousa – Uma boa tarde a todas as pessoas que aqui se encontram.

Vou falar acerca de umas obras que estão a acontecer à frente do hipermercado do LIDL, no Bairro do Liceu. Estas obras começaram há mais de 6 meses e o cartaz, junto das obras, diz que as obras deverão demorar cerca de 150 dias, gostava de saber a que é que se deve o atraso nestas mesmas obras, que a meu ver estão atrasadas. E gostava de saber quando é que as obras terminarão?

Também acerca destas obras, eu verifiquei, há uns dias atrás, que estavam obras a decorrer num sábado, e eu creio que não é permitido por lei haver obras ao sábado. Houve obras no sábado de manhã e à tarde e estas obras provocam muito ruído e, também, me parece que a permanência dos operários nestas obras, vejo por vezes apenas um operário, dois, três e talvez por isso estas obras estejam a ser tão longas.

Gostava, também de perceber que tipo de dinâmica é que existe ali, porque me parece que além das obras de estacionamento, que são óbvias, na rua adjunta da entrada do supermercado, são obras que têm a ver também com esgotos, parece-me a mim, mas gostava de perceber de que se tratam.

Já agora, há um descampado mesmo em frente, nessa zona das obras que agora está cheia de areias, cheia de pedras. Este descampado teve lá um cartaz, há cerca de 5 anos atrás, que dizia que se trata de um terreno privado e que não é da Câmara, e que é um terreno que está ali vazio há 20 anos ou há mais, se calhar há 30 anos e que não serve para nada. Também gostava de perguntar se existe algum plano para aquele terreno, que poderia ser um Parque para se estar com árvores e que não há nada ali.

Mudando de assunto, o Parque Urbano da Várzea começou-se a construir em 2018 ou 2019, houve, entretanto, a pandemia, mas estamos em 2026 e o Parque ainda não está concluído, gostava de perceber o que é que conduziu a este atraso?

Mudando novamente de assunto, existe um outro descampado em frente à Escola Preparatória do Bocage, na parte mais a sul, um descampado bastante grande que lá está lá também há cerca de 30 anos, mais até, e não tem nada também. É um espaço onde poderia haver um Parque, um jardim, árvores para se estar e não tem mesmo nada. Queria saber, também, porquê? Dir-me-ão, que talvez se trate de um terreno privado e penso que estas questões terão de ter algum tipo de solução para estas zonas, onde não há nada e queria perceber, tratando-se de terreno privado se não existe alguma forma de lidar com este tipo de situações, porque é óbvio, não é? É um local onde pode haver muita coisa a acontecer e não há nada.

Passando para o último assunto, quero falar acerca das ciclovias, eu reparei que a Câmara construiu algumas ciclovias, por exemplo, na Praça dos Combatentes e noutros locais. As ciclovias que tinham sido pintadas anteriormente pelo executivo anterior, nomeadamente na Avenida Rodrigues Manito, na estrada que vai para Azeitão, mas no sentido oposto, ali na rotunda junto ao Continente, creio que aí também há uma ciclovia que, como não voltou a ser pintada, já não se vê e eu ando de bicicleta e não haver ciclovias e as ciclovias que já não se veem deixa-nos bastante expostos.

Se alguns de vocês andam de bicicleta em Setúbal sabem o risco que se corre, porque os ciclistas não são respeitados pelos condutores e não havendo ciclovias o risco de sermos atropelados é muito elevado.

Quero, também dizer, para terminar, que as novas ciclovias que foram construídas, que acho bem que tenham sido, a meu ver não são muito visíveis pelos peões e creio que a maioria das pessoas não reparam bem que se trata de ciclovias. Essa é a minha experiência.

Gostaria de agradecer a vossa atenção, uma boa tarde e muito obrigado.

Presidente da Mesa – Não se vá embora, porque surgiram aqui duas dúvidas.

Uma era, quando falou na estrada em frente ao LIDL, qual delas, a da Avenida de Moçambique ou a outra que liga ao Parque da Várzea?

David Sousa – As obras que estão a acontecer especificamente desde o início da entrada do LIDL, desde a rotunda até ao cimo.

Presidente da Mesa – E a outra questão, era se a ciclovia era uma ciclovia ou uma via partilhada?

David Sousa – Chamei ciclovia, porque são vias que estão no passeio e que estão marcadas no chão em vários sítios da cidade, e eu deduzo que sejam ciclovias.

Presidente da Mesa – Ok. Não sei se há mais alguma dúvida? Não.

Muito obrigada, já vai haver resposta.

David Sousa – Muito obrigado pela atenção.

Presidente da Mesa – Voltamos a ter imagem e a ter transmissão online. Agora chamo o senhor Rui Artífice.

Rui Artífice – Boa tarde a todos os presentes.

Venho mostrar o meu descontentamento devido à situação da minha mãe. A minha mãe é uma senhora com 84 anos e atribuíram-lhe uma habitação social num terceiro andar e por várias vezes já me dirigi aos serviços municipais e o que me disseram foi que tinha de falar com os vizinhos para arranjar uma solução.

Não tenho de arranjar solução nenhuma, é esse o papel dos serviços.



Entretanto, por mensagens, consegui entrar em contacto com pessoas aqui presentes, deram o meu contacto e a Dra. Bárbara ou a Dra. Sara entrou em contacto comigo e a solução que havia é que há uma casa disponível, mas na situação do senhor aceitar ir viver para a Rua do Mormugão e aí havia uma solução para a minha mãe.

Como eu sou de Setúbal vim a conhecer e estive dentro do n.º 9 da Rua Ema Grill e está uma casa vazia. Vazia sem ninguém num 1.º andar. Estou descontente porquê? A minha mãe tem duas próteses nas ancas e duas próteses nos joelhos. Por várias vezes que vou aos serviços e solução, nada.

Tenho de começar a enviar mensagens tipo louco, a dizer que vou fazer greve de fome aqui à porta da Câmara para ver se arranjam uma solução. Mas solução não vejo nenhuma e estou aqui presente e quero que me arranjam uma solução e muito rápido, porque a minha mãe tem 84 anos. Estou num estado nervoso, como deve dar para perceber, porque isto já se arrasta há muitos anos.

A minha mãe trabalhou 50 anos na indústria conserveira, acho que merece viver os últimos anos dela com dignidade e assim sendo os presentes têm de arranjar uma solução.

Há aqui muitas pessoas presentes que sabem da situação, porque já expus esta situação a várias pessoas e a solução é zero. E o que a senhora me diz é que se o senhor aceitar ir para a Rua do Mormugão depois a sua mãe vai para lá, mas se o senhor não aceitar a sua mãe continuará no terceiro andar sem elevador. Mas o estado de saúde da minha mãe cada vez mais se agrava. Não sei qual é a solução que os senhores têm, não sei sinceramente.

Rui Artífice – Desde 2019 que pedem exames médicos, por várias vezes já fui com a minha mãe ao Médico de Família e já entreguei os exames médicos. Solução? Nada! Entretanto consegui o número de um senhor que está aqui, o vereador Paulo Maia e tentei que isto não chegasse a este ponto. Solução, nenhuma. Quero que me arranjam uma solução para a minha mãe viver os últimos anos da vida dela dignamente, é só o que eu peço.

Vice-Presidente da Câmara – Boa tarde, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os autarcas aqui presentes e os deputados municipais, os técnicos, público e as pessoas que estão a assistir em streaming. Relativamente às primeiras duas intervenções, vou responder simultaneamente às duas, porque acho que o assunto é o mesmo.

De facto, tivemos uma reunião que correu bem, na altura pensei que não tinham ficado com dúvidas, pelo menos tudo o que estava disponível tentei esclarecer juntamente com as técnicas, obviamente. Também ficaram de enviar a identificação dos processos judiciais e creio que já mandaram.

Não é verdade que não tenhamos tomado uma atitude pública relativamente ao facto das praias serem públicas. Eu, pessoalmente já fiz várias entrevistas, a última foi para a RTP1, onde afirmei a posição da Câmara, aliás, também vos disse isto na reunião, onde para nós as praias são públicas, estamos muito atentos, temos as ações a correr em tribunal e nunca escamoteámos esse assunto. Para nós as praias são públicas, mas também já disse que os processos estão a decorrer nos tribunais e enquanto os processos não estiverem resolvidos, a única coisa que podemos fazer é litigar nos tribunais.

Recentemente e a propósito de publicitarmos a nossa posição, foram colocados já dois placares, um está na rotunda de Castanhos, sei porque vi e já tínhamos decidido pôr “as praias são públicas – Câmara Municipal de Setúbal” e vi quando fui para casa e vi em primeira mão. Há outro placar em Setúbal, agora não sei muito bem em que rotunda está, mas sei que estão em duas rotundas com muita visibilidade. Os placares referem a posição da Câmara relativamente à posição que sempre tomámos, quer eu, quer a Presidente da Câmara de que as praias são públicas e não arredamos pé dessa convicção e dessa situação e tudo faremos e já estamos a fazer, nomeadamente com as ações judiciais e com a publicitação desta posição.

Depois, a questão de se poderem constituir assistentes, não domino o processo, até lhes disse que eram os advogados que estão a patrocinar os processos, sabem, têm conhecimento, é uma questão de verem com eles, mas deixe-me dizer que sei que vocês, por iniciativa própria, informaram-me que já tinham colocado uma providência cautelar.

Então, vocês, não obstante ou sem embargo de se poderem vir a associar, se isso for possível nesta altura do processo, mas vocês têm meios próprios para andarem, para litigarem e têm-no feito e acho muito bem que o façam.



A sua convicção, eu também tive conhecimento disso aqui há uns anos, de ter havido um processo em tribunal, o tribunal decidiu e não há que ter receio, decidiu e está decidido, e essa convicção já ninguém lhe tira e afirmou-se perentoriamente, portanto, acho que sim, nem estou nos processos judiciais a litigar, mas tenho a mesma opinião que você.

Estes receios todos que temos, acho que são receios que hão de vir mais cedo ou mais tarde, porque os tribunais levam algum tempo a resolver as situações, e há de vir tudo ao de cima, como o azeite.

A questão do caminho e da Rasca, já disse na reunião de Câmara e volto a dizer, se algum dos senhores deputados ou se a Associação conseguir arranjar mais quatro efetivos da GNR para colocarmos no caminho, nós abrimos o caminho. Aqui a questão é sempre a mesma, é que para nós abrimos os acessos à estrada da Figueirinha e para controlar esses acessos para que depois nós não tenhamos as forças de segurança e a Proteção Civil, a Capitania e todos aqueles que estão connosco nesse processo, a não assumir cada um as suas responsabilidades, nós temos que pôr as cancelas e temos que pôr a GNR.

Ainda agora, por termos aberto o parque de estacionamento formal da Figueirinha que, efetivamente, tínhamos verificado que, apesar de alegadamente poder estar ocupado, estava livre, e nós vimos isso e estamos a monitorizar isso, nós abrimos, mas só enquanto houver lugares no parque de estacionamento, porque não podemos deixar as pessoas estacionarem na estrada, se não temos as outras pessoas todas contra a Câmara. Quando digo pessoas, são as forças de segurança, a Proteção Civil, a GNR, por aí adiante. Eu não tenho efetivos, porque se não era mais um espaço onde as pessoas podiam passar, como é óbvio, mas, de facto, não existe e se alguém conseguir isso, eu agradeço.

A questão do Vaivém, a Carris já faz isso e o percurso é muito grande para se pôr o Vaivém como nós já temos lá no Creiro. Efetivamente, o autocarro vai até determinado ponto e depois há o Vaivém que vai até lá abaixo, porque aquilo realmente é muito íngreme, são muitas escadas, e do outro lado, também, até Galapos e aí temos o Vaivém, que já vem do executivo anterior e acho que é uma boa medida.

Aqui em Setúbal o percurso é muito maior, temos estado a ver com a Carris, porque de 10 em 10 minutos seriam eles próprios o Vaivém. Efetivamente, estamos a fazer essa experiência, tudo isto tem sido experimental, portanto, não há recuos, vamos fazendo as experiências até conseguirmos mais ou menos. É difícil agradar a todos, mas que as coisas fiquem resolvidas.

Espero que os autocarros de 10 em 10 minutos e com os desdobramentos todos que sejam necessários, que se ultrapasse essa questão.

A questão dos buracos das escavações arqueológicas, esse é um processo que está na cultura, está no Ministério da Cultura e está a decorrer os seus termos, não é através da Câmara, é através do Palácio da Comenda, mas já nos fizeram perguntas sobre esse assunto, daí eu saber que está no Ministério da Cultura. Também desconheço se nós agora poderíamos ir mandar tapar os buracos, uma vez que é jurisdição do Parque Natural da Arrábida, é domínio público marítimo e está no Ministério da Cultura, portanto, teríamos que ver.

Quanto a fazer estacionamento no Parque da Comenda, eu acho que vocês têm toda a legitimidade para irem fazer essa pergunta ao Parque Natural da Arrábida, eu já a fiz e não autorizam, mas se autorizarem, muito bem, depois digam-nos, mas não autorizam e é uma competência do Parque Natural da Arrábida.

Sobre os eventos, lembra-se que eu pedi à Diretora do Departamento para explicar melhor do que eu a questão, eu expliquei-lhes mais ou menos o procedimento, mas não fosse estar eu a cometer algum lapso e pedi-lhe e ela, de facto, explicou e depois voltou-me a explicar que se enquadra no licenciamento zero, portanto, há o licenciamento zero e os eventos enquadram-se no licenciamento zero, que é aprovado pela Direção-Geral das Atividades Económicas.

Não obstante, eu pedi para se fazer um e-mail à Direção-Geral das Atividades Económicas para nos dizer se, efetivamente, no portal já tinham submetido o pedido ou não. Porque, como eu disse na outra vez, submete-se o pedido e sai uma autorização provisória que depois há de convolar.

Relativamente à desmatção, eu acho que o vereador Paulo Maia já tinha referido isso, é porque até 30 de junho era da responsabilidade dos proprietários, a partir daí é que nós conseguimos notificar dando um prazo e caso não o façam poderemos então intervir.

Não sei se o vereador tem mais alguma coisa a dizer sobre isto? Não!

Estamos a fazer esse trabalho.



Aquela parte para prevenir os incêndios, que é o principal, aquele caminho até à vigia, isso já foi resolvido, foi logo resolvido. Estão-se a resolver outras questões das prioritárias e essa era das prioritárias, se houver um incêndio é gravíssimo na Serra da Arrábida.

Depois, também, temos ali alguns problemas, como sabe, que é da área também como eu, que por vezes na zona do Parque Natural da Arrábida nem sempre é possível uma desmatização assim a eito, porque depois há as espécies autóctones, há os valores naturais em presença, mas estamos em cima do assunto. Claro que não conseguimos de um dia para o outro limpar todos os terrenos, estamos a fazer o melhor possível nas zonas mais críticas.

Sobre a reparação das calçadas, foi dirigido ao Sr. Presidente da Junta, estamos em articulação com o Sr. Presidente da Junta, não sei se depois ele querará dizer mais alguma coisa.

Em relação ao sinal vertical do Rossio, vou pedir ao meu serviço, já que tenho a mobilidade, para ir lá ver qual é esse sinal, porque eu moro ali e passo por ali e nunca reparei, mas também já sei o trânsito de cor, já não preciso olhar para os sinais, mas vou ver.

Relativamente à Estrada Nacional 10 e à 379, são da jurisdição das Infraestruturas de Portugal, portanto, essa questão é com as Infraestruturas de Portugal.

Apesar de nós termos tido reuniões com as Infraestruturas de Portugal, estamos sempre a alertar, aliás, estivemos com o Vice-Presidente das Infraestruturas de Portugal, ontem ou anteontem, ambos falámos da situação da EN 10, da 379 e das coisas urgentes que há aqui no concelho e que é da competência deles, mas estamos sempre a alertar para isso e ainda foi há dois dias que o fizemos.

Quanto às obras, não sei se a Eng^a. Lénia tem alguma coisa a acrescentar relativamente a estas obras sobre o atraso ou sobre aquilo que já fazemos para ver se aquela obra cumpre os prazos. Até creio que, provavelmente, agora não me lembro do nome da rua, mas aquela que estamos a tratar no âmbito daquela parte nova da escola, mas vou passar à frente e depois se a Eng^a. Lénia tiver alguma coisa para dizer e quiser explicar ao senhor que não quis que fosse gravado.

Com a identificação que me dá, presumo que está a falar de 2 terrenos que estavam sem nada, que estavam devolutos. Se é o mesmo em frente do LIDL, há um terreno efetivamente entre o LIDL e os prédios, onde até costumam estacionar carros, conheço e sei que é um lote daquela urbanização da Quinta do Quadrado. Sendo um lote da urbanização, é um lote privado. Sei que em tempos pedimos autorização para poder estacionar lá alguns carros, mas aquela urbanização teve o loteamento, aquela e a outra da Quinta do Paraíso, foram feitas as cedências obrigatórias, que foram as cedências para o Parque Urbano da Várzea e nós não podemos ir fazer o jardim e nem outra coisa qualquer por serem terrenos privados.

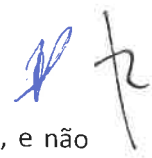
Embora não apreciemos que estejam ali lotes sem construção, mas aquele loteamento da Quinta do Quadrado foi muito problemático, porque até o anterior executivo teve de compensar (e compensou) os proprietários de alguns dos lotes que tiveram de ser anulados, por causa precisamente da Várzea e foram esses lotes que foram permutados com os lotes da Nova Azeda, onde estão a ser construídas as habitações a custos controlados. Daí aquilo ter ficado tanto tempo devoluto, aquela parte daqueles lotes da Quinta do Quadrado e da Quinta do Paraíso.

Depois se quiser fazer chegar com mais pormenor aos serviços, claro que sim, e veremos com mais certeza.

Relativamente às ciclovias, se forem aquelas partilhadas eu vejo, ando aqui na cidade que, de facto, já não se vê. Se forem mesmo as ciclovias, acho que nós usamos sempre um pavimento diverso para que se perceba que ali é uma ciclovia, portanto, eu presumo que seja uma via partilhada, que é aquela que é pintada na estrada e com o tempo aquilo desaparece. Depois, posso ver, também, se está previsto a repintura.

Quanto à questão da senhora de 80 anos, de facto, tenho a informação que o senhor já falou com a Dra. Sara Gonçalves, só que a Dra. Sara Gonçalves tem de cumprir o regulamento que foi aprovado nesta Câmara, ou em 2022 ou em 2023, precisamente por causa das dúvidas que foram suscitadas na atribuição de habitação pública.

Houve vários problemas e, se calhar, quem estava cá sabe melhor do que eu e nós temos um regulamento muito apertado. Nós, efetivamente, só conseguimos transferir pessoas, nós não temos casas novas como todos sabem, só conseguimos transferir de uma casa para a outra se houver acordo das duas partes ou então se houver uma pessoa que está na tipologia que já não se adapta ou que não se coaduna com o agregado familiar, aí nós tendo uma vaga de uma casa mais pequena ou de uma casa maior nós conseguimos fazer isso.



Mas eu tomei boa nota da morada e do 3º. C, por aquilo que disse presumo que não tem elevador, e não tendo elevador eu vou, eu própria, ver se consigo enquadrar nalguma exceção, mas como a Câmara não tem casas novas para atribuir, embora tenha dito e já várias pessoas o disseram que há casas vagas, e isso eu tenho de ver melhor. O que é que a experiência me diz, quando as pessoas dizem que viram uma casa vaga, das duas uma, ou está para obra e não está em condições e não se pode ocupar porque temos de aproveitar os financiamentos do PRR, ou então é uma casa que poderá estar já em trânsito para permutar uma família conforme a tipologia. Mas eu tomei boa nota, tendo já falado com a Dra. Sara o seu processo está sobejamente identificado, eu vou ver e vou ver se enquadro a sua mãe com o atestado médico que diga que ela tem as próteses nas ancas e que já entregou...

Entregou há 3 anos? Mas se o anterior executivo também não conseguiu resolver... O que estou a dizer é que vou ver se consigo enquadrar em alguma exceção e se temos, porque se não tivermos nenhuma casa de rés do chão ou nenhuma casa com elevador, há de entender que não podemos pôr a pessoa que lá está na rua. Vou ver a situação, o vereador Paulo Maia tem o contato do senhor, ou pelo menos consegue identificar o processo e depois vejo e alguém o há de contactar. Vou fazer os possíveis, porque sou sensível, aliás somos todos sensíveis a estas situações, para enquadrar nalguma exceção e de alguma maneira ajudar.

Presidente da Mesa – Toda essa informação, até porque estar a dar moradas aqui e isto está a ser transmitido, há outras pessoas a ouvir e não há necessidade, é fazer chegar por escrito aqui diretamente numa folhinha que depois faço chegar aqui. Há informação e dados que não devem ser assim tão públicos.

Flávio Lança (IL) – Quero aproveitar por começar a cumprimentar todos os presentes na sala e quem nos acompanha online.

Depois de ouvir com toda a atenção o público, gostava de me dirigir especificamente à Sra. Fernanda Rodrigues, a Presidente da Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado, porque como se costuma dizer “Quem não se sente não é filho de boa gente”, e quando referiu que apenas dois partidos tomaram posição, pelo menos foi o que eu percebi, gostava de referir que represento a Iniciativa Liberal e que na última sessão apresentámos precisamente uma moção com a nossa posição política e que a convidava a ler, se não teve essa oportunidade. Fomos mais longe, porque nós apresentámos também uma resolução, porque consideramos que era muito importante e porque defendemos também a Arrábida e a Arrábida não é só o tema das praias, há muitos mais temas em cima da mesa.

Propusemos aqui nesta Assembleia a criação de uma comissão específica para olhar para este tema. E porque é que o fizemos? Porque, pelo mandato passado tivemos essa experiência quando tratámos do Parque Natural da Comenda, que também teve uma comissão específica, teve os olhos específicos da comunicação social em cima e as coisas aceleraram muito mais rápido. E fizemos essa proposta e curiosamente também a convido a ler, porque acho que a proposta explica porque é que nós estávamos a pedir essa comissão, mas os partidos que referiu, o PS e a CDU, votaram contra a criação dessa comissão. Acham que deve ser numa comissão que já existe, a do ambiente, nós discordamos, porque vai-se perder dentro de todos os temas da comissão e gostava simplesmente de dar este esclarecimento para que, também, fique esclarecido.

Tiago Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão) – Muito boa tarde a todas e a todos. No Sr. Presidente cumprimentar todos os presentes aqui e a quem nos ouve remotamente em casa.

Só deixar aqui duas notas ao senhor Luís que falou sobre Azeitão. Dizer que as calçadas é uma articulação feita com a Câmara Municipal de Setúbal, é um trabalho contínuo e um trabalho, também, muito desgastante, porque quem conhece a calçada um buraco de um metro facilmente se torna num em 3 ou 4 metros e é sempre difícil de manter a calçada nas suas devidas condições.

Sobre os jardins, junto à Unidade de Saúde Local, o mesmo não está a cargo da Junta de Freguesia, pertence à Unidade de Saúde, mas sempre que é solicitado à Junta de Freguesia dirigimo-nos ao jardim para fazer uma nova reprogramação do sistema de rega, assim tem sido feito ao longo destes 6 meses.

Sobre a Estrada 379, temos vindo a falar e escusado será dizer que não é só em Azeitão, desde Sesimbra até Palmela toda ela, neste momento, carece da sua substituição.

Para já era só isto que queria apontar.

M.ª João Palma (PS) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer a presença de todos os cidadãos que aproveitam esta oportunidade que é dada para nos informarem e fazerem chegar a todas as bancadas e ao Executivo do Município as vossas preocupações, os vossos contributos.

E mais uma vez, a exemplo da sessão anterior, tivemos bastantes elementos do público a intervir.

Gostaria de agradecer, uma vez mais, à Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado e quero reforçar que foi proposta uma reunião com a Comissão de Ambiente, que já foi realizada, e o resultado dessa reunião é que o Partido Socialista apresentou na passada Assembleia Municipal uma recomendação que foi votada por maioria.

Obviamente, que o Partido Socialista se solidariza com as vossas ações, do ponto de vista da defesa da nossa região, do Parque Natural, no que diz respeito às praias e à Arrábida propriamente dita, e, portanto, nos disponibilizamos sempre que necessário e que vocês assim o entendam para acolher as vossas ideias e a necessidade de, eventualmente, podermos ir mais além, para além da recomendação que fizemos na última Assembleia Municipal.

Mário Aranha (PS) – Boa tarde a todas e a todos! Boa tarde, Sr. Presidente.

Congratular-me com a intervenção que foi feita aqui pelo público relativamente à Avenida de Moçambique e ao Parque Verde da Várzea. Isto porque essa obra, nós consideramos que é o corolário daquilo que tem acontecido na nossa cidade, ou seja, uma obra completamente inútil que vai piorar uma situação que já existia e onde realmente vão atirar para a rua mais de 1 milhão de euros.

Nós, Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal ou na vereação, sempre nos mostramos bastante preocupados e contra esse tipo de obras.

Relativamente ao Parque Verde da Várzea, só relembrar que embora as obras comessem em 2018, é um projeto que foi apresentado em 2013 e nós estamos em 2026 e continuamos sem fim à vista.

Também já foi objeto de várias intervenções nossas na vereação e aqui na Assembleia Municipal e aquilo que podemos transmitir é que podem contar com o Partido Socialista para que realmente essa obra se finalize, porque estamos em 2026, quando começou em 2013 que ia ter 3 rodas gigantes e 3 lagos e agora não sabemos quando e como é que vai acabar.

Miguel Tiago (CDU) – Apenas saudar, em nome da bancada da CDU, todos os intervenientes da parte do público.

Sobre algumas intervenções que já tiveram lugar aqui, porque estão relacionadas com questões que foram levantadas, era importante dar nota de que palavras, enfim, ou outdoors, leva-as o vento, aliás houve muitos outdoors que foram mesmo levados pelo vento ainda há pouco tempo. O que era preciso, era como a CDU veio a propor há bem pouco tempo nesta Assembleia, era que a Câmara se constituísse como contraparte do processo, como parte interessada nos processos para reivindicar em todos os processos relacionados com aquelas praias a sua natureza e o seu carácter público e que apoiasse todas as iniciativas de cidadãos que visem defender essa visão.

Os outdoors são meios proclamatórios, aguardemos que se traduzam em posições políticas claras, ao contrário do que o Movimento Setúbal de Volta/PSD/Maria das Dores votaram nesta Assembleia contra a proposta da CDU, bem como votou contra o CHEGA, apesar de ter uma proposta também no mesmo sentido, mas ligeiramente diferente, e como votou contra a IL que também proclamou que as praias deviam ser públicas, mas que, acima de tudo deve prevalecer a propriedade privada. Se lermos bem o que lá diz, é mais ou menos isso.

Flávio Lança (IL) – Peço imensa desculpa, Sr. Presidente, mas acho que há coisas que têm de ser esclarecidas e inverdades acho que não fazem sentido dizer-se aqui.

Aquilo que a Iniciativa Liberal defende é que os acessos às praias devem ser públicos e aquilo que a CDU escreveu na sua recomendação sobrepõe-se àquilo que é uma decisão de um tribunal que ainda não existiu e foi por isso que nós votámos contra.



Vice-Presidente da Câmara – Só para dizer que eu, de facto, ao bocado esqueci-me de responder às questões da Avenida de Moçambique e do Parque Urbano da Várzea. Já que me lembraram, dizer que a Avenida de Moçambique é uma obra financiada a 100% pelo PRR, e foi uma obra que foi feita no sentido de melhorar, independentemente das opiniões de cada um, com passadeiras inteligentes e segundo as regras e os ditames das Infraestruturas de Portugal e do próprio projeto que foi aprovado no Estado, por isso é que teve uma candidatura, mas não deitamos 1 milhão à rua, porque foi financiado a 100% pelo PRR.

Relativamente ao Parque Urbano da Várzea, efetivamente, a prioridade quando começou foi a Bacia de Retenção, ainda bem que foi prioridade, o Estado financiou, lembro-me na altura que foi um milhão e qualquer coisa. Fizemos a Bacia de Retenção, ainda bem que a fizemos, e agora já fizemos desde que entramos umas coisas que já estavam programadas atrás e outras que temos vindo a fazer.

No Parque Urbano temos ali alguns problemas, temos problemas de ocupação, que estamos também a resolver, porque depois são problemas que vão aparecendo e, claro, que vamos fazendo à medida que podemos.

Estamos, também, a candidatarmos a mais financiamento comunitário para não ser à conta do orçamento da Câmara, mas aquilo que me lembro já pusemos bancos, não tenho cá o técnico que tem estado a acompanhar. Quem tem estado, também, a acompanhar é a Engenheira Lénia e o seu Departamento, têm estado a acompanhar as obras, e se calhar eu pedia-lhe para explicar mais um bocadinho esta parte, pode ser?

Presidente da Mesa – Pedia à Engenheira que pudesse falar ali no púlpito e cumprimentá-la.

Eng.ª Lénia – Boa tarde a todos os presentes e a todos os que estão a ouvir em casa.

Relativamente à Várzea, a Câmara tem vindo sempre a aproveitar os financiamentos, portanto, o investimento era muito elevado, uma área de intervenção muito elevada. O primeiro grande investimento foi fazer daquilo uma Bacia de Retenção em que muitos ainda não percebem o que é uma Bacia de Retenção e estão sempre preocupados, porque é que acumula água e quando acumula água está a fazer o seu trabalho. Portanto, ainda bem que acumula água quando ela é necessária, porque permite não haver as inundações que havia na Baixa de Setúbal.

Relativamente ao que está a haver, há duas candidaturas que estão a decorrer, uma já terminou e a outra ainda está a decorrer, que era a do Corredor Verde e, deixe-me recordar aqui, tanto a valorização do “Corredor Ecológico da Ribeira do Livramento” e a outra “Refúgio Climático da Várzea”. São as duas últimas candidaturas que estão a decorrer, para além do anel de rega, que também já foi feito, para além de que aquilo precisa de uma equipa a tempo inteiro a tratar. Porque quando nós já cortámos as canas todas, elas já estão a crescer todos no outro lado, mas é assim, é um elemento vivo que está ali e que nos salvaguarda a todos.

Quanto à Avenida de Moçambique, eu posso acrescentar, os atrasos da obra foram de vários níveis, porque teve que haver alterações na rede com a E-redes por causa de se fazer a rotunda. Houve uma adaptação exatamente por causa do financiamento às passadeiras inteligentes, passadeiras acessíveis, houve uma intervenção dos Serviços Municipalizados, já que estamos em obra havia necessidade de fazer ali intervenções a nível dos coletores, que foi o que aconteceu. Houve uma adaptação, também, porque houve queixas de que aquilo que estava muito estreito e, de facto, o executivo decidiu alargar um pouco mais a faixa de rodagem.

As obras dão sempre muitos incómodos, mas depois são muito agradáveis de utilizar, que foi o caso da candidatura dos 360, em que houve muitas queixas a chegar por causa dessa candidatura e, hoje em dia, veem-se os munícipes, quase todos, a utilizarem a passadeira de 360, uma passadeira de acessibilidade que é muito mais fácil andar naquele corredor do que em calçada portuguesa, que é muito bonita, mas muito incómoda, principalmente para os saltos das senhoras.

Vice-Presidente da Câmara – É só para esclarecer o senhor deputado que a posição do Setúbal de Volta da Câmara é tão clara, tão clara que temos 12 processos em tribunal a litigar contra a Herdade da Comenda.



Já lá estavam e continuam a estar e podíamos ter tomado uma posição diversa, mas a nossa posição é a mesma, portanto, é a vossa, eram os processos que já lá estavam e que continuam a estar. Além disso, não devem ver as coisas que nós publicamos e que o Setúbal de Volta publica. Andou por aí e em todo o lado, quando eu assumi publicamente a posição da Câmara a dizer que as praias são públicas e assumi aqui nesta Assembleia.

Muito honestamente, por causa da minha formação jurídica, eu não tenho dúvida nenhuma que as praias são públicas e até acho um bocado, e temos de dizer isso a viva-voz, mas o tribunal é o sítio correto e ter dúvidas quanto a isso não entra muito bem na minha cabeça e não tive dúvida nenhuma que as praias são públicas e que não se podem privatizar praias, pelo menos aqui em Portugal. Pelo menos aqui onde estamos, e só estou a falar por aqui.

Inclusivamente, o Dr. José Canavarro também já veio publicamente e em nome, também, do Movimento manifestar esta opinião e não percebo porque é que continuam a dizer que nós não tomamos uma posição publicamente. O placard, já que não nos ouvem noutro lado ao menos que vejam um placard grande.

José Canavarro (SET-V 25) – É muito rápido, era em resposta ao senhor deputado Miguel Tiago e dizer-lhe o seguinte, a simplificação proclamatória sem outdoor que acabou de fazer, merece só aqui uma pequena justificação. O facto do Movimento Setúbal de Volta não votar favoravelmente moções que a CDU apresenta, não significa que discordemos do propósito ou do objetivo. É que nas moções e nas saudações há fundamentação que é feita por vós, há a definição de um caminho para se chegar a esse propósito e muitas vezes nós não concordamos nem com a fundamentação, nem com o caminho. Não significa discordar do propósito. Era só isso.

Miguel Tiago (CDU) – Apenas para dar nota de que o que é votado geralmente é a componente deliberativa das propostas e era muito simples, que a Assembleia recomendasse à Câmara Municipal que assumisse o papel de contraparte nos processos e que apoiasse todas as iniciativas de cidadãos no sentido da reclamação daquelas praias como públicas. Foi isto que foi votado e o Movimento votou contra. Pode achar que votou contra, porque é da CDU, tudo bem, e que um outdoor em termos de propaganda fará o mesmo efeito, mas votou contra estes dois comandos que esta Assembleia poderia ter dado à Câmara Municipal.

José Canavarro (SET-V 25) – Senhor deputado Miguel Tiago, apresente exatamente o que acabou de dizer, sem mais, e nós votamos a favor.

Presidente da Mesa – Hoje não dá para apresentar moções, no dia 17 terão a oportunidade de o fazer, se assim o entenderem.

Mas a moção da CDU foi aprovada, se eu bem me lembro.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único:

Debate sobre o Estado do Município, ao abrigo do art.º 22.º - A do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal

Presidente da Mesa – Esta é uma Assembleia diferente, é a Assembleia do Estado do Município que se rege, também, por um articulado diferente e, portanto, nós vamos ter uma primeira intervenção da Sra. Vice-Presidente, depois vamos ter intervenções de cada uma das bancadas com direito a resposta/intervenção às questões colocadas pela Sra. Vice-Presidente. Depois da ronda completa o debate abre-se de forma geral, é por ordem de inscrição que chega à Mesa e tem uma duração máxima de 4 horas e 30 minutos, sendo que começou às 19h, portanto, não nos vamos também esquecer disso.

É apelar apenas à contenção das intervenções.

Senhora Vice-Presidente, se quiser fazer a sua intervenção inicial, faça favor.



Vice-Presidente da Câmara – Obrigada Sr. Presidente. Volto a cumprimentar todos.

Apresentamos, hoje, perante esta Assembleia para fazer um balanço. O balanço do caminho percorrido desde o início deste mandato, e sobretudo para reafirmar a visão que orienta o futuro de Setúbal.

O Estado do Município não se mede apenas pelo número de obras realizadas, pelos processos concluídos ou pelos investimentos executados. Mede-se pela capacidade de responder aos problemas, aos problemas concretos das pessoas e pela capacidade de preparar o concelho para os desafios da próxima década.

Foi esse o compromisso que assumimos desde novembro passado.

Um compromisso que assenta em três prioridades, cuidar das pessoas, qualificar o território e construir uma Câmara Municipal mais eficiente, mais próxima e mais preparada.

Mais preparada para responder às exigências do presente, é esse compromisso que marca estes 8 meses. Começamos pelo relato que encontrámos.

Encontramos uma Câmara Municipal desorganizada, com pessoas desmotivadas, com infraestruturas, equipamentos e edifícios sem manutenção. Vivemos tempos particularmente exigentes, exigentes para o Poder Local. As autarquias acumulam novas competências, enfrentam uma enorme pressão sobre os serviços públicos e são chamadas a executar investimentos sem precedentes. Investimentos financiados por programas comunitários que exigem rapidez, rigor e capacidade de gestão.

Perante este contexto a escolha é óbvia, não se podem adiar decisões, escolhemos agir.

Ao longo destes primeiros meses, demos impulso à modernização da administração municipal. Estamos a transformar a forma como o Município funciona.

Estamos a apostar na digitalização dos serviços. A apostar na simplificação administrativa, na modernização do urbanismo.

Estamos a apostar na inovação tecnológica e na transparência dos processos. Não se trata apenas de introduzir novas ferramentas informáticas, trata-se de mudar a relação entre a Câmara Municipal, os cidadãos e as empresas. Trata-se de reduzir burocracias, aumentar a confiança e tornar os serviços públicos mais eficazes.

Uma Câmara moderna é também uma Câmara que ajuda ao crescimento, cria melhores condições para investir, para trabalhar e para viver em Setúbal. Mas modernizar a administração não basta, é igualmente indispensável responder a uma das maiores preocupações das famílias, a habitação.

Prosseguimos o maior programa de reabilitação da habitação pública alguma vez realizada no concelho, através dos investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, PRR.

Recordo, quando tomámos posse a 8 meses do fim do PRR, a nível de execução das obras e das candidaturas, o anterior executivo já tinha realizado 20% da execução. E de 20% conseguimos passar para 64%, hoje a execução situa-se nos 54% e continuará.

Isto não é inaugurar e cortar fitas, é trabalho sério de acelerar processos que estavam lentos ou parados. É trabalho sério para que Setúbal não fique parada. Em simultâneo continuamos a desenvolver novas soluções de habitação acessível em parceria com o Estado, com o IHRU e com entidades privadas.

Sabemos que o problema da habitação não se resolve de um dia para o outro.

Sabemos, também, que não existe desenvolvimento económico, nem coesão social sem uma política pública consistente nesta área. Continuaremos a colocar a habitação no centro da nossa ação.

A situação financeira encontrada no início do mandato também foi inquietante. Falamos dela, 98 milhões de euros de dívida, duplicou-se a dívida em 4 anos, fruto amargo da gestão do mandato anterior. Prova disso é o alerta que o Município recebeu da Direção-Geral das Autarquias Locais. Recebeu a propósito da baixa taxa de execução das receitas nos anos de 2023 e 2024.

A gestão do anterior mandato colocou em causa o equilíbrio orçamental, a sustentabilidade financeira e a execução dos investimentos programados.

Outra prova dessa má gestão foi o registo do Município na central da responsabilidade do Banco de Portugal como utilizador de risco. Sabem o que isso representa? O que representa a irresponsabilidade do mandato anterior? Esta incidência limitou o acesso a financiamento e descredibilizou o Município junto das instituições financeiras.



Neste contexto financeiro, apresentámos para 2026 um orçamento municipal de rigor e de investimento, um orçamento que respeita os compromissos financeiros da Câmara Municipal. Um orçamento que assegura o grande investimento na habitação, na educação, na criação de novos equipamentos públicos nas áreas da saúde, da cultura, do desporto, na qualificação do espaço público, cortámos na gordura e no desperdício para investir no que importa. Mais de metade do orçamento, 53%, é diretamente para investimento estrutural. O orçamento foi aprovado e mereceu elogios das forças políticas nesta Assembleia.

É este caminho de recuperação financeira que é indispensável fazer. É de rigor e de responsabilidade que o Município de Setúbal precisa e que todos os cidadãos merecem e exigem.

Este é o ponto de partida para recuperar a credibilidade, restabelecer o equilíbrio e devolver a Setúbal a capacidade de investir, planear e crescer de forma sólida e sustentável.

No plano jurídico e do contencioso encontrámos uma imensidão de ações contra o Município. A título de exemplo, numa só sociedade de advogados, o anterior executivo deixou à sua responsabilidade 221 processos, e em muitos processos eram reclamadas verbas avultadas ao Município.

Esta questão tem merecido muito a nossa atenção e com diplomacia e diálogo tem-se resolvido processos, defendido o interesse público e poupado encargos maiores à Câmara Municipal.

Também o planeamento do território entrou numa nova fase. Avançamos na revisão dos principais instrumentos de ordenamento, criámos melhores condições para acolher investimento e estamos a acompanhar projetos estruturantes nas áreas da saúde, da habitação, do turismo e da frente ribeirinha.

Queremos que Setúbal continue a crescer, mas queremos um crescimento equilibrado, sustentável, ambientalmente responsável e capaz de preservar aquilo que faz da nossa cidade um lugar único.

Uma cidade que cresce sem perder a identidade, uma cidade que atrai investimento sem perder a qualidade de vida, uma cidade que olha para o futuro sem esquecer quem aqui vive. Esta visão traduz-se também na obra realizada. Avançamos com o maior investimento de sempre na educação, são 9,1 milhões de euros, 9,1 milhões de euros para requalificar profundamente a Escola Secundária Bocage, a 2,3 Barbosa du Bocage, a 2, 3 Aranguêz, a 2, 3 de Azeitão.

Azeitão passará a ter ensino secundário e um pavilhão gimnodesportivo.

E ainda a construção da Escola Básica da Quinta da Amizade.

Investimentos, também, na manutenção das escolas, na reabilitação de muitos equipamentos municipais que nos últimos 4 anos não tiveram ações de conservação e manutenção. Também na melhoria das vias, dos espaços públicos, das zonas verdes e das acessibilidades.

Continuamos a investir na valorização da frente ribeirinha, no Parque Urbano da Várzea, na requalificação de bairros e na criação de melhores condições de utilização do espaço público.

Cada uma destas intervenções têm um objetivo comum, construir uma cidade mais funcional, mais bonita, mais inclusiva e mais preparada para responder às necessidades das atuais e próximas gerações.

Na mobilidade demos continuação ao trabalho com a Carris Metropolitana, reforçamos o planeamento das futuras infraestruturas e iniciámos novos projetos de gestão inteligente do tráfego.

Sabemos que este continua a ser um dos maiores desafios do concelho, mas sabemos igualmente que só com soluções estruturais conseguiremos responder ao crescimento da cidade.

Setúbal é igualmente um território privilegiado pela riqueza do seu património natural.

Mantivemos adaptando às condicionantes provocadas pelas tempestades deste ano, o modelo de gestão da Arrábida durante a época balnear, reforçando o transporte público e promovendo uma utilização mais sustentável das praias.

Mantivemos as bandeiras azuis da Figueirinha e da Albarquel e prosseguimos os projetos de valorização ambiental que reforçam a qualidade de vida de quem vive e de quem visita o nosso concelho.

Investimos na Proteção Civil e na capacidade de resposta do Município perante fenómenos meteorológicos extremos.

Os acontecimentos dos últimos meses demonstraram, uma vez mais, a importância dos serviços públicos preparados, de equipas competentes e de uma forte capacidade de coordenação institucional.

O comboio de tempestades que afetou Portugal recentemente, e apesar da resiliência do nosso território a maiores males, onde se destacou a importância da Bacia de Retenção da Várzea e a necessidade de continuar os investimentos em infraestruturas desta natureza, provocou em Setúbal danos na ordem dos 60 milhões de euros.



A Câmara Municipal ainda não parou de reparar danos, mas aguardamos com expectativa e urgência a disponibilização de apoios que nos possibilitem resolver os danos que exigem grande investimento financeiro.

É também a capacidade de resiliência que distingue um Município preparado para o futuro.

No âmbito da Proteção Civil, herdamos também a situação do bloco rochoso na Arrábida, que levou a que o anterior executivo tivesse encerrado o troço da estrada entre a praia da Figueirinha e a praia de Galapos no início do ano 2023, quer a viaturas, quer a peões.

O usufruto da Arrábida pelos setubalenses ficou condicionado, depois passaram-se dois verões com a estrada cortada e sem qualquer avanço. Há um ano, na campanha eleitoral, assumimos o compromisso de a partir de outubro, após as eleições autárquicas, começar a resolver este assunto. Este foi um dos processos a que demos prioridade, como nos comprometemos.

Estabelecemos um necessário diálogo com o Ministério do Ambiente, a Secil, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e a Agência Portuguesa do Ambiente e procurámos a concertação entre as partes, ultrapassando algumas perspetivas de opiniões que divergiam.

Em dois meses foi assinado um protocolo com as quatro entidades, o estudo geológico e geotécnico avançou e a 1ª fase de diagnóstico da situação está concluída.

Na próxima semana reuniremos com todas as entidades e a equipa técnica para conhecer o trabalho já realizado, seguir-se-á uma 2ª fase de estudo prévio e de estudo de execução. Estamos a cumprir.

Ainda no que respeita à área da Proteção Civil e Segurança avançámos com a criação de um corpo de Polícia Municipal. O processo está a seguir os trâmites e prazos legais, mas será uma realidade que responderá a uma necessidade coletiva de mais segurança e melhor espaço público no nosso concelho.

No Plano Institucional, logo no início do mandato, solicitámos reuniões aos seus ministérios com quem havia questões prioritárias a tratar, infraestruturas e habitação, ambiente e energia, educação, saúde, Administração Interna, cultura, desporto e juventude, reunimos com todos e vários processos têm sido despoletados, outros esperamos que venham a resolver-se brevemente.

Participamos ativamente na constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, que ainda ontem reuniu e voltou a discutir a questão da gestão de resíduos na região e dos valores incoportáveis cobrados pela AMARSUL aos municípios.

A Comunidade Intermunicipal, que tem sede em Setúbal, iniciou na passada semana o debate para elaboração do Plano Estratégico da Península de Setúbal 2028-2034, que será um instrumento importante para a afetação de recursos financeiros e a obtenção de financiamento.

Senhor Presidente, senhores deputados, os próximos 12 meses serão determinantes, será o período da finalização da execução dos investimentos financiados pelo PRR, será o ano da consolidação e transformação digital da Câmara Municipal, será o ano da continuação das grandes intervenções na habitação, na educação, e na requalificação urbana, será um ano de novos projetos para a mobilidade, para a valorização da frente ribeirinha, para o ambiente e para o espaço público. Mas será acima de tudo um ano de continuar a construir uma cidade mais justa, mais sustentável e mais competitiva.

Uma cidade onde o desenvolvimento económico caminha lado a lado com a coesão social, onde o investimento privado encontra uma Administração Pública eficiente, onde o crescimento urbano respeita o património natural e a identidade do território. É essa a ambição que nos move.

Naturalmente que continuam a existir problemas, há respostas que dependem da Administração Central, há investimentos que exigem algum tempo, há desafios que nenhuma autarquia consegue resolver sozinha, mas nunca confundimos realismo com resignação, a nossa obrigação é continuar a procurar soluções, continuar a investir, continuar a dialogar, continuar a trabalhar, foi esse o mandato que recebemos da população, é esse mandato que continuamos a honrar com rigor, com responsabilidade, com transparência e, sobretudo, com uma profunda confiança no futuro de Setúbal.

Muito obrigada.

Fátima Pereira (LIVRE) – Boa noite a todos os presentes e a quem assiste online.

Ouvimos aqui a defesa da Arrábida nas intervenções do público e foi importante ouvi-la desta forma, não da boca de um partido, mas da boca de quem vive o território e se preocupa com ele.

Sem estas vozes, muitos assuntos ficariam esquecidos.



E eu quero recordar uma dessas vozes, em 1949, Sebastião da Gama a convalescer na Arrábida viu cortarem as árvores da Mata do Solitário para fazer carvão, e escreveu um apelo desesperado. E agora vou dramatizar: *“Socorro, socorro José júlio da Costa começou a destruição da metade da Mata do Solitário. Peço que trate imediatamente.”*, por carta, porque não havia e-mail naquela altura. O que é certo é que desse grito, reza a história, nasceu a liga para a proteção da natureza que é ainda a mais antiga associação ambientalista na Península Ibérica.

Num outro texto, ao atravessar a serra da Arrábida, o poeta escreveu uma frase que ainda hoje nos deve interpelar *“De novo cortamos a Mata do Solitário, a estrada verte sangue.”*.

Às vezes é preciso ser dramático para chamar a atenção. Não temos aqui o poeta, como era o Sebastião da Gama, mas viemos buscar as palavras dele. É triste é que 70 e tal anos depois ainda continuamos a tentar defender aquilo que é nosso.

Portanto, eu quero também relembrar com estas palavras a tradição setubalense de defender o nosso património. Não é de agora, vem de trás, de gente que soube olhar para além do seu tempo, não com tanta oratória, mas sempre com muita garra e isso é o que conta, todos juntos, fazemos a diferença.

Há poucas semanas, o incêndio no Faralhão estive a 500 metros da minha casa, onde vivo desde que nasci. Foi assustador, mas tivemos sorte. Só temos de agradecer a todas as pessoas e entidades envolvidas.

No terreno, porém, ao pé das populações faltou algo que para mim é essencial, faltou a informação, faltou o contacto direto, faltou o cuidado de envolver as populações para serem parte da solução e não parte do problema.

Aqui está a pergunta que deixo ao executivo: Porque é que insistem em não fazer dos munícipes parte da solução? Onde é que está a estratégia de informação? Onde é que está a transparência?

E gostava, também, de perguntar, esta é mais fácil de responder, acho eu, sob a recomendação que o LIVRE viu aprovar aqui nesta Assembleia Municipal, em fevereiro, lembro que era um programa municipal de preparação comunitária, gostava de saber se há planos para o implementar? Vai ficar na gaveta? Arranjaram algo melhor? Porque o Município não se defende sozinho, defende-se com uma população informada e eu quero acreditar que as pessoas deste concelho podem ajudar a autarquia, em vez de estarem contra ela.

Mas para isso há ainda muito trabalho para a Câmara Municipal fazer.

Não vale a pena olhar para trás, aliás, estar sempre a olhar para trás não se aconselha, quando estamos a conduzir convém olhar para a frente e não olhar para trás, porque senão temos acidentes. Aqui, eu acho que é a mesma coisa, estarmos sempre a pensar que, é que fez o quê, quem é que não fez o quê, distribuir os louros, atribuir culpas, onde é que isso vai ajudar o futuro? A não ser que seja para evitar esses mesmos erros e olhar para as coisas boas, mas nem sempre acontece.

Portanto, eu acredito que hoje estamos num ponto de viragem, as decisões políticas de hoje vão definir o concelho que vamos ter para as próximas gerações de setubalenses e de azeitonenses e agora temos de defender os nossos recursos e a defender a Arrábida e defender o Sado.

Por isso deixo aqui uma proposta, quer dizer, talvez seja mais uma sugestão, para o bem do futuro do concelho podemos fazer um acordo entre todos os envolvidos e interessados, um pacto em que os grandes projetos, sejam eles a gestão da água, os resíduos, a mobilidade, a defesa da Arrábida e do Sado, (a lista é gigante e podia continuar durante horas), mas pensarmos em todos os projetos que têm grande investimento, projetos que demoram anos a serem implementados e que esses projetos tenham a garantia de todos os partidos hoje, que assumam um compromisso e que estejam envolvidos na decisão e que sejam planos consistentes, planos com base técnica sólida e assim, espero eu, podemos reduzir os riscos de que esses projetos caiam com cada mudança de mandato e que se volte novamente a falar de quem é que fez o quê, decidiu o quê, ou seja, é a pescadinha de rabo na boca.

Isto, também, é vital que a população tenha acesso a informação clara sobre todas as áreas que afetam o dia a dia de milhares de pessoas que vivem no nosso concelho.

Se remarmos todos para o mesmo lado, quem sabe se daqui a 20 anos colhemos os frutos dos planos que soubemos fazer hoje?

Quem sabe se conseguirmos reduzir para 10% o lixo que vai para o aterro até 2035, dentro do prazo estipulado pela União Europeia?

Quem sabe se reduzimos as desigualdades sociais através da educação? Quem sabe se recuperamos a Arrábida e as nossas praias?



Foi o que o Sebastião da Gama fez à sua maneira quando gritou por socorro pela Mata do Solitário, vamos pensar que eu neste momento estou, também, a pedir socorro para o futuro que só depende também um bocado de nós e que está na altura de fazermos o mesmo, de responsabilizarmos todos nós que estamos aqui e todos os que estão a ver e a ouvir, porque nós todos temos responsabilidades.

Vice-Presidente da Câmara – Eu concordo inteiramente com o que a senhora deputada disse, mas o vereador Paulo Maia até conhece melhor do que eu e o vereador Bruno Russo também, porque estiveram lá no incêndio a tempo inteiro, e acho que se devem envolver todos e vou passar a palavra ao senhor vereador Paulo Maia, que ele consegue explicar melhor do que eu.

Vereador Paulo Maia – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, senhores deputados, membros do executivo, senhores vereadores, Sra. Vice-Presidente, quem nos ouve lá em casa e todos os presentes.

Esse momento, foi um momento complicado, um momento de vivência complicado e posso lhe garantir, já tive a oportunidade de o fazer em reunião de Câmara, que enalteço muito a intervenção de todos. Quando digo todos, é todos sem qualquer tipo de partido, sem qualquer tipo de cargo, sem qualquer tipo de farda. Foram 161 hectares, foram 75 horas, foram 27 horas em permanência no ponto de comando, estão aqui os senhores presidentes de junta que tiveram, dois deles, sempre em permanência e depois quando entrou na Freguesia do Sado, também a Sra. Presidente da Junta do Sado acompanhou em permanência e os outros dois Presidentes de Junta que não estavam envolvidos diretamente, também deram a sua colaboração e toda a sua contribuição para que fosse feito um esforço global no sentido de que o incêndio fosse debelado. Foram 11 horas de incêndio ativo, foram 75 horas, mais 300 operacionais, mais de 90 viaturas terrestres, mais os particulares, mais aquilo que as pessoas todas fizeram e que acompanharam. Tive a oportunidade de fazê-lo em reunião de Câmara, quero fazê-lo aqui também, enaltecer todo o esforço feito pelos operacionais, pelas populações sem olhar, mais uma vez digo, quem era quem. Foi tudo no sentido de que a situação fosse debelada o mais rapidamente possível.

Só temos de louvar toda a atitude dos setubalenses, só temos de louvar toda a atitude dos operacionais e temos de dizer que Setúbal esteve preparada. Foi uma calamidade, mas Setúbal esteve preparada e esteve preparada no sentido de que a maior proteção a pessoas e a bens foi conseguida.

A única intervenção que não conseguimos fazer, foi a proteção do próprio terreno, da própria parte rural, mas a proteção de pessoas e bens, nomeadamente, um grande espaço de depósito de automóveis que foi quase tocado pelo fogo, foi protegido, todas as habitações das pessoas foram protegidas. Este trabalho foi feito por um conjunto de todos e temos que louvar aqui, temos que o louvar em todo o lado e essa é a posição do executivo, é a posição da Câmara Municipal e acho que deveria ser a posição de todos nós.

Fátima Pereira (LIVRE) – Senhor vereador, com todo o respeito, não foi isso que eu perguntei. Eu sei exatamente o que é que se passou, estava lá, não estava lá a combater, porque não tenho jeito nenhum para isso, afastando-me já fiz o meu trabalho.

Não foi isso que eu perguntei, nós tivemos muita sorte, porque era o único incêndio que existia no país com grandes dimensões. Não, era o segundo maior.

No entanto, o que perguntei foi em termos de informação, da preparação da comunidade, das pessoas para que quando no futuro, que vamos ter mais incidentes, infelizmente isto não vai ser nada, ou seja, no futuro vem o inverno, vem o verão e as pessoas têm de saber o que é que vão fazer, o que é que está a acontecer.

Nós soubemos pelas redes sociais e a Junta de Freguesia do Sado, por acaso, até publicou nas redes sociais algumas informações e comunicações às pessoas.

Neste momento, a Freguesia do Sado tem mais de 6 mil pessoas e quando estamos a ter uma população muito idosa com tanto fumo que não se consegue respirar, temos crianças nas escolas, nos ATL, temos pessoas que estão ao lado do incêndio a 500 metros e onde vão buscar a informação é à televisão, então aquela preparação que eu falei, em fevereiro, para se preparar a comunidade para sermos aquilo que o vereador me disse, e que eu gostei imenso dessa ideia, que é a população, as pessoas fazerem parte da Proteção Civil.

Nós só podemos fazer parte disso se soubermos o que é que temos de fazer e, neste caso, o que é que teríamos que fazer?



A quem é que tínhamos que ligar?

A quem é que tínhamos que recorrer?

E essa informação não há e isso tem de ser pensado, planeado para o futuro, ou seja, estamos a aprender para o futuro.

Agradeço todos os dias termos conseguido reunir os meios suficientes para combater. Eu gostava é que aprendêssemos com aquilo que poderia ter sido e não aquilo que foi.

João Pires (CDU) – A interpelação à Mesa tem a ver com um ponto de ordem à Mesa relativamente aos trabalhos.

Fazendo a leitura daquilo que está previsto no nosso regimento relativamente aos debates sobre o estado do Município, o que seria suposto acontecer, de acordo com ponto 3, do art.º 22.º A, é a intervenção de todos os grupos municipais, após a intervenção da Sra. Vice-Presidente, neste caso, e após a intervenção de todos os grupos municipais então entrarmos no período de debate.

Aquilo que está aqui, e passando a ler o que está no ponto para caso eu esteja aqui a fazer uma má interpretação, *“A sessão tem início com a intervenção da Presidente da Câmara Municipal, que não deve ultrapassar 10 minutos, seguida pela intervenção de cada um dos grupos municipais e dos deputados não inscritos, após a intervenção a Presidente da Câmara intervém para responder ou comentar as intervenções antes efetuadas.”*.

Se não era este o entendimento de quem redigiu, e aqui coloco-me também nesse grupo, porque estava na Comissão Permanente, mas efetivamente aquilo que está aqui escrito é que intervimos todos e depois temos aquele período de debate. Portanto, a minha interpelação à Mesa é no sentido de não estarmos agora a entrar aqui neste debate, que é de salutar, que é para isso que cá estamos, mas talvez todos aqueles tempos que estão ali, se calhar, não vão chegar para toda a discussão.

Presidente da Mesa – Agradeço a sua interpelação, mas já não é a primeira vez que estamos a fazer um debate sobre o estado do Município, o regimento nesta parte é igual, e aquilo que foi sempre consensualizado, inclusive, na última reunião da Comissão Permanente é um debate parecido com aquilo que acontece no estado da Nação na Assembleia da República, em que cada bancada faz uma intervenção e o executivo responde diretamente, passa à outra bancada que faz uma intervenção e o executivo responde diretamente, isto para quê? Para que haja aqui um debate mais vivo e não seja um monólogo de cada partido e depois no fim o executivo responde o que quiser, da forma como entender e muitas das vezes não respondendo, como foi aqui o caso da queixa da senhora deputada do LIVRE, e o debate passa. Para evitar isso criou-se esta dinâmica.

Pode haver aqui uma má interpretação e podemos depois em sede de Comissão Permanente retificar o regimento, mas o que se propõe e o que foi consensualizado é exatamente isto, intervenção inicial, intervenção de um partido e resposta do executivo, intervenção de outro partido e resposta do executivo e assim sucessivamente. Para que não haja dúvidas, agradeço a sua interpelação para que todos estejamos a falar na mesma língua.

João Pires (CDU) – Senhor Presidente, obrigado pelo esclarecimento, ficará, então, para discussão na Comissão Permanente.

José Canavarro (SET-V 25) – É uma interpelação. Não precisa que eu venha em seu socorro, mas era para dizer que realmente o entendimento de como isto funcionaria seria um bocadinho em ping pong, foi esse o entendimento, embora eu compreenda nesta segunda intervenção da senhora deputada e aí é que eventualmente se colocou aqui a quebra e isso suscitou no senhor deputado da CDU esta dúvida. Espero que tenha ficado mais ou menos entendido, porque é aquilo que o Sr. Presidente explicou.

Vereador Paulo Maia – Senhora deputada Fátima, quero-lhe dar nota de que respondi exatamente ao que perguntou.



O que eu disse foi que a população que foi chamada a intervir, esteve sempre dentro do conhecimento. Às vezes o que existe é as pessoas quererem saber informação que quem comanda as operações entende poder não atribuir naquele momento. Não nos podemos esquecer que existe um Comando sub-regional que tomou conta da operação e o Comando sub-regional é que entendia dar as informações quando entendia dar as informações, porque a população que tinha de saber e que estava no centro ou no epicentro do incêndio foi sempre sabendo das informações. Estão aqui pessoas que estiveram lá comigo o tempo todo e que sabiam dessas informações.

A informação que me fala, é uma informação generalista, mas quero-lhe dizer que as pessoas sabiam porque toda a ação foi conjugada no sentido da extinção o mais rápida possível do incêndio e Setúbal respondeu à altura. Eu disse, na minha intervenção inicial, que Setúbal respondeu à altura, portanto, Setúbal, não só os profissionais que tiveram, mas toda a estrutura de Proteção Civil, Proteção Civil Central, o Serviço Municipal de Proteção Civil e Segurança, as Unidades Locais de Proteção Civil, as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal, toda a gente respondeu à altura. Foi uma resposta rápida.

Perdão, tem razão senhor deputado João Pires, o IPS respondeu à altura. Tem toda a razão e a Cruz Vermelha também. Faço meia culpa, o IPS respondeu à altura, porque permitiu instalar o posto de comando, que inicialmente esteve numa rotunda, permitiu instalar o posto de comando onde estivemos 70 horas por aí, tivemos 5 no outro lado, e já tive a oportunidade de agradecer à Sra. Presidente do IPS, mas ainda bem que fez o reparo.

Estivemos à altura, Setúbal esteve à altura, toda aquela zona esteve à altura. Que possamos ter mais informação, com certeza que sim e haveremos de o fazer. A Proteção Civil terá essa nota, só discordo numa coisa, não queremos ter mais, é suficiente aquilo que já tivemos.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que volte a cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que acompanham online os trabalhos desta Assembleia.

Este é o primeiro debate sobre o estado do Município deste mandato e, por isso, é o momento particularmente importante para nós.

Há cidades que vivem daquilo que foram, há cidades que vivem daquilo que são e há cidades que têm todas as condições para construir um futuro melhor. Setúbal, sem dúvida, pertence a este último grupo.

Temos uma localização privilegiada entre o rio, o mar e a serra da Arrábida, temos um porto estratégico para a economia nacional, temos uma forte tradição industrial, temos um património natural, histórico e cultural ímpar, temos Instituições do Ensino Superior, empresas inovadoras, um comércio com identidade própria, um Movimento Associativo que muito contribui para a vitalidade do concelho.

Acima de tudo, temos pessoas trabalhadoras, empreendedoras e profundamente ligadas à sua terra.

E perante tudo isto, a pergunta é inevitável, porque é que ainda não somos uma referência nacional?

Mas é precisamente porque acreditamos no enorme potencial da nossa cidade que somos exigentes. Porque há uma coisa que o potencial nunca fez, nunca resolveu um problema e quem resolve problemas é quem decide, quem define prioridades, quem executa, quem gere bem os recursos públicos e quem tem visão para o futuro. E o debate do estado do Município existe, precisamente, para isto, não é um momento de celebração, não é um momento de propaganda, nem deve ser um simples exercício da oposição, é um momento de prestação de contas.

É um momento em que os eleitos municipais respondem à pergunta mais importante da democracia local, as decisões tomadas melhoraram, efetivamente, a vida dos setubalenses e azeitonenses? Essa é a única pergunta que verdadeiramente interessa. Porque os cidadãos não avaliam a Câmara Municipal pelo número de comunicados publicados, nem pelo número de cerimónias realizadas, nem pelas intenções anunciadas. Avaliam-na pela cidade onde vivem, pela facilidade com que resolvem os seus problemas, pela qualidade dos serviços públicos, pelo estado das ruas, dos jardins e dos equipamentos municipais, pela capacidade de atrair investimento e criar emprego, pela possibilidade dos seus filhos conseguirem viver e construir o seu futuro em Setúbal.

Essa é a realidade que hoje devemos analisar, com seriedade e com sentido crítico, mas também com sentido de responsabilidade.

A Iniciativa Liberal acredita que a política deve servir para melhorar a vida das pessoas, quando algo corre bem, deve ser reconhecido, quando existem problemas, devem ser identificados, quando as soluções tardam em aparecer, é dever de todos os eleitos exigir respostas, é esse o espírito com que aqui estamos hoje.

Ao longo desta intervenção irei falar de investimentos públicos, da gestão dos recursos municipais, da mobilidade, da habitação, da água, da Arrábida, do comércio local e do desenvolvimento económico.

Mas acima de tudo falaremos de resultados, porque governar não é apenas administrar o presente, é preparar o futuro. Preparar o futuro significa transformar o enorme potencial de Setúbal em mais oportunidades, mais qualidade de vida e mais prosperidade para todos os setubalenses e azeitonenses. É esse desafio que queremos hoje avaliar.

Em democracia os programas eleitorais não meros documentos de campanha, são um compromisso assumido perante os cidadãos, são a visão que um projeto político apresenta para o futuro e sobre o qual os eleitores decidem depositar a sua confiança, por isso o debate do estado do Município deve começar exatamente por aí. Não pela oposição, não pela maioria, mas pelos compromissos assumidos perante os setubalenses e azeitonenses.

Quando o atual executivo pediu a confiança dos cidadãos, apresentou uma ideia clara, fazer diferente, imprimir uma nova dinâmica ao concelho e transformar o enorme potencial de Setúbal em desenvolvimento, qualidade de vida e oportunidade para todos.

Essa ambição mereceu a confiança dos eleitores e esses compromissos merecem hoje uma avaliação séria, porque democracia não termina no dia das eleições, é precisamente depois das eleições que começa a verdadeira responsabilidade de governar. E governar significa muito mais que anunciar intenções, governar é executar, é definir prioridades, fazer escolhas, é assumir que os recursos públicos são limitados e por isso devem ser aplicados onde produzem melhor benefício para a comunidade.

Os setubalenses e azeitonenses sabem que nem tudo pode ser feito de um dia para o outro, sabem que existem processos complexos, investimentos demorados e competências que não dependem exclusivamente do Município, mas aquilo que legitimamente esperam é encontrar uma estratégia clara, prioridades bem definidas e resultados progressivos. Esperam sentir que a cidade avança, que os problemas começam a ser resolvidos, que as promessas feitas em campanha deixam de ser palavras e passam a traduzir-se em ações concretas. É essa a responsabilidade de qualquer executivo e esta Assembleia deve avaliar as decisões tomadas nestes primeiros meses de mandato, se estão alinhadas com os compromissos assumidos perante os setubalenses e azeitonenses.

Estamos aqui para avaliar se tudo o que foi feito corresponde a essa dimensão de expectativas criadas, porque existe uma diferença muito importante entre gerir e transformar. Gerir é assegurar o funcionamento normal da Câmara Municipal, transformar é aproveitar o potencial da cidade para resolver problemas antigos, criar novas oportunidades e preparar o futuro.

Iremos analisar alguns dos investimentos mais relevantes realizados pelo Município, alguns dos projetos apresentados como estruturantes e alguns dos problemas que continuam por resolver.

É por isso que começaremos pelos investimentos que mais expectativas criaram e que melhor permitem perceber se Setúbal está ou não a transformar essas promessas em realidades.

A Baixa, não é apenas o centro histórico da cidade, o seu coração económico, social e cultural é o local onde gerações de setubalenses trabalham, fazem compras, conviveram e construíram memórias. É, também, a imagem que muitos visitantes levam quando conhecem Setúbal pela primeira vez.

Ao longo dos últimos anos muitos comerciantes continuaram a acreditar na Baixa, investiram, criaram emprego, renovaram lojas e resistiram a crises. Mantiveram uma parte essencial da identidade da nossa cidade e esse esforço merece reconhecimento, mas também merece uma estratégia clara para reforçar a atratividade da Baixa, os desafios são conhecidos, os hábitos de consumo mudaram, o comércio eletrónico cresceu, as grandes superfícies comerciais aumentaram a concorrência e tudo isto é uma realidade.

Mas há aspetos sobre os quais o Município deve e pode atuar, a mobilidade, a facilidade de acesso, o estacionamento, a limpeza, a segurança, a animação cultural, a qualidade do espaço público e a valorização do comércio tradicional enquanto parte integrante da identidade e memória de Setúbal. Nenhuma destas medidas isoladamente resolverá os desafios da Baixa, mas todas elas em conjunto podem fazer a diferença.



Precisamos de uma estratégia consistente, pensada a longo prazo que atraia pessoas para o centro da cidade, que promova a cultura e turismo, que melhorem a mobilidade e a acessibilidade e cuide do espaço público. Revitalizar a Baixa significa devolver-lhe a vida e a qualidade urbana.

Outro caso que gostava de vos referir e apesar de não se localizar na Baixa é precisamente por isso que importa olhar para os equipamentos que simbolizam esse desafio, o IMAPARK e a Praça de Touros Carlos Relvas.

No caso do IMAPARK, estamos a falar de uma decisão particularmente relevante, o Município investiu 4,4 milhões de euros na aquisição daquele complexo, foi uma decisão tomada e apresentada como um investimento estratégico para o futuro da cidade, o dinheiro público não deve ser avaliado apenas pelo que se compra, deve ser avaliado pelo que transforma e é aqui que a questão se torna essencial.

Num concelho onde continuam a existir necessidades evidentes de investimento em infraestruturas, na rede de água, no saneamento, na manutenção do espaço público, nos equipamentos municipais, nas escolas, nos passeios, na iluminação e na mobilidade, um investimento desta dimensão tem de demonstrar claramente o valor que acrescenta para a cidade.

E cada euro aplicado numa opção é um euro que deixa de estar disponível para outra prioridade. Por isso, quando se investem mais de 4 milhões de euros no ativo municipal os setubalenses têm o direito de exigir resultados concretos, têm o direito de saber quando o IMAPARK deixar de ser uma promessa para passar a ser uma realidade ao serviço da cidade, têm o direito de saber que tipo de utilização efetiva esse espaço terá. O mesmo se aplica à Praça de Touros Carlos Relvas, estamos perante um equipamento emblemático, com um potencial cultural, económico, social, mas continua sem cumprir plenamente o papel que poderia ter na vida da cidade.

Também aqui não basta falar de intenção, património ou potencial, é preciso de falar de execução, de prazos, de investimentos, de utilização futura e de retorno para a comunidade.

Setúbal não precisa de património parado, precisa de património vivo, precisa de equipamentos que acolham pessoas, serviços, empresas, associações, cultura e atividades económicas.

Mas a capacidade do executivo não se mede apenas pelos grandes investimentos, mede-se também pelas decisões do dia a dia, pelas decisões que chegam às vidas das famílias, das empresas e a todos aqueles que vivem e trabalham no nosso concelho. Poucas decisões tiveram um impacto tão imediato como a alteração da tarifa dos resíduos urbanos.

Muitos setubalenses não sentiram apenas um aumento da fatura, sentiram, acima de tudo, um modelo de cálculo que continua profundamente injusto.

Durante demasiado tempo em Portugal a tarifa de resíduos foi indexada ao consumo de água, mas quem consome mais água, não significa necessariamente que produz mais resíduos, uma família numerosa pode consumir mais água, porque toma mais banhos, porque lava mais roupa, porque cozinha mais vezes ou rega um pequeno jardim, nada disto significa que produza proporcionalmente mais lixo. Da mesma forma, uma pessoa que produza mais resíduos, pode acabar por pagar menos, porque apenas consome menos água.

Não é um modelo justo, não respeita o princípio do poluidor-pagador e não incentiva os cidadãos a reduzir, reutilizar e reciclar que é esse precisamente o conceito que a União Europeia nos pede.

Defendemos no mandato anterior o princípio do *Pay As You Throw* e continuamos neste mandato a defender esse caminho e acho que o Município deveria desde já começar a preparar o caminho para lá chegarmos.

Os investimentos são necessários e quando poderão contar com um sistema mais transparente, mais justo e mais alinhado com o futuro?

Os setubalenses aceitam pagar quando compreendem o porquê? O que não aceitam é continuar a pagar segundo um modelo que consideram injusto e cuja substituição já está prevista na legislação.

Passando para outro tema, mas governar este concelho não é apenas investir bem e nem definir modelos mais justos, é também resolver problemas complexos, especialmente aquele que também já referiu, cuja solução depende da articulação com várias entidades e aqui refiro-me ao tema da Arrábida e ao facto de termos aquele bloco rochoso, o qual provocou um condicionamento na Arrábida.

Foi desde fevereiro de 2023, já foi aqui referido, mas passados mais de 3 anos, a questão não é saber porque foi encerrada, é saber quando é que voltará a estar aberta? Essa é uma das questões que trago aqui.



Nós percebemos e já foi falado várias vezes que esperam conhecer resultados, que se fazem estudos, que se fazem reuniões, que se fazem protocolos, mas acho que está na altura de se conhecer qual é a solução e qual é o calendário, porque 3 anos já é muito tempo.

Os operadores turísticos continuam a viver com incerteza e nós temos a serra da Arrábida, que é um dos maiores ativos naturais de Setúbal e, neste momento, o que nós precisamos é disso, é de liderança por parte do Município para coordenar, para acompanhar e para exigir decisões. E para que os cidadãos se mantenham informados sobre o ponto de situação dos trabalhos, depois de mais de 3 anos, é sempre legítimo perguntar em que ponto está o processo? É que não percebi na intervenção da Sra. Vice-Presidente. E que decisões faltam tomar? E quando será conhecida a solução técnica definitiva?

Eu falei ao longo desta intervenção da Baixa, do IMAPARK, da Praça de Touros Carlos Relvas, das tarifas de resíduos, da Arrábida e podia falar aqui de muitos mais assuntos, nós precisamos de concretização, é precisamente isso que significa para nós acelerar Setúbal, achamos que Setúbal deve continuar a acelerar, cada investimento que tarda em concretizar-se representa desenvolvimento adiado, cada decisão que fica por tomar representa emprego que não é criado, riqueza que não é gerada e jovens que continuam à procura de oportunidades fora do nosso concelho.

E portanto, é preciso acelerar Setúbal, é possível transformar projetos em realidade, transformar investimento em desenvolvimento, transformar potencial em oportunidades. É esse o nosso compromisso, porque os setubalenses não precisam que lhes digam que vivem numa cidade com enorme potencial, eles sabem isso melhor que ninguém e o que esperam de quem governa é algo muito mais simples, que transforme esse potencial em resultados. Muito obrigado.

Vice-Presidente da Câmara – Eu, por acaso, acho que nós somos uma referência nacional, acho que Setúbal é uma referência nacional a vários níveis e, sabem tão bem como eu, com vários prémios nacionais e internacionais começaram de uma maneira muito simplista logo pela nossa gastronomia, o nosso vinho, o nosso queijo, somos uma referência nacional. A reserva da Biosfera, a melhor Vila para se viver, as melhores praias da Europa, recentemente o 1º prémio do Convento de Jesus como a melhor reabilitação e uso para as gerações vindouras.

Poderia buscar muito mais, mas não me quero alongar muito mais, mas para mim nós somos uma referência nacional e internacional. Já tenho estado no estrangeiro e vêm ter comigo pessoas que, quando digo que sou de Setúbal, dizem que conhecem Setúbal e que fazem os maiores elogios. O nosso Mercado, toda a gente conhece o nosso mercado e eu acho que somos.

Concordo inteiramente com o que disse, estamos cá para isso, eu disse inclusivamente que estamos aqui há 8 meses, estamos a fazer tudo aquilo que podemos e estamos a tomar as decisões que podemos tomar e nestas coisas, às vezes, é preciso é decidir.

Em relação, quando disse não tinha percebido o que eu tinha dito, eu vou repêtir, se calhar não percebeu mesmo, mas eu vou tentar ser mais clara.

Quando chegámos ao fim de 2 meses, estávamos a assinar com todas as entidades, o ICNF, a SECIL, a APA, o protocolo que estava a bloquear os estudos geotécnico e geológico que era necessário fazer para se intervir nas arribas da serra da Arrábida, porque ninguém vai intervir sem saber o que vai encontrar. Aliás, disseram *“Ai, se aquilo cai vai haver um tsunami.”*. Portanto, foi preciso fazer isso.

Aliás, assinámos o protocolo e imediatamente lançámos um concurso e temos uma empresa, que é a COBA, a fazer esse estudo e que nos deu um prazo e tivemos que aceitar para estudar.

Tal como eu disse, já terminou a fase do diagnóstico, o diagnóstico já está concluído. Disse, também, que na próxima semana vamos reunir com todas as entidades intervenientes nesta matéria para conhecermos o resultado do diagnóstico e a seguir há a 2ª fase do trabalho que é, aquilo que eu disse também, o estudo prévio para partimos para a execução. Só nessa altura é que nós conseguimos saber o valor daquela obra e como é que ela se vai executar, antes disso nós não sabemos.

Relativamente à questão da Baixa, também estamos a tentar dinamizar, e é uma preocupação minha, eu preocupo-me com a Baixa em todos os sentidos, mas preocupo-me muito com a reabilitação urbana, até vos vou dizer que tenho tido muitas pessoas, muitos atendimentos e foi com muito agrado que esta semana recebi o proprietário do prédio no Largo da Misericórdia, onde antes funcionava a Capri, que me prometeu

que iria reabilitar aquele prédio, que é um ícone ali no Largo da Misericórdia, e que irá fazer por baixo uma outra pastelaria e por cima a própria casa dele.

Disse-lhe, como digo a todas as pessoas, que veio ao sítio certo, queremos reabilitar a Baixa, queremos, para além das outras atividades que fazemos e do grupo de trabalho que já temos na Baixa, mas estamos a fazer tudo "*Roma e Pavia não se fizeram num dia*", e estamos a fazer tudo o que é possível fazer.

Relativamente aos vários sistemas de tratamento de resíduos, também já disse aqui o que estamos a fazer a nível da CIM, mas em relação a estes sistemas, não sei se o senhor vereador Paulo Maia quer acrescentar alguma coisa, porque ele está mais dentro do assunto do que eu.

Vereador Paulo Maia – Às vezes, penso que não há ligação entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Na Câmara Municipal foi votada uma proposta que remete para o estudo e implementação de um sistema que pode ser esse o *PAYT* ou pode ser outro, mas um sistema que possa ser também mais indicado para o princípio de quem faz ou quem produz os resíduos que possa também pagar mais.

Portanto, isso já foi deliberado em reunião de Câmara, havia o compromisso, antes da deliberação da reunião de Câmara, e foi dito também nessa reunião do executivo em fazer esse estudo, o *Pay As You Throw* ou *6 as You Throw* ou *Receive as you throw*, qualquer um desses sistemas ou até sistemas mistos. A nossa área do concelho é uma área que não concebe, para já, esse sistema em todo o território do concelho, os estudos indicam nesse sentido, mas há partes do concelho que pode ser aplicado esse sistema.

Há partes do território que pode ser aplicado, por isso não podemos pôr a implementação de um sistema só, o estudo está a ser feito, a proposta indica no sentido de estar pronto em outubro e, portanto, é aí que estamos a trabalhar a nível dos sistemas e é nesse sentido que os Serviços Municipalizados estão, também, a fazer o estudo para ver qual a melhor forma de implantação do sistema.

João Pires (CDU) – Ora boa noite a todos, caro Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, cara Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e restantes vereadores e vereadoras, excelentíssimos deputados e deputadas, público presente e quem está a assistir online.

253 dias, 36 semanas e 8 meses, esta é a distância percorrida entre a tomada de posse do atual executivo da Câmara Municipal de Setúbal e a data atual.

Com menos de um ano de mandato, caso estivesse ocorrido um estado de graça normal, poderíamos estar agora nesta Assembleia a discutir o estado do Município afirmando ser ainda cedo para tecer qualquer juízo de valor sobre o trabalho realizado pela atual maioria que governa a Câmara Municipal.

No entanto, esta maioria é precisamente aquela que alimentou enormes expectativas nos munícipes setubalenses e azeitonenses.

Foi esta maioria que durante a campanha eleitoral, em final de mandato anterior, velejou de velas desfraldadas num mar de duras críticas à CDU e insinuando incompetência a outros e dando lições sobre como fazer.

Todos temos memória dos vários vídeos com a atual Presidente de Câmara, como protagonista, afirmando que vencendo as eleições no dia seguinte Setúbal estaria de volta.

Navegar de velas desfraldadas exige atenção às condições do vento e do mar para manter o controlo da embarcação.

Passados estes meses, percebemos que o mar está bravo e a pergunta aos timoneiros desta embarcação é, de volta para onde? De volta para quem?

Sabiam ensinar sobre como tratar do espaço público, do lixo, das ervas, esqueceram-se de como fazer e passados estes meses tudo está pior.

Davam lições sobre como tratar o bloco rochoso na Arrábida e até diziam que na falta de intervenção de outros a Câmara trataria do assunto. O famoso calhau lá está e até pelo que ouvimos dizer agora parece que está para continuar.

Os mesmos que davam palestras sobre a necessidade de repor a mobilidade na Arrábida, foram incapazes de repor as condições de circulação após as tempestades do início deste ano, conseguiram subverter o programa da "Arrábida Sem Carros" e transformaram-no numa verdadeira barreira ao acesso às praias.



Aqueles que estavam doutorados nas soluções para os problemas criados com a implementação de estacionamento tarifado e os sucessivos incumprimentos da empresa concessionária revogaram a decisão unânime da Câmara de resolver o contrato. Em contrapartida, estes doutoramentos em legislação pública, parecem ter-se transformado em economia privada e oferece à empresa 15 anos de exploração do estacionamento tarifado sem que tivessem de cumprir com os investimentos previstos como contrapartida. Tinham no seu manual pedagógico vastas soluções rápidas e eficazes para resolver os problemas com a AMARSUL, esquecendo de clarificar que passava pela aprovação de um tarifário injusto, deixando de subsidiar as tarifas e transferindo a totalidade dos custos para as populações. Uma solução tão injusta, pouco clara, desadequada e de tal forma contestada que de imediato procuram emendar.

Fizeram campanha por um concelho mais solidário, mas menos de um ano de mandato reflete tentativas de terminar com todos os apoios sociais criados pela Câmara Municipal no anterior mandato. Apoios na aquisição de fichas escolares, nas refeições escolares, nos passes Navegante.

Insinuaram na campanha a existência de perseguições laborais e navegam agora à bolina, existindo uma sensação de medo e intimidação com os trabalhadores e os munícipes a fazerem comentários receosos por qualquer observação que desagrade à atual maioria que pode ter consequências. Bem sabemos como se sentem tratados alguns trabalhadores deste município, que não alinharam nos apoios públicos à atual maioria.

Em síntese, esta gestão de Câmara apoiada pelo PSD/CDS, suportada nos votos do CHEGA, não só não resolveu as principais questões, conseguiu agravá-los.

Mas nem tudo são coisas más, salientamos um aspeto positivo da atual gestão, sublinhamos a capacidade que tem tido de inaugurar as obras que o anterior executivo deixou preparadas e em fase de conclusão. Parece-nos, no entanto, em percussor, que até à data não se conheça a este executivo uma ideia, um projeto próprio, uma visão para o desenvolvimento do concelho.

Como já afirmámos *“Navegar de velas desfraldadas tem os seus perigos”*.

A Câmara Municipal de Setúbal passou a navegar à deriva, desgovernada, sem leme ao sabor de caprichos individuais. Sem rumo certo, assistimos a uma série de avanços e recuos em função da maior ou menor contestação às medidas que vão sendo aprovadas.

No fundo, a gestão do Município descobriu a roda, transformou-a na grande obra deste início de mandato, a roda gigante na frente ribeirinha. Mas como qualquer ciclo a volta é de 350 graus, começa a rodar num determinado sentido e acabamos sempre no ponto de partida. O que convínhamos é muito pouco para quem tanto prometia e tudo sabia fazer.

Em conclusão, a atual gestão da Câmara Municipal pautou-se por medidas que transmitem arrogância, prepotência e alguma incompetência. Conseguem decidir mal, porque decidem sem ouvir os alertas e a sensibilidade das populações, porque atuam impondo a sua decisão e perante as consequências das decisões extemporâneas tentam corrigir os prejuízos causados.

É uma evidência que ao contrário do que alguns acreditavam, uma andorinha não faz a primavera. A Sra. Presidente da Câmara Municipal sem uma equipa de gente preparada e comprometida com o serviço público, sem um projeto político coletivo, alicerçado na discussão conjunta sem um coletivo partidário a suportar a sua atuação, limita-se a colocar em prática um projeto uni pessoal sem densidade política e sem dimensão para alicerçar o desenvolvimento do concelho.

Setúbal está assim entregue ao imediatismo, ou decide agora assim e amanhã logo se vê. Está entregue à arrogância intelectual de quem acha que sabe tudo, à prepotência de quem quer impor a sua vontade, à incapacidade de quem desconhece o saber fazer para resolver um problema.

Hoje, o Município de Setúbal conta apenas com uma alternativa, o único projeto que se afasta do consenso que arrasta CHEGA, ao PS para apoio às políticas do Movimento apoiado pelo PSD e pelo CDS. Essa alternativa que muitos gostariam de ver silenciada, é a CDU.

Uma alternativa de verdade, um projeto de esperança com uma proposta de rutura com visão da cidade fechada sobre si mesma, cidade para os turistas, mas que não tem em consideração aqueles que cá vivem e trabalham. A cidade do arame farpado, com Polícias Municipais e videovigilância, mas sem apostar na segurança que se cria com os espaços vividos e se funda nos laços de vizinhança e solidariedade.



Uma alternativa que continua a dar mostras reais de diferença, na forma e no conteúdo da gestão autárquica, com um projeto autárquico participado pelas populações, preocupado em dar resposta às preocupações e anseios visando valorizar os territórios e promover a qualidade de vida, como se verifica nas Freguesias do Sado e da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.

Permitam-me que termine com um tom humanista, pois o embate político não pode ser confundido com valores de empatia e solidariedade.

Gostaria de deixar na pessoa da Sra. Vice-Presidente o endereçar das rápidas melhoras à Sra. Presidente, que supere as adversidades e que regresse totalmente recuperada.

Vice-Presidente da Câmara – Só para agradecer os desejos relativamente à Sra. Presidente e já agora dizer-vos que estivemos ontem com ela e ela está a recuperar muito rapidamente. Ficámos contentes por estar com ela e quem a conhece sabe que é difícil ela estar arredada destas lides políticas, mas o médico não a deixa vir para já.

Vereador Paulo Maia – Senhor deputado João Pires, que muito prezo, mas não posso estar tão em desacordo consigo em relação à intervenção que acabou de fazer.

Ponto 1, a composição da Câmara Municipal de Setúbal foi escolhida pelos munícipes de Setúbal, não foi por mais ninguém, a composição da Câmara Municipal de Setúbal é composta de acordo com os votos expressos na urna, as opiniões são de cada um.

Já agora, deixe-me dizer-lhe, ou eu entendi mal, e se entendi mal, peço desde já desculpa, ou na sua intervenção parece-me que põe em causa um grupo de cidadãos eleitores que possam concorrer a uma Câmara Municipal, por não estar apoiado num partido, é o que me pode parecer, se não foi essa a intenção, peço desculpa, mas foram essas as palavras que depreendi.

É só para ficar esclarecido, não vá também o público ter essa ideia, porque foi o que me pareceu dizendo que não estaria apoiado.

Depois a questão de haver medo de as pessoas poderem falar e de haver consequências, eu tenho por delegação da Sra. Presidente o Departamento de Gestão das Pessoas e de Competências, e não vejo essa questão de que haja medo na Câmara Municipal de Setúbal ou dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal.

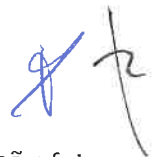
Portanto, desde já apelo a todos, se alguém tem alguma razão ou alguma nota para poder dar, o vereador que tem esse departamento, que sou eu próprio, estarei sempre à disposição para atender e falar com quem quer que seja. Já agora, pode dizer aos trabalhadores da Câmara, ou perguntar, se têm ou não têm a porta sempre aberta.

Também quero dar aqui uma nota, que tem a ver com o facto de subsidiar as tarifas, senhor deputado João Pires, no anterior executivo não era necessário subsidiar as tarifas, porque era arrecadado o dinheiro e não era pago à AMARSUL e não havia essa necessidade de subsidiar as tarifas. O que aconteceu foi que houve uma deliberação da Câmara Municipal em fevereiro de 2023, aprovada por unanimidade, e que não foi acolhida nos Serviços Municipalizados pelo senhor vereador que aprovou na Câmara, o senhor vereador e Presidente dos Serviços Municipalizados, e que não a acolheu, e já tive a oportunidade de dizer aqui que só foi feita essa cessação de posição no passado dia 15 de junho.

Relativamente às tarifas, temos essa nota e, como bem sabe, porque estava preparado isso pelo senhor vereador, que era o Presidente dos Serviços Municipalizados, a atualização de tarifas, tinha o dossier preparado e foi passado, já agora também como disse e muito bem na sua intervenção, há o lado político que não tem a ver com as pessoas, foi o único momento em que foi passada a informação que existia para o novo executivo. A Câmara não fez isso, o executivo da Câmara não fez isso, não passou os dossiers para o novo executivo. Nos Serviços Municipalizados foram passados.

Sobre o bloco rochoso, também, quero dar aqui nota de que efetivamente ele está lá há 3 anos e, segundo a informação que deu que é possível que continue a estar, se assim foi perdemos 3 anos e se o estudo tivesse sido feito já tinha sido aberta há mais tempo, portanto, perdemos 3 anos por não ter sido feito nada.

Uma última nota, que tem a ver com a questão da revogação da decisão que tinha sido tomada na Câmara, por unanimidade.



Também a revogação daquela decisão, e este acordo também foi tomado em reunião de Câmara, não foi o executivo, portanto, foi tomada em reunião de Câmara e os votos estão expressos na deliberação e foi também dessa forma.

Não sei se me escapou alguma resposta, mas se me escapou, peço que volte a fazer nota de inquirição e eu responderei.

Sandra Madeira (CH) – Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vice-Presidente, senhoras e senhores deputados municipais e caros munícipes.

Tendo em conta a avaliação do estado do Município de Setúbal fazemo-lo com sentido de responsabilidade, mas também com a frontalidade que os setubalenses exigem, Setúbal merece verdade e a verdade é que o Município está longe de responder às necessidades reais da população.

Primeiro, as finanças municipais, falta de rigor e prioridades erradas:

- Setúbal continua a enfrentar dificuldades financeiras que não podem ser ignoradas e provenientes de antigos mandatos, nomeadamente, da CDU.

- A despesa corrente cresce, a dívida preocupa e a gestão orçamental revela falta de planeamento e de visão estratégica.

- É necessário uma gestão pública rigorosa, sem desperdício, sem favorecimentos e sem decisões ideológicas que custam caro aos contribuintes.

- É urgente colocar ordem nas contas e garantir que cada euro serve os munícipes, não interesses partidários.

Segundo, espaço público e urbanismo, atrasos, degradação e a ausência de estratégia:

- A cidade apresenta sinais de abandono em várias zonas, espaços públicos degradados, mobilidade desorganizada, intervenções avulsas sem visão integrada.

Setúbal precisa de um plano urbano sério, transparente e centrado nas pessoas.

- Defendemos uma cidade limpa, organizada e segura, não remendos pontuais que servem mais a propaganda do que o bem-estar dos residentes.

Terceiro, habitação, famílias sem resposta e jovens sem futuro:

- A crise da habitação é uma realidade que afeta milhares de setubalenses, os jovens não conseguem viver na sua cidade, as rendas são incomportáveis e o parque habitacional municipal está longe de responder às necessidades.

- É preciso reabilitar de forma eficaz, fiscalizar com rigor, garantir que os apoios chegam a quem realmente precisa e combater favoritismos e abusos.

Quarto, serviços municipais, lentidão, desigualdade e falta de eficiência:

- Os serviços municipais continuam a falhar em áreas essenciais, limpeza urbana, manutenção de espaços públicos, atendimento ao cidadão e transportes.

Os munícipes sentem a diferença entre o discurso oficial e a realidade do dia a dia, é necessário modernização, digitalização, reforço de equipas e avaliação de desempenho.

- Os cidadãos merecem serviços públicos que funcionem sem desculpas.

Quinto, ambiente e proteção do território, património em risco:

- Setúbal tem um património natural único e a sua proteção tem sido insuficiente.

- A pressão sobre a Arrábida, o Sado e as zonas ribeirinhas exigem fiscalização séria, decisões firmes e políticas equilibradas.

- Defendemos o desenvolvimento económico que sim, mas não à custa da destruição ambiental ou à falta do controle.

Sexto, economia local, Cultura e Turismo, potencial desaproveitado:

- O comércio tradicional luta para sobreviver, o turismo precisa de gestão inteligente e a cultura carece de estratégia.

- Setúbal tem potencial, mas falta liderança, planeamento e apoio real aos agentes económicos e culturais. - Precisamos de uma economia diversificada, apoio ao empreendedorismo e políticas culturais que valorizem a identidade setubalense.

Sétimo, transparência e participação, os cidadãos têm de ser respeitados:

- A confiança nas instituições só existe quando a transparência, prestação de contas e respeito pelos munícipes.



- Setúbal precisa de mais informação política, mais escrutínio e mais participação.
- Defendemos uma autarquia aberta, fiscalizada e próxima das pessoas. Setúbal merece mais merece, merece rigor, verdade e coragem política.

Apresentamos esta avaliação com o compromisso de defender sempre os interesses dos setubalenses, queremos uma cidade mais segura, mais eficiente, mais transparente e mais justa, uma cidade onde as pessoas contam e onde a governação serve para quem vive e trabalha em Setúbal.

À parte de todas estas questões, manifestamos o nosso sincero agradecimento a todas as entidades, forças de segurança, proteção civil e socorro no combate ao violento incêndio que fustigou o nosso concelho.

Vereador Paulo Maia – Eu depreendi da intervenção que a senhora deputada acaba de fazer, que a nota primordial tem a ver com as finanças municipais, a ordem nas contas e sobre este assunto falamos aqui duas vezes, a transparência, e essa é a forma como nós estamos a fazer a gestão na Câmara Municipal quer com as vindas às comissões, quer com toda a informação que nos é solicitada e que é transmitida, portanto, há uma total transparência nas contas. Tenho dito isto a todas as bancadas, tenho dito isto nas reuniões de Câmara, não há nada nas contas da Câmara que não seja transparente, que é isso que preconizamos, é isso que dissemos na nossa campanha.

A ordem nas contas é o que tem acontecido e é o que nós queremos fazer, daí que nos tenhamos comprometido desde já na forma de poder baixar o prazo médio de pagamentos e volto aqui a dar nota que é um compromisso, o qual vamos cumprir seguramente.

Dos serviços municipais e de poder haver falhas no atendimento e outras, aqui quero dizer que relativamente aos serviços municipais os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal dão tudo aquilo que têm e muito mais do que aquilo que têm. Eu não posso conceber que haja aqui uma nota de podermos pôr o ónus em cima dos trabalhadores e isso não pode, nem deve, nem vai acontecer, porque nós enquanto o executivo não deixaremos que isso aconteça. Poderá haver, não digo que não nalgumas operacionalidades que não tenham a ver com os trabalhadores.

Nos atendimentos não temos registo de nenhuma forma que não seja feito os atendimentos a todos os munícipes que assim queiram por via digital, por via local, de todas as formas. No atendimento aos cidadãos, nós temos muito em linha de conta e, mais uma vez, enalteço a forma muito profissional com que os trabalhadores da Câmara o fazem.

Deixei para último a nota que tinha a ver com o espaço público, a limpeza e a deservagem. Nós esta semana iniciámos um trabalho conjunto com as freguesias do nosso concelho, os senhores presidentes de junta que aqui estão presentes e os que não estão têm os seus representantes que também estiveram presentes na reunião, para delinearmos um plano de ação atento, porque a Câmara tem transferência de competências para as juntas, mas também tem competências, não as retira totalmente e a ideia que foi preconizada foi, dentro do espaço dos autos de transferências, dentro dos protocolos de colaboração ou dos contratos interadministrativos, percebermos onde é que nos espaços que foram alocados às freguesias, nos espaços que são da Câmara e nos espaços mistos, porque também os há, qual é o plano que tem que acontecer para que a situação melhore?

Efetivamente isso aconteceu esta semana, na segunda-feira, estão aqui os senhores presidentes de junta, já tinha falado na sexta-feira com um outro senhor presidente de junta que aqui está, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e na segunda-feira reunimos com os 4 outros presidentes para alinhar exatamente esse caso.

É uma preocupação da Câmara, é uma preocupação das juntas, mas eu acho que o alinhamento vai fazer com que a proposição que coloca no seu discurso, venha a acontecer e que tenhamos uma cidade mais limpa e com menos erros. É este o compromisso da Câmara e tenho a certeza e vou falar em nome das juntas que é o compromisso de juntas também.

José Canavarro (SET-V 25) – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento, todos os presentes e cumprimento de forma viva todos os que aqui estão hoje.

O nosso Movimento vai usar o tempo que tem disponível, esperemos que não todo, da seguinte forma, vou fazer uma intervenção mais genérica, mais introdutória e como é o estado do Município também vou, sobretudo, falar um bocadinho no estado da oposição, porque a oposição também faz parte do município e



depois os meus colegas, camaradas, companheiros, porque nós temos aqui uma diversidade identitária grande, falarão sobre coisas mais concretas e que têm que ver exatamente com o estado da execução das políticas municipais.

Muitas vezes, não muitas vezes, mas as pessoas, por vezes, tendem a confundir o município com o concelho, não é o concelho é o território, o município é a entidade coletiva de base territorial, a entidade jurídica que tem órgãos próprios, que é a Câmara e a Assembleia Municipal. E seria estranho. fazendo a Assembleia Municipal parte do município, se nós não nos referíssemos ao estado da Assembleia Municipal. E eu vou fazê-lo na sua pessoa Sr. Presidente, porque o senhor arquiteto Paulo Lopes tem conduzido os trabalhos de forma extremamente meritória, é uma pessoa de trato extraordinariamente afável, deixe-me dizer, eu sou psicólogo com carteira e posso fazer esse tipo de avaliação, é uma pessoa informal, próxima e isso não lhe retira nenhum tipo de autoridade. O seu trato afável, a sua capacidade de suscitar cooperação e a sua informalidade não lhe retira nenhum tipo de autoridade, pelo contrário, confere-lhe maior autoridade.

Na minha intervenção o senhor é o primeiro socialista de quem eu vou falar bem, porque vou falar bem de mais quatro socialistas, portanto, vão ser cinco, mas o senhor teve a honra de ser o primeiro, agora virão os outros quatro ao longo da exposição.

Passemos agora à comunidade e sobretudo à nossa comunidade, à Comunidade Intermunicipal de Setúbal e vou passar a citar rapidamente, com a constituição de NUT III própria, aprovada pelo Governo Português e reconhecida pela União Europeia, a Península de Setúbal passa a ter voz própria na negociação do próximo quadro comunitário de apoio, mas a CIM não é apenas um instrumento de captação de fundos, é antes de mais uma aposta na cooperação, sublinho na cooperação, como método do Governo no território. A sua agenda inclui o planeamento estratégico de desenvolvimento económico, social e ambiental da região, a articulação em matérias de mobilidade, habitação, transição energética e inclusão social e outras e a construção de uma identidade Regional que afirme a Península de Setúbal.

E agora vem o segundo socialista, Dr. António Costa, porque é a ele que em grande parte se deve esta comunidade. Portanto, já vão 2, mas calma, faltam três.

Regressemos à escala do concelho, à atividade do Município, sobretudo do executivo e falemos de população ou melhor de uma oposição construtiva. E vão-me perdoar que o faça, ainda que num modo discreto, não vou citar autores, naquela área em que me doutorei há 30 anos, que é a psicologia social, e uma área que emerge dessa que é a psicologia política.

A professora Catarina Sarmento e Castro, terceira socialista, minha colega na Universidade de Coimbra e colega do arquiteto Paulo Lopes, como Presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande, referia os trabalhos que os autarcas socialistas têm vindo a desenvolver no sentido de promover alterações aos instrumentos de regulação do funcionamento das autarquias.

Esta, a ex-ministra socialista e atual autarca, é uma especialista em Direito Público e em Direito Constitucional com vasta obra sobre as autarquias e refere que a discussão, entre outras e eu vou centrar-me em alguns aspetos, quando nós citamos podemos também escolher aquilo que queremos citar, e refere que há dois aspetos que são muito relevantes, a possibilidade de a força eleita, mesmo não tendo maioria, dispor de uma capacidade quase equivalente a uma gestão maioritária e também conferir às Assembleias Municipais um poder revelatório e sancionatório da atividade do executivo.

Concordamos em absoluto, outros partidos também estão a fazer essa discussão, designadamente o Partido que, enfim, a esmagadora maioria das pessoas aqui presentes sabem de que sou militante, o Partido Social Democrata.

Eu não tenho evidência científica, procurei-a, mas não tenho e a ciência não se faz por confirmação, faz-se por refutação, que demonstre que a autarquia gerida sem maioria gera mais dívida. Eu tenho apenas essa impressão, mas a minha pesquisa não confirmou essa impressão. De qualquer maneira, esse podia ser o argumento para as mudanças na Lei, mas basta o argumento da estabilidade governativa, que é para mim um argumento muito importante para a revisão da Lei e só uma constitucionalista do gabarito da Sra. Professora Catarina Sarmento e Castro diz, *“Então, parece-me que será, seguramente um bom caminho.”*. Até lá falamos com professor de psicologia social e diria que nós precisamos de uma oposição construtiva, que é uma forma específica de governação, aquela em que se pode cooperar temporariamente ou pontualmente por um objetivo maior.



Vou dar um exemplo, imaginem uma autarquia com uma dívida de 100 milhões de euros e com um orçamento de 150 milhões, o objetivo maior poderia desencadear uma oposição construtiva que seria em benefício de todos a redução da dívida, mas pode haver quem, a meu ver de forma errada, optar por uma posição destrutiva e essa é uma distinção clara de orientação e de método. Gera conflito, esse conflito pode ser destrutivo, produz pluralização, desconfiança e no limite deterioração institucional.

A oposição construtiva, pelo contrário, aqui estou a ser professor, estou a fazer a dialética, implica um compromisso com o mesmo bem coletivo. E um equívoco frequente é achar que quem se opõe construtivamente está a cooperar. Não! Não está a cooperar. Não é sinónimo de concordância, é sinónimo de procurar-se um bem maior e atingir esse bem maior.

Portanto, a cooperação não é uma virtude, é uma racionalidade muitas vezes, não é um estado emocional, é algo que emerge quando nós reconhecemos, enquanto atores políticos, que podemos ter um ganho maior a longo prazo, do que um ganho imediato e isso é relevante. Porque a racionalidade começa a ser um imperativo no cenário político para todos os que condenam a desinformação, para todos aqueles que rejeitam emocionalidade que emerge das redes sociais, que só houvesse ao populismo e que não vivem em imergência.

E agora vamos ao quarto socialista, sobre este tema ouvi o senhor deputado Ricardo Costa, recém-eleito Presidente da Federação do PS de Braga referir, e cito *“O nosso partido não pode andar atrás das notícias das últimas 24 horas e do que se escreve nas redes sociais.”*, subscrevo.

Por último, quinto socialista, citando António José Seguro, enquanto Líder socialista, *“Quando alguém opta pela oposição destrutiva, apetece fazer aquela famosa pergunta, qual é a pressa?”*. A oposição sem o mínimo de cooperação gemera em conflito e em paralisia.

Em síntese, quem perde como nunca se recupera, quem em nós votou.

Presidente da Mesa – Muito obrigado pela parte que me tocou, uma consulta grátis de um psicólogo de renome, é sempre interessante e faz bem ao ego.

Vice-Presidente da Câmara – Achei brilhante.

Manuel Fernandes (PS) – Gostaria de começar por me associar aquela saudação que foi feita aqui pelo senhor vereador Paulo Maia, mas não posso deixar de tecer um primeiro comentário relativamente àquilo que foi a última intervenção da bancada do Movimento Setúbal de Volta, dizendo que foi uma aprendizagem teórica e assinalei o facto de não se referir nunca em momento algum ao executivo municipal, portanto, e isso revela muito em relação àquilo que nós estamos aqui a debater que é o estado do Município.

Gostava de continuar dizendo que relativamente à saudação que foi feita pelo senhor vereador Paulo Maia, o Partido Socialista e eu, em nome da bancada do Partido Socialista, também gostava de deixar uma palavra de profundo louvor e sincero agradecimento a todos os autarcas eleitos do concelho de Setúbal, sem qualquer exceção, não escrevi o que o senhor vereador disse, mas já estava escrito, que demonstraram uma união exemplar e total dedicação no apoio às populações durante o recente incêndio que fustigou a nossa região.

Uma palavra de enorme orgulho, respeito e profunda gratidão a todos os Bombeiros e forças da Proteção Civil, os verdadeiros heróis que arriscaram a vida na linha da frente para travar o avanço das chamas e proteger o nosso território.

Lamentamos profundamente e expressamos a nossa total solidariedade e votos de rápida recuperação aos operacionais e cidadãos que sofreram alguns ferimentos no cumprimento desta nobre missão. Obrigado pelo vosso sacrifício.

Relativamente à intervenção que diz respeito, e sendo a primeira intervenção da bancada do Partido Socialista, obviamente que faço também um pouco o prurido daquilo que foi a intervenção do senhor deputado José Manuel Canavarro, uma vez que sendo a primeira e não tendo a possibilidade e a especialidade de evocar todos os assuntos, existirá na bancada outras intervenções que irão aprofundar todos os temas que aqui serão referidos. Todavia, eu falarei no executivo e não terei essa visão edilícia que o senhor deputado aqui frisou, mas são coisas e é o que a política dita.

X *h*

Também vou aqui concordar com a Sra. Vice-Presidente Maria do Carmo, isto é uma altura de balanço e é exatamente isso que vamos aqui tentar fazer.

Durante anos foi vendido aos setubalenses a ilusão de um concelho edílico, hoje, no debate do estado do Município é preciso afirmar que a máscara caiu.

O propalado legado de Maria das Dores Meira não é uma herança de progresso, é sim uma pesada fatura financeira e política que os setubalenses estão agora dolorosamente a pagar do seu próprio bolso.

Estamos a pagar o preço de uma governação que ao longo dos anos esbanjou recursos, o atual executivo herdou esse passivo e em vez de o romper com o erro, optou pela continuidade do declínio. O resultado está à vista, uma gestão asfixiada por dívidas do passado e paralisada pela falta de visão do presente.

Afinal, qual é o projeto?

As promessas não cumpridas transformaram-se num cemitério de *power points*. Onde estão as grandes promessas e os projetos megalómanos que iam transformar o concelho?

Setúbal transformou-se, sim, num autêntico museu de maquetes e de anúncios vazios. Onde está o Wake Park? Que ia revolucionar o lazer.

Onde está a nova Biblioteca Municipal? Prometida, vezes sem conta, e até mesmo nesta Assembleia Municipal.

O que aconteceu à miragem da Cidade do Conhecimento do investidor Sam Pitroda? E a nova marina? O fausto projeto de maquilhagem que ia redefinir a nossa frente ribeirinha?

A par destes, tantos outros que não passaram de *power points*. Ficaram todos no papel, foram meras ilusões eleitorais para alimentar a propaganda, deixando os setubalenses com expectativas frustradas e o concelho sem os equipamentos estruturantes de que tanto necessita.

Estas ilusões têm um rosto e um nome, Maria das Dores Meira, no passado eleita pela CDU, hoje suportada pelo Movimento, dito independente, Setúbal de Volta.

Decisões políticas erradas, estética e pouca substância. A verdade é que durante anos a política da estética e da cosmética urbana teve prioridade absoluta sobre o saneamento e a habitação. Preferiram-se as flores, as pinturas para a fotografia em detrimento do que é verdadeiramente estrutural para a vida das pessoas.

Visualizemos os exemplos práticos desta inversão de prioridades das decisões profundamente erradas. A dívida à AMARSUL, uma irresponsabilidade financeira gritante que arrastou o Município para o tribunal em 2014 e que hipotecou os orçamentos seguintes e os Planos Plurianuais de Investimento que deviam estar a servir os cidadãos. Hoje, essa decisão política chega-nos a casa todos os meses através da fatura da água.

A Autarquia enfrenta uma dívida de cerca de 20 milhões de euros à AMARSUL, a justificação com o anterior mandato é apenas uma cortina de fumo sobre os mandatos anteriores de Maria das Dores Meira. É que já em 2011 a dívida da Câmara Municipal de Setúbal à AMARSUL era de 7,2 milhões de euros, quase 50% da dívida de toda a Península.

Este facto faz com que a AMARSUL entrasse com ações em tribunal contra a Câmara de Setúbal por dívidas acumuladas.

Em 2014, as contas do Município ficaram penhoradas por uma dívida de pagamento de recolha e tratamento de resíduos, já superior a 10 milhões. A Autarquia à data contestou o valor da dívida junto do tribunal arbitral que, entretanto, se extinguiu. A AMARSUL vendeu essa dívida a uma financeira, gerou-se um impasse jurídico e a Câmara perdeu, tendo que assumir a dívida na sua totalidade.

Em janeiro deste ano foi votado um novo tarifário dos Serviços Municipalizados com o aumento acima da inflação no saneamento, aumento de 37% no serviço doméstico e de mais de 90% para consumidores não domésticos. Uma brutalidade que desencadeou todo o ruído que temos assistido.

A alienação da habitação social, outra má decisão, uma decisão desastrosa que reduziu drasticamente a capacidade de resposta pública do Município e que agravou severamente a crise da habitação em Setúbal, venderam o património que hoje faz falta às famílias mais vulneráveis e aos jovens.

A habitação social que tanto trabalho deu a conseguir para combater o flagelo de indignidade que ficou desde o 25 de Abril.

O dossier do estacionamento, a concessão ruinosa que esvaziou os bolsos dos cidadãos e que penalizou o comércio local, o acordo recente entre a Câmara de Setúbal liderada pela Dores Meira e a empresa DATAREDE diminuiu a longevidade do contrato entre a Dores Meira e a DATAREDE do passado.



Este facto reduziu a contestação nas ruas, mas mantém o esbulho a quem aqui trabalha, a quem nos visita e a quem aqui vive.

O preço político de reverter uma má decisão política é menor do que o preço que pagam os cidadãos pela arrogância e surdez das maiorias absolutas. Mas o exemplo vivo da incúria é o abandono vergonhoso da Praça de Touros Carlos Relvas, já aqui falado anteriormente, deixada à degradação.

E o esquecimento do IMAPARK e qual é a resposta do presente executivo a este abandono? A assinatura de um protocolo com a APSS para a cedência do CAIS 3, um acordo que obriga o Município a rendas pesadas de milhares de euros e investimentos milionários em reabilitação. Pergunto, como é que este executivo tem a audácia de assumir novos e pesados encargos financeiros para requalificar o CAIS 3, quando demonstra total incapacidade para manter o património que já é nosso e que está a cair aos pedaços?

O absurdo tarifário dos Serviços Municipalizados, assistimos a um autêntico asfixiar das famílias e das empresas de Setúbal, com o aumento desmedido e absurdo das tarifas de água e saneamento.

Por muito que se tente novas narrativas foi uma decisão política, sim, que resultou num ataque direto ao custo de quem cá vive, de quem cá mora, de quem cá produz e cria riqueza. Bem pode o executivo vir agora tentar mascarar com a dança das cadeiras nos Serviços Municipalizados, um adotar medidas mitigadoras para os comerciantes. A vossa decisão política foi honrar os setubalenses da irresponsabilidade política do passado. Esta fatura tem a assinatura de Dores Meira, uma vez mais. A assinatura de Dores Meira da CDU e chega-nos pela mão do Movimento supostamente independente.

Mas o que verdadeiramente espanta neste processo é a concordância cega do partido CHEGA. Onde está o rigor financeiro que o CHEGA diz defender? Onde está a fiscalização dos dinheiros públicos? Diante deste absurdo de gestão o CHEGA não hesitou, bateu palmas e deu o seu acordo a mais um cervedor de recursos no CAIS 3 e o seu voto favorável ao tarifário dos Serviços Municipalizados. O CHEGA é cúmplice da fatura da água atual e será cúmplice da fatura que os setubalenses irão pagar no futuro no protocolo do CAIS 3.

O caos e a opacidade na Arrábida denuncia a total passividade deste executivo municipal, muito embora aqui já contrariado pelo senhor vereador e pela Sra. Vice-Presidente, de braço dado com a inércia, também já aqui mencionada várias vezes pelo Partido Socialista do ICNF, no que toca às acessibilidades às praias e ao vergonhoso estado de degradação da estrada da Arrábida.

O Partido Socialista apresentou uma recomendação, recentemente, foi na última Assembleia aqui mesmo, exigindo mais informação e total transparência sobre o programa “Arrábida Sem Carros” e qual foi a resposta da bancada do Movimento Setúbal de Volta? Votaram contra. Tentaram chumbar a transparência nesta Assembleia.

A falta de espírito democrático, também, deve ser aqui mencionada.

Censura e intimidação, Sra. Vice-Presidente, governar não é impor, mas nesta Câmara o espírito democrático foi completamente asfixiado pelo centralismo e pela arrogância do poder e o panorama é mesmo sombrio. Os episódios lamentáveis, onde tentam silenciar, retirar ou impedir o uso da palavra à oposição, alguns episódios até bastante visionados na própria televisão, e aos próprios cidadãos que se dirigem legitimamente aos órgãos autárquicos, um deles ameaçado a ser levado a tribunal, já não são novidade nesta autarquia.

Este executivo tem medo do contraditório, tem medo do debate e usa a mordaza como ferramenta de gestão política.

Mais grave, ainda, não podemos calar as ameaças físicas e denúncias gravíssimas feitas por alguns vereadores do Partido Socialista sobre o comportamento intimidatório do vosso parceiro de coligação informal.

Isto ultrapassa todos os limites aceitáveis num regime democrático, é inaceitável que o debate de ideias seja substituído pela força bruta, pela coação e pelo medo nos corredores desta autarquia.

A complacência do executivo perante esta violência política, torna-o cúmplice moral da degradação das nossas instituições. Nunca ouvimos uma palavra do executivo municipal a condenar tal comportamento.

Mas a pergunta ficará, a pergunta é o futuro do CHEGA, esta deriva autoritária, a concordância do CAIS 3 e um tarifário da fatura da água revelam a hipocrisia política que sustenta este poder.

Quero aqui denunciar de forma categórica e veemente o papel do partido CHEGA neste xadrez autárquico. O CHEGA que nacionalmente se diz antissistema, em Setúbal transformou-se na moleta oficial do Movimento Setúbal de Volta, tornaram-se os viabilizadores da má gestão. Os exemplos estão registadas em Ata.



Para além dos já citados anteriormente, recorde outro com maior significado até político, o reforço dos poderes da Presidente, em votação cruciais sobre a delegação de competências o CHEGA votou a favor de dar mais superpoderes à Sra. Presidente, esvaziando o papel fiscalizador da Câmara.

Mas a grande questão que hoje deixamos para o futuro, é esta, o que vai fazer o CHEGA daqui para a frente? Vai o CHEGA continuar a ser a moleta dócil e o balão de oxigénio do Movimento Setúbal de Volta? Dando uma maioria absoluta aos órgãos autárquicos que o Movimento Setúbal de Volta não conseguiu nas urnas? Vai continuar protegendo quem governa mal e viabilizar o declínio do concelho? Ou vai finalmente assumir o papel de uma oposição séria, firme e responsável na defesa intransigente dos setubalenses?

Caros deputados e senhores vereadores do Partido CHEGA, os cidadãos estão a ver tudo e não duvidem que vão exigir uma resposta a esta pergunta no futuro.

Termino, Sr. Presidente, os setubalenses não estão condenados a este facto, não estão condenados a pagar as faturas do passado, nem a aceitar aumentos de tarifários e a opacidade do presente, muito menos a tolerar a violência política e as coligações de conveniência que apenas visam a sobrevivência do poder. Setúbal exige e merece uma alternativa, uma alternativa que devolva o rigor às contas, um planeamento no território, o respeito e a segurança nas instituições e a dignidade à democracia local. Essa alternativa forte, responsável e democrática é e será e estará sempre com o Partido Socialista.

Vice-Presidente da Câmara – A idade traz-nos destas coisas, é que eu estava cá quando o PS deixou a Câmara na bancarrota. Eu estava cá! Eu estava cá quando o esgoto corria a céu aberto na Várzea. Eu estava cá, eu sei e estou a falar daquilo que sei, portanto faz-me uma grande confusão falar-se aqui em equilíbrio financeiro, em contas, quando todos sabemos que ficámos com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e foi a CDU que ficou. Não estou aqui a fazer a defesa de ninguém, só estou a dizer do que sei. O Contrato de Reequilíbrio Financeiro que tornou o Município ingovernável e que foi muito difícil alterar a situação e foi à conta do aumento do IMI, foi à conta dos cidadãos de Setúbal.

Ora bem, eu estava cá e foi o PS que começou a vender a habitação pública no Bairro da Bela Vista. Estão lá as escrituras, estão lá as datas. Foi uma opção? Foi! Não venha para aqui dizer que nós é que estamos a vender a habitação pública, porque foi o PS que começou a vender habitação pública.

Estacionamento? Então, o primeiro concurso para estacionamento tarifado foi feito na altura do PS, eu colaborei, eu estava cá, eu trabalhava cá, em 1999 com a RESOPRE. Como é que é possível vir-se agora criticar, aproveitando para dizer mal da Dra. Maria das Dores Meira, é o que aqui está em causa, acusar do estacionamento tarifado? Como é que é possível isto?

Há muitas coisas que espantam, e se calhar até deviam olhar para aquilo que espanta nas Câmaras do PS. O que espanta é Almada não ter água para tomar banho, nem para beber, isso é que me espanta.

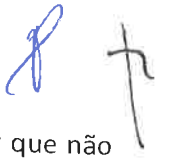
Depois digo-lhe mais, o CAIS 3, tanta crítica. O CAIS 3 daquilo que me lembro já acolheu a semana da Marinha com a presença dos vereadores e com a presença do PS, já acolheu o Picnicão, onde eu por acaso andei a dançar com os velhotes e com o senhor vereador do PS e que estavam todos felizes e contentes, porque finalmente tinham um espaço onde não tinham que estar a apanhar calor.

Isto é que me espanta senhor deputado, espanta-me imenso, mas se calhar o senhor é muito novo e eu é que sou a velha que me lembro destas coisas todas.

Vereador Paulo Maia – Quero só dar aqui dois ou três comentários ao senhor deputado Manuel Fernandes. Nós estamos aqui no estado do Município e aqui pareceu-me ter sido feito um estado histórico do Município, fomos até 2014, não percebo porque é que não fomos antes, ficamos em 2014, se calhar deu jeito ficar em 2014 e não deu jeito ir mais para trás.

Mas o que nos interessa é o estado do Município, como atualmente ele está e, portanto, quero dar aqui uma nota. O estado do Município feito pelo senhor deputado visou sempre e só o nome da nossa Presidente Dores Meira, não vi que estivesse a falar destes 8 meses de governação. Disse aí duas questões que eu tenho de colocar aqui em cima da mesa.

Uma falou na dívida à AMARSUL, que era de 2014, quero lembrar-lhe que esta dívida à AMARSUL não é de 2014, é de 2022 para agora, quando deixou de haver as Águas do Sado. Esta dívida à AMARSUL é de 2022 que é a dívida que foi cedida a um banco, e que estou farto de dar nota disto e que não querem entender, ou sou eu que me explico mal, foi cedida a um banco BFF.



É só fazer as contas, fazer as contas ao valor mensal de faturação de 2022 até agora e volto a dizer que não foi pago nada, não foi pago nada de 2022 até agora, o que foi pago foi por nós agora nesta nota que já demos.

Depois falou aí numa questão, que eu peço desculpa aqui, mas tenho de discordar senhor deputado, arrogância do poder em 8 meses? Arrogância do poder? Arrogância do poder não vi em 8 meses, vi foi em 8 anos, em 8 anos no nosso país, aí é que vi arrogância do poder. Agora em 8 meses não vi, portanto aqui não me revejo em nada disto e peço desculpa refutar esta questão, mas não me revejo em nada de arrogância do poder.

Também quero dar nota de que o tarifário que falaram e que deram nota, bem sabem, porque todas as Câmaras da nossa Península, incluindo as 4 Câmaras do PS, estão unidas, volto a dizer, unidas no combate às tarifas que a AMARSUL cobra aos municípios. E estão unidas, também, em trazer ou melhorar uma central de valorização do tratamento de resíduos sólidos urbanos para a nossa Península, porque os aterros têm a vida de duração que têm.

Ontem houve reunião da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal e, mais uma vez foi reiterada, de que tem de se aumentar a forma de luta contra estas questões e que aqui é que está o problema, que querem fazer crer que é um problema do Município, o problema continua a estar e continuo a dizer pelas tarifas que são cobradas a estes municípios. Porque não é geral no país, porque se fosse assim no país inteiro, mas não é geral no país inteiro, como bem sabem.

Não poderia deixar de dar esta nota e só agora completando uma das coisas que a Sra. Vice-Presidente aqui trouxe e muito bem. O contrato com a DATAREDE foi assinado em 2021, quando a Sra. Presidente saiu, entretanto, o que aconteceu foi que na prossecução do contrato, na continuação do contrato não foram verificadas determinadas premissas que estavam no contrato, como os senhores também bem sabem. Portanto, eu acho que estar a falar do passado, temos que falar do passado todo, então vamos falar do estado do Município atual, que é isso que eu penso que nos traz aqui hoje.

Presidente da Mesa – Terminado esta primeira ronda, que acabou assim um bocadinho mais animado, o que é bom, até porque já algum que eu não ouvia dizer que a culpa era do PS, foi algo que fomos perdendo e é bom que se lembre que durante estes 30 anos que a culpa é do PS e do Mata. Antes era do Mata e agora é do PS.

Perdoem-me lá esta provocação, mas como fui aqui vereador muitos anos e ouvi tantas vezes isso. Sinto é um bocadinho de vergonha alheia, culpar alguém que passou há 30 anos pelos problemas criados agora, mas isso é outra coisa.

Vamos agora passar à ronda livre, peço que façam sinalética para se inscreverem.

Helena Murta (SE-V 25) – Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento os presentes e os que nos ouvem em casa.

Subo a esta tribuna, não apenas como deputada do Movimento Independente de Setúbal de Volta, mas como setubalense, que tal como todos, recebe e paga as suas faturas no final de cada mês. E, sou independente mesmo, não sou e nem nunca fui filiada em nenhum partido.

Portanto, pago as minhas faturas no final de cada mês como todos os setubalenses, cumprindo sempre.

É tempo de falarmos do estado do Município, neste caso sobre a atualização da fatura do ambiente, mais conhecida por fatura da água, sempre com transparência e verdade as vezes que forem precisas e sobre os aumentos abusivos e insustentáveis da AMARSUL ao longo dos últimos anos. E já vamos falar em anos.

Meus senhores, todos sabemos que a raiz deste problema tem sido o monopólio da AMARSUL, a verdade é que o que muitos tentam camuflar com ruído político é matemática. Em 2020, o custo do tratamento de uma tonelada de resíduos na AMARSUL rondava os 22€. Toda a gente já ouviu falar nestes números e nós então na Comissão de Ambiente já nos reunimos mil vezes neste mês e no mês passado, já ouvimos falar nestes números muitas vezes.

Hoje, em 2026, esse valor disparou para 77.07 € por tonelada, estamos a falar de um aumento brutal de mais de 300% num serviço essencial. A este valor o Estado Central ainda soma a taxa geral de resíduos que ronda os 35€ por tonelada, o que torna a fatura do ambiente realmente de um fardo quase insuportável para todos nós.



Mas atenção, é que ao longo destes anos o anterior executivo não pagou à AMARSUL e não foi atualizando gradualmente os nossos tarifários e, por isso, este executivo atual herdou uma situação de rutura, entre 2022, e olhem que eu estudei e tenho aprendido muito também, e outubro de 2025 os Serviços Municipalizados foram acumulando... Também antes de ser deputada ouvia muito todos online, eu estava lá atrás do écran e um dia decidi sair de trás do écran e ser a voz dos setubalenses, eu e muitos de nós do Movimento Independente.

Portanto, entre 2022 e outubro de 2025, os Serviços Municipalizados foram acumulando uma dívida colossal de 20 milhões de euros, ora esta dívida colocou Setúbal numa lista negra financeira e sob o risco real de vermos a recolha do lixo suspensa se não fosse paga, mas, felizmente, a mesma é paga pela nossa Câmara. Tenho estado nas comissões de Ambiente e sei do que estou a falar.

Há que salientar que a atualização tarifária não foi uma opção política de bom grado, mas uma imposição legal da ERSAR que classificou o modelo anterior como verossímil e ilegal por não cobrir os custos reais. Por conseguinte, este executivo e os Serviços Municipalizados tiveram de cumprir a lei. Eu também cumpro a lei, nós todos cumprimos a lei ou não pagam todos a vossa fatura?

Tiveram a coragem pouco popular de implementar a fatura verdadeira, garantindo que Setúbal continue a ter o lixo recolhido todos os dias, a fórmula é igual para todos, mas perguntam todos, o que é que a Câmara fez e está a fazer por Setúbal? A Câmara não aceitou este cenário de braços cruzados.

Primeiro, ao atualizar os tarifários, protegeram as famílias e mantiveram todas as tarifas sociais, famílias numerosas, IPSS, etc.

Segundo, ao longo dos últimos meses, para proteger os setubalenses, principalmente os pequenos não domésticos, pequenos comerciantes, foram tomando medidas concretas de alteração ao regulamento, tendo sido aprovado a criação de escalões, como há também para os domésticos, escalões mais curtos para que quem poupa e consome menos paga, efetivamente menos a partir de outubro. E, o apoio à economia local, com a deliberação n.º 294/2026 aprovada na última reunião de Câmara, que eu também vi, implementando o apoio extraordinário que suspende o aumento tarifário para pequenos negócios que consumam até 25 metros cúbicos com efeitos retroativos a março.

E, nomeadamente, também, justiça social, automatizando a tarifa social para cerca de 300 associações e IPS e, mais, isenta também as taxas de resíduos aos munícipes que não consomem água através da tarifa zero.

Eu tenho uma casa de família em Albufeira, que está fechada muito tempo durante o inverno e tenho de pagar tudo.

Mas a ação desta Câmara vai muito além das fronteiras do concelho, através da CIM da Península de Setúbal, os novos municípios uniram-se num consenso, independentemente do partido, inédito contra os preços incomportáveis da AMARSUL e já foi levada esta luta à Ministra do Ambiente, exigindo a revisão da TGR e novos modelos de financiamento. Também se está a avaliar seriamente a via judicial contra a AMARSUL para travar este monopólio que lesa os nossos munícipes, lesa-nos a nós.

Portanto, setubalenses, se temos de lutar, é lutar ao lado da nossa Câmara, não é lutar contra a Câmara, é apoiá-la nesta luta lado a lado e não ao lado de certos interesses políticos que nos cegam e baralham, nomeadamente nas redes sociais.

Para o futuro acredito na transição para o sistema *PAYT*, ou seja, pagar apenas pelo que se produz de lixo e a criação de uma central de tratamento e valorização regional na nossa Península. Só assim garantiremos autonomia estratégica e uma fatura ambiental justa que não dependa dos caprichos tarifários de entidades externas e que todos nós a consigamos compreender com mais clareza.

Como setubalense garanto-vos que este Movimento, constituído maioritariamente por pessoas independentes, continuará a lutar pela verdade e pela defesa do bolso de quem vive e trabalha na nossa terra, que só por acaso somos todos nós e onde eu me incluo. Muito obrigada.

M.ª João Palma (PS) – Senhor Presidente, nós elencamos as nossas intervenções e passo a palavra, se possível, ao deputado Mário Aranha para que sigamos a sequência lógica daquilo que preparámos. Pode ser?

Presidente da Mesa – Não! Quem passa a palavra sou eu. E eu segui a ordem da inscrição e como levantou a mão... Então, senhor deputado Mário Aranha.



Mário Aranha (PS) – Boa noite! Ali a nossa colega deputada Helena Murta fez um trabalho extraordinário na redação das nossas comissões, mas eu peço para reler de novo, tanto as conclusões como o relatório, porque parece que há aí muita confusão, nomeadamente até sobre a própria legalidade do tarifário que foi na primeira frase que a ERSAR enviou para cá é que diz que o tarifário é ilegal, porque primeiro tinha de ser aprovado pela ERSAR e depois é que podia ser implementado.

Logo na primeira frase veio indicado essa questão, obviamente que não vamos aprofundar aqui, porque dia 17, nós vamos ter um debate sério e aprofundado sobre isso.

Relativamente ao estado do Município, nós temos problemas e temos de os enfrentar, temos de falar aqui de verdade, se queremos melhorar, temos de encarar o que está a causar problemas. E como vou pelo consensual e pelo que dizem as populações no dia a dia, nos cafés, nas ruas, nas redes sociais, em Setúbal o estado do Município piora de semana para semana e isto não são perceções, são realidades.

Por muito que o Movimento Setúbal de Volta, PSD/CDS, tente disfarçar isto com foguetório, com anúncios, os problemas criados pelos executivos da CDU, na versão Dores Meira, na versão CDU sem Dores Meira, não estão a ser resolvidos, pelo contrário, estão a ser agravados.

A quantidade de erros, a ineficácia demonstrada em tão pouco tempo indicia mais 3 anos e meio muito difíceis para o concelho.

Infelizmente, e como o PS de Setúbal sempre referiu, não é por ter uma nova embalagem que a política melhora, embalagem essa que se materializou na terceira campanha autárquica mais cara de Portugal. Esta política já passou há muito do seu prazo de validade e muito mal tem feito ao concelho.

Caras e caros setubalenses e azeitonenses, nestes 50 anos de Poder Local democrático, já nos permite ter uma perspetiva sólida, longe da espuma dos dias e da propaganda municipal paga pelos contribuintes. Podemos por isso afirmar com muita certeza de que o século XXI não tem sido favorável para o nosso concelho.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, nos anos 90 estávamos em recuperação económica face a outros concelhos, iniciando a década em 14º lugar a nível nacional e acabando em 2000 com um honroso 13º lugar. Segundo o último estudo publicado em 2025, já estamos no 21º lugar, ou seja, já fomos relegados para a segunda liga.

Ora, ser um concelho forte economicamente, onde a ação das Câmaras Municipais é crucial, o concelho é menos atrativo para empresas, para pessoas e entra em estagnação, o que é o nosso caso.

As consequências estão à vista, por exemplo, o número de eleitores nos último quatro anos subiu apenas 1%. O que o INE diz é que deixamos de ser um concelho atrativo, nos últimos fomos ultrapassados por outras localidades.

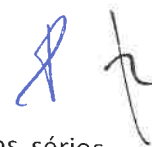
Do atual executivo, não vemos programas sérios de construção de parques empresariais, de ninhos de empresas tecnológicas, de atrair grandes e médios investimentos, nada de nada. É, aliás, doloroso consultar os meios de comunicação social e verificar que nenhum, mas mesmo nenhum instrumento privado relevante é inaugurado ou sequer é iniciado.

Em sentido contrário, o executivo municipal apenas apresenta investimentos ruinosos, como o CAIS 3 ou a Quinta de São João, que em nada contribuiu para o fomento económico ou de envolvimento social, desportivo ou ambiental do nosso concelho.

Há quem refira, ainda, que o Movimento Setúbal de Volta vai trazer um dinamismo do turismo anterior a 2021, mais uma mistificação. A experiência anterior coloca Setúbal como um concelho num lugar 178 em 308, onde o turismo mais benefícios traz à economia local. Repito, 178 nos 308 concelhos do país.

Um concelho que não proporciona boa qualidade de vida aos seus habitantes, já mais terá turismo de qualidade e verdadeiramente impactante. Aliás, neste momento, Setúbal dificulta muito a vida aos seus habitantes, entre 2017 e 2025 fomos o 5.º concelho do país onde o preço das casas mais subiu, mais de 200% em 8 anos.

A crise de habitação é nacional, mas em Setúbal é o 5.º concelho onde ela mais se manifesta, não pela pressão da procura, porque já vimos que Setúbal não é um concelho que está a ser procurado para habitar ou para viver, não pelo excesso de turismo, o que temos é mesmo muito pouco, mas obviamente pela absoluta incapacidade dos executivos camarários em construir ou disponibilizar habitação pública, seja em renda acessível para a classe média/baixa, seja em renda apoiada para os mais frágeis ou a custos controlados para os jovens em classe média.



Aqui verificamos, também, absoluta inação do executivo municipal, zero medidas, zero incentivos sérios, vamos em 26 anos sem uma nova casa pública em Setúbal, a caminho dos 27 dos 28 e dos 29 anos de um zero total em termos de política de habitação pública. Mas já há quem esfregue as mãos, a especulação imobiliária, que na linha do Governo Montenegro e que este executivo segue à risca.

É verdade, temos Setúbal de Volta, Setúbal de volta às barracas, Setúbal de volta às dezenas de sem abrigo, Setúbal de volta ao desespero de quem quer comprar ou arrendar casa.

O estado do Município não se recomenda e os indícios deste o meses de mandato apontam para um aprofundamento dos problemas e a regressão económica, social, ambiental e até de relevância política do nosso concelho.

Embora sem grandes esperanças apelamos ao atual executivo que mude radicalmente as suas políticas.

Neste momento, somos a pior Câmara da Península, em termos de investimento municipal, a esmagadora maioria das despesas vai para pagar salários ou despesas de funcionamento.

Urge aumentar o investimento em habitação pública, em vias de comunicação, em equipamentos desportivos e culturais.

Temos de combater a sério as alterações climáticas para que os verões em Setúbal não se tornem insuportáveis.

Temos de atrair empresas de alto conteúdo tecnológico, mão de obra qualificada, temos que sair de vez deste ciclo de decadência em temos impostos máximos para serviços mínimos, para que nos próximos anos os números, a estatística, mas principalmente a vida das pessoas possam melhorar.

Temos mesmo de realizar todos os objetivos que o PS de Setúbal tem defendido e que o tempo nos tem dado toda a razão.

Não queremos Setúbal de volta a 1981, queremos ser sim a capital do futuro e a história de sucesso portuguesa a partir de 2026.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Obrigado Sr. Presidente, boa noite a todos e a todas, senhores vereadores, senhores deputados municipais, meus senhores e minhas senhoras que estão no público e quem nos acompanha em casa, caros setubalenses e azeitonenses.

Durante muito tempo, quando se falava de habitação municipal, falava-se, sobretudo, de construir casas, atribuir casas, gerir rendas, conservar edifícios e responder às urgências do património. Porém, Setúbal continua a mudar e com ela também mudaram os desafios dos seus bairros municipais.

Hoje, a cidade enfrenta novas vulnerabilidades, novas formas de exclusão, novas pressões sociais e urbanas e a habitação continua no centro de tudo e já não pode ser vista apenas como uma mera entrega de chaves.

Onde a cidade é mais frágil o Estado tem que estar mais presente e uma casa municipal é, muitas vezes, o ponto de encontro entre vários problemas da cidade desde o envelhecimento à solidão, à pobreza, à saúde mental, ao desemprego, à mobilidade reduzida, ao insucesso escolar, à insegurança, à degradação do espaço comum, às dificuldades no acesso ao serviço público e às fragilidades das redes familiares. É aqui que deve começar a intervenção da autarquia através da prevenção e implementação de políticas de apoio social a comunidade. Desta forma pergunta-se, quais os projetos de apoio à exclusão social previstos?

Quantas casas de emergência social existem? Qual o levantamento de diagnóstico e acompanhamento das pessoas idosas em Setúbal?

É, por isso, que a gestão da habitação pública deve ser lida como algo mais profundo do que uma alternativa administrativa. Deverá ser uma presença pública de proximidade nos territórios, onde os problemas sociais da cidade se sentem com maior intensidade.

Gerir bairros municipais não é apenas gerir património, é gerir relações de vizinhança, expectativas, conflitos, urgências, medos e oportunidades, é perceber que uma fachada reabilitada melhora a dignidade humana, mas que uma escada abandonada pode destruir a diferença numa comunidade.

É compreender que a eficiência financeira importa, mas que a resposta humana também conta, é saber que há obras que se medem em milhões de euros, mas há resultados que se medem na forma como uma pessoa idosa volta a sair de casa, como uma criança que passa a viver num edifício mais seguro ou como uma família sabendo que o Estado não desistiu dela.

Os bairros sociais não podem ser problemas herdados, são comunidades com presente e com futuro e a habitação municipal não pode ser apenas uma política de atribuição, tem também de ser uma política de acompanhamento, não basta entregar uma casa, é preciso garantir que essa casa se insere num bairro cuidado, servido, seguro e respeitado.

Os bairros sociais de Setúbal, nascidos nos anos 80 e 90, estão marcados por uma das maiores transformações urbanas e sociais da cidade, que passou pelo combate às barracas e pelo realojamento de milhares de famílias. Foi uma missão histórica, exigente e profundamente transformadora.

Nos últimos anos assistimos à recuperação do edificado e à conservação do património, mas, infelizmente, o parque habitacional não tem crescido, pelo contrário, as recentes alienações fazem com que a oferta à habitacional pública diminua, o que por si só constitui um duplo problema de gestão pública.

Mas uma cidade não se faz apenas só de edifícios, faz-se acima de tudo das pessoas que vivem neles e é aí, precisamente, que há inúmeras falhas, não houve visão, nem investimento necessário para promover nova construção, não houve uma aposta consistente do arrendamento público nas rendas acessíveis, nem no desenvolvimento de programas que permitem às famílias de rendimentos intermédios aceder a uma habitação digna com rendas compatíveis com a sua realidade.

Os setubalenses e azeitonenses têm, segundo os dados do INE/PRODATA, uma taxa de esforço de arrendamento na ordem dos 55%, enquanto a média nacional é de 39%. Meus senhores e minhas senhoras, estamos a falar de 10 euros o preço por metro quadrado no mercado de arrendamento.

Este é mais do que um argumento para que haja um maior empenho e cuidado nas políticas municipais para habitação.

Senhora Vice-Presidente, meus senhores e minhas senhoras, Setúbal precisa de habitação, Setúbal tem pessoas dentro que não conseguem viver na cidade onde trabalham, onde construíram família e onde querem construir o seu futuro, jovens que adiam a sua emancipação, casais que não encontram uma casa que possam pagar, famílias que vivem com enormes dificuldades para suportar o custo da habitação.

Uma cidade que não cria condições para fixar os seus habitantes, é uma cidade que compromete o seu futuro, não basta recuperar paredes, é preciso abrir portas, não basta preservar património, é preciso garantir que existam casas para quem quer viver, trabalhar e criar os seus filhos em Setúbal.

É tempo de colocar a habitação no centro das políticas municipais, é tempo de investir em nova construção, de aumentar o parque habitacional público e desenvolver soluções de arrendamento acessível que respondam às necessidades reais da população.

Tendo em conta estes factos, questiono, quando casas estão previstas no futuro imediato construir? Qual o prazo para a entrega das mesmas? Quais os critérios para aceder à sua candidatura?

Defender o direito à habitação é defender o direito de pertencer, é por isso que não desistimos deste caminho, do caminho de querer uma Setúbal mais habitável.

Sofia Almada (SET-V 25) – Boa noite a todos, boa noite ao Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara Municipal, em exercício, senhores vereadores, senhores deputados e todos os cidadãos que nos seguem.

Fazendo uma análise destes oito meses, é necessário realmente falar do estado de ambiente, porque o ambiente é muito mais do que o ambiente físico, é todo ele.

E falar do ambiente neste município, é um assunto que se reveste de grande importância pela particularidade de termos reservas naturais, tanto marítimas, como da Biosfera.

Neste contexto a economia circular tem particular importância, e a gestão de resíduos é uma tarefa sempre a melhor.

Falar de resíduos urbanos, de lixo, é falar de saúde, de economia, de engenharia, de ecologia, de oportunidades e de futuro.

Todo o sistema de recolha, valorização e destruição do lixo deve ser consistente e eficaz para evitar pragas, doenças, a contaminação dos solos e dos lençóis de água.

Os países que já fizeram a transição para a economia circular, e os municípios portugueses com desempenho acima da média, como é o caso da área do Porto, por exemplo, demonstram que é possível reduzir drasticamente o recurso aos aterros, recuperar matérias-primas valiosas e transformar o lixo numa



oportunidade para o desenvolvimento sustentável. Os recursos naturais são finitos. Por isso, reduzir, reutilizar e reciclar deixou de ser uma opção para passar a ser uma necessidade.

Esta necessidade é uma preocupação mundial, regional, local, pessoal. Isto não é um problema de Setúbal.

A nível europeu, há legislação e metas a cumprir, que foram transpostas para a resolução nos vários países. A nível nacional a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, publicada em Diário da República é o plano definido por Portugal. O PERSU2030 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030, e o que é que estabelece? Responsabilidade equitativa entre municípios e Sistemas de gestão de resíduos.

Reinvestimento das receitas da Taxa de Gestão de Resíduos na melhoria e na inovação do setor.

Modelar os valores de contrapartida da reciclagem e fixa também metas quantitativas para 2035, nessa altura é suposto limitamos a deposição em aterro a apenas 10% e atingir os 65% de reutilização e reciclagem e reciclagem e não aumentar a produção de resíduos (esta última meta é uma meta nacional, uma ambição nacional, não é uma meta decorrente da legislação comunitária).

A nível local, por exemplo, trabalhos de final de dezembro de 2025, de jovens alunos da escola Sebastião da Gama, permitem perceber melhor os imaginam a cidade do futuro (e é para o futuro que nós queremos caminhar). Identificaram a transição energética em economia circular como uma das prioridades fundamentais para o desenvolvimento sustentável do nosso território. Permitindo reciclar, reduzir e simultaneamente usar os resíduos enviados para aterro e reduzir e simultaneamente usar os resíduos enviados para aterro e diminuir os resíduos enviados para aterro e aumentar a autonomia energética do município.

E agora em 2006, como é que estamos? Em que estado estamos? Qual é o ponto de situação?

Bruxelas avançou esta semana com um processo contra Portugal, por falhar a meta de reciclagem para 2025, que devia de ser 50%. São 12 os estados membros nesta situação.

Em Portugal continental, existem 23 empresas de gestão de resíduos, 11 das quais pertencem à EGF (empresa do grupo Mota-Engil) que abarcam municípios do Minho ao Algarve e onde se insere a AMARSUL. As empresas do grupo EGF fazem a gestão de resíduos de 60% do território do continente, e o monopólio.

Olhando para o relatório anual da Agência Portuguesa do Ambiente sobre os resíduos urbanos (RARU), que foi publicado em setembro de 2025, destaca-se que houve um aumento de 4% na produção nacional e que a recolha indiferenciada é em 75% dos casos.

Percebemos que das empresas existentes, a deposição em aterro continua a ser a maior percentagem do destino dos resíduos. Como é que nós estamos no nosso município? A AMARSUL tem 74,7% depositado em aterro, (muito longe da meta do PERSU) e a preparação para reutilização e reciclagem é de 38% (a meta do PERSU para 2025 era de 55% e para 2030 é de 60%), portanto, é uma empresa que está aquém do que era suposto.

Das empresas da EGF, só a VALORSUL se destaca com a maior parte a ser tratada numa EVE – Estação de Valorização Energética e fora deste aglomerado de empresas, destacam-se as empresas LIPOR do Porto, (que não tem gestão privada, é pública) só com 9% depositado em aterro e o restante praticamente tudo valorizado em EVE.

Na recolha de biorresíduos destacam-se a LIPOR e a TRATOLIXO. Na recolha para a reciclagem é a ERSUC, a GESAMB, a RESIALENTEJO, RSTJ RIBATEJO, que já atingem percentagens altas, algumas já em 63%, sendo que a meta para 2035 é de 65%.

Quando se faz uma pesquisa, porque isto é tudo público, observamos que os valores de tarifas das várias empresas são semelhantes, e que embora tendo preços semelhantes, as soluções de tratamento de resíduos variam de empresa para empresa, o que suscita as perguntas “Porquê pagar tanto por serviços que parecem não confluir para as metas do PERSU?” Podemos escolher outras empresas, com melhor desempenho? Quem regula esses preços?

A tarifa paga por tonelada de resíduos tratados, é proposta à ERSAR e depois aprovada para períodos de 3 anos. Os municípios não propõem ou aprovam essas tarifas.

Neste momento estamos a meio de um triénio, quer isto dizer que de 2025 a 2027 a tarifa é a mesma. Mudará em 2028. Isto também significa que o executivo de 2025 sabia que a tarifa da AMARSUL tinha aumentado, mas por alguma razão, ou falta de tempo ou falta de oportunidade, optou por fazer querer que ia assumir a diferença não tendo os municípios percebido, nessa altura, que o serviço já estava mais caro.

É preciso clareza.



O atual executivo, herdou uma situação pouco saudável. Mas além de esclarecer qual o ponto de situação em que o município se encontrava nesta matéria, divulgou o estado deste problema, encetou uma série de medidas para assegurar a manutenção do serviço, proteger os agregados mais vulneráveis e pequeno comércio e, adaptando as tarifas e reestruturando serviços.

O executivo deu mostras de fazer aquilo para o que foi eleito, ouvir, adaptar e servir a população. Não toma medidas para aparecer em notícias, nem toma medidas para aparecer em redes sociais. Está a tentar resolver problemas sem criar outros.

O que pedimos ao executivo é que caminhe no sentido de melhor e maior cumprimento das metas do PERSU. Que esclareça, se necessário com a autoridade da concorrência o porquê dos valores praticados pelas empresas serem tão semelhantes, mesmo com soluções tão diversas. Um aglomerado de empresas que gere 60% do território é um monopólio. Estamos a pagar por serviços que depositam 74,7% em aterro, que enviam só 38% para reciclagem, muito longe das metas. Porquê?

Pedimos ao executivo que continue a pressionar, em sede ministerial, da ANMP e da CIM, para que as tarifas reflitam o esforço da aproximação dos serviços às metas do PERSU, para que a TGR seja devolvida e aplicada em projetos, para que o valor da contrapartida da reciclagem seja modelado, atualizado. Para que haja um incentivo junto dos municípios em produzir menos resíduos, através de faturação mais próxima daquilo que se produz. Para que haja projetos ao abrigo do programa Plano Terra +. É possível fazer isso?

O desafio que deixamos a esta assembleia é que haja um pacto nesta matéria. Todos queremos um município mais limpo, mais saudável, mais moderno. Todos já percebemos que a AMARSUL está aquém, quando comparada com outras empresas do sector.

Não é ao executivo que temos que pedir para pagar menos. É à AMARSUL e às empresas de gestão de resíduos que temos que pressionar para assumirem as suas responsabilidades. É às entidades reguladoras que temos que pressionar para regular.

Os debates e movimentos que tem havido nos últimos tempos sobre este problema são sinal de um município atento, que quer inovação e soluções, e temos um executivo com visão e capacidade para solucionar problemas. Haja vontade entre nós, para que tenham força para pressionar as entidades responsáveis. Para que possamos deixar um legado de modernidade, sustentabilidade e pioneirismo.

O desafio que deixamos aos movimentos cívicos que se organizaram recentemente, é que ajudem a reforçar a literacia ambiental, porque nenhuma estratégia terá sucesso sem a participação de todos. Ajudem a sensibilizar a população, ajudem a envolver as empresas e exigir que as entidades responsáveis cumpram o seu papel. Organizem ações como por exemplo a Semana Europeia de Prevenção de Resíduos, que será em novembro.

Cada cidadão, cada instituição e cada decisor político tem uma responsabilidade nesta mudança de hábitos. Porque é de uma mudança de hábitos de que se trata.

A sustentabilidade não depende apenas de leis ou de investimentos. Depende das escolhas que fazemos todos os dias. Agir hoje é garantir um futuro mais saudável, mais justo e mais sustentável para as próximas gerações. E Setúbal merece.

Vasco Gonçalves (Junta de Freguesia de São Sebastião) – Senhor Presidente, senhores deputados, cumprimentar o público que aqui está, os técnicos e quem nos assiste em casa.

Senhora Vice-Presidente, senhores deputados, falar do estado do Município é inevitavelmente falar também das freguesias e daquilo que é o balanço do trabalho feito até agora.

Na Freguesia de São Sebastião, como todos sabemos, somos um executivo novo, tal com o executivo municipal e na maioria das freguesias e, por isso, é natural e expectável que hajam algumas mudanças em curso e gostava aqui também de salientar, destacando também aqui o que tem sido a relação com a Câmara Municipal a nível das freguesias e da Freguesia de São Sebastião, em particular.

Permitam-me destacar entre algumas iniciativas que temos levado a curso nestes primeiros primeiros meses de mandato de cerca de 8 meses, onde muito já foi feito, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Gostaria aqui de destacar, nomeadamente o reforço que foi feito ao apoio ao Movimento Associativo nestes primeiros 8 meses de mandato, que comparado com o último ano de 2025, houve um reforço de mais 22 mil euros de apoio ao Movimento Associativo, um aumento de 60% face ao ano passado.

Voltaram-se a celebrar contratos-programa para formalizar estes apoios ao Movimento Associativo também para clarificar tudo é feito de forma transparente e possa ser escrutinado por todos, algo que já não era feito há alguns anos a esta parte a nível da freguesia.

Mas mais, também, do que o apoio que foi dado, referir que mais que duplicámos o apoio às associações e às coletividades beneficiárias destes apoios. O ano passado tivemos 16 coletividades e associações apoiadas, este ano apoiamos 29 coletividades e associações, portanto, quase o dobro. E aqui, também, um aspeto bastante positivo naquilo que é a relação com o Movimento Associativo que é, de facto, uma força muito importante na dinâmica cultural e da prisão social da freguesia e do concelho.

É uma prioridade do executivo municipal e que o executivo da Junta de Freguesia também acompanha e também reforça com a sua intervenção ao nível da educação. O executivo municipal anunciou recentemente um investimento na ordem dos 90 milhões de euros, como já foi referido pela Sra. Vice-Presidente, na promoção da educação, o executivo da Junta de Freguesia também tem em curso um conjunto de investimentos na ordem dos 100 mil euros de requalificação das escolas do ensino básico, algumas das grandes empreitadas já estão em fase final de adjudicação, outras já começaram mesmo e já estão em curso, nomeadamente nesta pausa letiva para dotar as nossas escolas que estavam num estado muito (estavam e ainda estão) lastimável para dotar as nossas crianças de melhores condições de aprendizagem e para melhorar o espaço da nossa comunidade educativa, porque investir na escola pública é investir no futuro da cidade.

Também ao nível da população sénior registámos um aumento de mais de 3 vezes a participação da população sénior nas iniciativas da junta de freguesia, retomamos algumas iniciativas que já estavam perdidas, introduzimos outras iniciativas novas e a adesão tem sido muito, muito grande face ao 1º semestre do ano passado, em que tivemos um registo de cerca de 3 vezes mais participação da população sénior.

No âmbito da cultura, recuperámos algumas tradições, nomeadamente o festejo do Carnaval que era uma tradição que já estava algo perdida na nossa cultura setubalense e que a Junta de Freguesia decidiu recuperar com um acolhimento bastante bom por parte da população e que pretendemos manter nos próximos anos.

Apostámos numa nova dinâmica para a Festanima, que hoje teve início e para o qual, também, fica aqui o convite para todos visitarem e participarem, uma dinâmica que pretendemos ainda melhorar nos próximos anos.

Dizer, também, que em parceria com o Município decidimos alargar uma iniciativa que já se realizava nos fados em Setúbal, mas decidimos enquanto freguesia levá-la a zonas mais periféricas da freguesia, bairros muito periféricos e que nunca tinham recebido, até agora, uma iniciativa desta natureza como as Padeiras, como o bairro da Linha. Bairros muito periféricos que, pela primeira vez, receberam este tipo de iniciativas.

Apostámos, também, numa visão diferenciada face aquilo que existia até agora, que pela primeira vez candidatámos a freguesia a candidaturas no âmbito dos fundos comunitários, que esperamos que tenham sucesso e neste aspeto gostaria aqui de lançar um desafio e fazer um apelo, também, ao executivo municipal, que já tive a oportunidade de fazer ao senhor vereador, reforço e penso que posso aqui falar em nome das restantes freguesias, porque todos beneficiaremos e que tem a ver com os investimentos territoriais integrados.

As ITIS da Área Metropolitana de Lisboa, são instrumentos de política de coesão, são planos de ação que foram desenhados com base em estratégias integradas de desenvolvimento territorial e que permitem executar os fundos comunitários ao nível do município, no âmbito da grande Área Metropolitana de Lisboa.

Ora, estas estratégias, estes planos de ação que são as ITIS têm atualmente várias candidaturas abertas no âmbito dos fundos comunitários, cujos prazos de candidatura foram alargados até ao final do ano 2026.

É aqui o meu apelo, se estes planos forem alterados fazendo referência às competências descentralizadas que as freguesias têm no âmbito dos autos de transferências e dos contratos interadministrativos permitirá que também as freguesias possam candidatar-se a estas fontes de financiamento e poderemos todos beneficiar.

Estamos a falar de candidaturas que estão abertas para melhorar os equipamentos escolares, as escolas do ensino básico onde as freguesias têm competências delegadas, melhoria das infraestruturas e dos equipamentos da Administração Local onde as freguesias também têm muitos equipamentos ao serviço da população.



Portanto, lançar aqui este apelo para que esta estratégia seja revista, fazendo referência e inclusão do papel das freguesias e das competências que têm descentralizadas nestas áreas por via dos autos de transferência e dos contratos interadministrativos, porque isso permitirá que a Câmara Municipal não tenha de ir a todos os concursos, porque também não tem financiamento para tudo, mas que as juntas de freguesia com a sua autonomia financeira o possam fazer e todos beneficiaremos.

Permitam-me, também, para terminar a intervenção, fazer referência a um aspeto menos positivo, mas na esperança de que ele possa melhorar, porque nem tudo é perfeito e ainda há muito caminho a percorrer.

A relação com o Município tem sido uma relação construtiva de diálogo, que temos vindo a aprofundar, mas existe um aspeto importante que tem causado alguns constrangimentos para a população, neste caso por via das dificuldades, que temos tido e que tem a ver com o fornecimento de materiais por parte da Câmara Municipal de Setúbal para executar obras, no âmbito dos autos de transferência de competências.

Como é sabido é uma obrigação da Câmara Municipal fornecer esses materiais para executar as obras e esses materiais têm tido muita dificuldade em chegar à freguesia, os pedidos têm sido muito burocratizados, as autorizações tardam e mais de metade dos pedidos que foram feitos não tiveram essa correspondência, teve que ser a Junta de Freguesia a assumir esses custos do seu orçamento, felizmente a situação agora já está um pouco melhor, mas lançar aqui o apelo para que, nestes primeiros meses de mandato, a situação não foi positiva e para que, daqui para a frente a situação possa, de facto, ser melhorada e ser agilizada, porque todos e, em particular, a população é que ficará beneficiada na execução destas obras, no âmbito das transferências de competências.

E por fim, mesmo para terminar, uma palavra relativamente àquilo que foi um bom exemplo de cooperação institucional entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, que já foi aqui também referido e que não podia deixar de fazer referência a este aspeto e que tem a ver com aquilo que se passou há uma semana atrás, porque a esta hora vivíamos uma situação de grande angústia, de grande aflição, com famílias e casas em risco de poderem ser consumidas pelo incêndio que afetou a nossa freguesia.

Dizer, como já foi aqui, também, pelo senhor vereador, que desde a primeira hora a autarquia, o Município, como a Junta de Freguesia, como também aqui as freguesias vizinhas, foram, de facto, de uma solidariedade imensa e uma cooperação institucional determinante para que fosse um sucesso este combate ao incêndio.

Foi uma situação que ninguém deseja passar por ela, mas respondemos e correspondemos, estivemos presentes desde todos os momentos e deixar aqui, também, uma palavra de apreço e de um bom exemplo, de facto, nos momentos mais difíceis é que se revela também a fibra de que são feitos os autarcas.

Portanto, quer da parte do Município, quer da parte das freguesias deixar aqui uma palavra de agradecimento e é com base neste exemplo que nós devemos seguir daqui para a frente e que contem com a Junta de Freguesia de São Sebastião para continuarmos a construir um concelho melhor e continuarmos com uma cooperação leal e justa.

Tiago Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão) – Boa noite a todas e a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, bem como todos aqueles que nos acompanham remotamente.

Desde o início do mandato, a Junta de Freguesia de Azeitão tem procurado exercer uma gestão de proximidade, assente na presença permanente no terreno, na resolução dos problemas concretos da população e na execução rigorosa das competências que lhe estão atribuídas.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, foi desenvolvido um trabalho contínuo nas áreas da educação, manutenção do espaço público, espaços verdes, cemitérios, apoio às instituições e atendimento aos munícipes, procurando garantir melhores condições de vida para quem vive, trabalha ou visita a nossa freguesia. No entanto, estamos conscientes da necessidade de melhorias no que respeita à limpeza e manutenção de vias públicas.

Na área da educação, foram realizadas mais de meia centena de intervenções de manutenção nos estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, correspondendo a mais de 300 horas de trabalho das equipas da Junta, às quais acresceu o recurso a prestação de serviços externos especializados sempre que tal se revelou necessário, garantindo uma resposta eficaz às necessidades identificadas pelas comunidades escolares, como é exemplo o fornecimento de 2 portas de PVC (que muito tardavam a aparecer), de valor



superior a 6.000 € e substituição de sanitas (que tanta falta faziam na escola e pré-escola), também este com valor avultado, superior a 5.000 €.

No que respeita ao espaço público, importa destacar o significativo esforço desenvolvido pelos serviços operacionais. Durante o primeiro semestre foram efetuadas mais de meio milhar de intervenções de limpeza urbana e manutenção do espaço público, bem como mais de duas centenas de intervenções em espaços verdes. Procedeu-se ainda à manutenção de sistemas de rega em mais de meia centena de locais e à substituição de mais de mil exemplares vegetais, substituídos mediante a aquisição direta da Junta de Freguesia e respetiva assunção de encargo, contribuindo para uma freguesia mais cuidada e ambientalmente mais qualificada.

Paralelamente, foram realizadas ações regulares de corte de ervas, limpeza de sarjetas e sumidouros, controlo de infestantes e desmatção em diversos pontos da freguesia, bem como pequenas reparações no espaço público, designadamente reparação de calçadas, aplicação de massas asfálticas, tapamento de buracos e instalação ou substituição de placas toponímicas.

Em relação aos cemitérios tem sido um trabalho intenso considerando as exumações que foram calendarizadas e que há mais de 4 anos que não eram efetuadas.

O Executivo manteve igualmente uma forte ligação à comunidade, assegurando apoio permanente às escolas, coletividades, associações e instituições locais, através da cedência de equipamentos, apoio logístico, transporte, montagem e desmontagem de infraestruturas, bem como da colaboração na realização de iniciativas culturais, recreativas e desportivas que enriquecem a vida da freguesia.

Importa ainda referir que a Junta continua a privilegiar uma administração de proximidade, traduzida no atendimento diário aos munícipes, no acompanhamento individualizado das situações reportadas, na realização de visitas ao terreno e na permanente articulação com os serviços da Câmara Municipal de Setúbal e demais entidades competentes.

Os indicadores de atividade demonstram a intensidade da ação desenvolvida pela Junta de Freguesia, traduzida num elevado volume de trabalho administrativo e operacional, reflexo da forte procura dos serviços e do compromisso diário dos seus trabalhadores na resposta às necessidades da população.

Naturalmente, subsistem matérias que continuam a merecer especial atenção por parte do Município. Destaco, entre outras, a necessidade de reforçar a intervenção na limpeza e gestão de combustível em terrenos privados, a manutenção de linhas de água e valas, a conservação da rede viária, o reforço das ações de desbaratização, a monitorização do arvoredo urbano e a necessidade de respostas cada vez mais céleres às ocorrências comunicadas pela Junta de Freguesia.

Quero sublinhar que, mesmo nas matérias que extravasam as competências legais da Junta, este Executivo nunca se demitiu das suas responsabilidades. Pelo contrário, tem assumido um papel ativo na identificação dos problemas, na promoção de diligências junto das entidades competentes e no acompanhamento permanente dos processos, sempre com um único objetivo: defender os interesses da população de Azeitão. É esta postura de proximidade, responsabilidade e intervenção permanente que continuará a orientar a ação deste Executivo, na convicção de que a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes depende do trabalho diário, da cooperação institucional e da capacidade de dar resposta aos desafios que a freguesia enfrenta.

Helena Coelho (SET-V 25) – Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vice-Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais e a quem no segue através dos habituais canais de streaming.

Gostava de falar da candidatura de Setúbal a Capital Portuguesa da Cultura 2028, que representa uma oportunidade histórica para o nosso concelho. Mais do que a ambição de conquistarmos aqui um título, esta candidatura deve constituir um compromisso coletivo com uma visão estratégica para a cultura, capaz de deixar um legado duradouro para as gerações futuras.

A aprovação unânime, em reunião de Câmara, da intenção da apresentação desta candidatura "Setúbal -Mar de Cultura" demonstra que existe um consenso alargado quanto à importância da cultura como fator de desenvolvimento, de coesão social, de valorização da nossa identidade e, também, de projeção do nosso território.



Setúbal tem todos os argumentos para apresentar uma candidatura forte. Temos um património histórico e natural ímpar, uma ligação secular ao mar, um movimento associativo que é dos mais ricos do nosso país, artistas, criadores, coletividades, instituições culturais, uma gastronomia reconhecida, tradições populares vivas e uma enorme capacidade de acolher projetos inovadores.

Devemos aproveitar estes dois anos para requalificar espaços culturais, valorizar o património material e imaterial, investir na programação ao longo de todo o ano e não apenas em grandes eventos, devemos fortalecer as nossas bibliotecas, os nossos museus, os nossos arquivos e criar novas oportunidades de participação para o Movimento Associativo, que continua a ser um dos maiores pilares da vida cultural do nosso concelho.

É essencial envolvermos os artistas, as coletividades, as escolas, as universidades, as juntas de freguesia, as empresas, as instituições sociais e todos os cidadãos que queiram contribuir com ideias, com projetos e, acima de tudo, com criatividade. Reforço que na próxima semana a Câmara vai promover uma série de reuniões para ouvir os cidadãos nas mais várias áreas culturais, aqui ao lado no Salão Nobre na próxima semana. Quem nos segue, através de streaming, no site do município estão as datas e também os temas para esta auscultação e todos os pormenores.

Independentemente do resultado final, o verdadeiro sucesso desta candidatura será o legado que conseguirmos construir para uma cidade mais criativa, mais participativa, mais inclusiva e com uma oferta cultural ainda mais forte.

Nenhuma candidatura desta dimensão se constrói apenas dentro dos gabinetes; constrói-se ouvindo quem faz cultura todos os dias e quem vive o território. Deixo o desafio a quem nos escuta participe na próxima semana nas várias reuniões marcadas para o Salão Nobre.

É precisamente desta diversidade de contributos que nascerá uma candidatura mais forte, mais representativa e verdadeiramente identificada com a identidade de Setúbal.

Deixamos aqui algumas ideias que podem servir de arranque para a auscultação da população:

- Devemos enriquecer ainda mais o **Festival do Mar e da Cultura**, que já acontece no PUA (reforçada com a antiga Mostra das Tradições Marítimas) que una ainda mais música, mais teatro, mais literatura, gastronomia e tradições marítimas;
- Levar programação cultural regular a **todas as freguesias**, aproximando a cultura de quem nem sempre consegue deslocar-se ao centro da cidade;
- Promover **residências artísticas** que tragam criadores nacionais e internacionais a trabalhar em Setúbal em colaboração com a comunidade;
- Criar um programa "**A Escola Faz Cultura**", envolvendo alunos na criação de espetáculos, exposições e projetos intergeracionais;
- Valorizar o **património industrial**, piscatório e marítimo através de roteiros culturais e experiências imersivas;
- Criar o **Museu das Marchas**, um espaço vivo de homenagem às gerações que construíram esta tradição, valorizando os trajes, os adereços, as músicas e as histórias que fazem das Marchas Populares um dos maiores símbolos da cultura e do bairrismo do concelho de Setúbal.
- Apoiar as **coletividades e grupos culturais** na **modernização** dos seus equipamentos e, também, na captação de novos públicos;
- Organizar uma **Bienal de Arte Contemporânea de Setúbal**;
- Promover um programa de recolha de **memórias e histórias de vida** dos setubalenses, transformando-as em exposições, em livros, em documentários e em peças de teatro;
- Reforçar a programação para **públicos com deficiência**, garantindo uma cultura mais inclusiva;
- Criar um **Passe Cultural Jovem**, incentivando os jovens a frequentar espetáculos, museus e outras atividades culturais;
- Celebrar os sabores da nossa terra, promovendo a gastronomia e os vinhos da região através de um calendário regular de eventos enogastrónomicos, em parceria com os produtores locais

Que marca queremos deixar às futuras gerações? É a pergunta que coloco.

Não podemos ser só Capital Portuguesa da Cultura durante um ano, queremos que esta candidatura seja o início de uma nova etapa para a cultura em Setúbal.

É um desafio para todos nós setubalenses e que todos os setubalenses possam albergar esta iniciativa.



Joana Vaz (PS) – Sobre o tema do acesso às praias, já foi muito aqui falado, mas penso que ainda há certas notas que não podem deixar de ser aqui referidas, e há decisões políticas que os setubalenses e azeitonenses conseguem compreender, mesmo quando delas discordam e parece-me que o tema das praias foi sempre esse o apanágio desde o início do aparecimento das propostas e dos projetos da “Arrábida sem Carros”, mas o que os nossos munícipes dificilmente conseguem compreender é a incoerência política deste Executivo. É aquilo que não compreendem mesmo, é que lhes seja dito durante anos, que um conjunto de restrições é absolutamente indispensável para garantir a segurança, a proteção da Arrábida, a proteção do meio ambiente, e depois esse mesmo modelo seja alterado sem que o Executivo consiga explicar de forma clara e objetiva quais é que foram as circunstâncias que mudaram para essa alteração, e é precisamente esse o problema que aqui trago em nome da bancada do Partido Socialista à discussão.

Importa dizer desde já que esta discussão não se situa entre quem defende o ambiente, como a senhora deputada Helena Murta, tentou colar a questão, ou quem valoriza a segurança e a desvaloriza, nem é uma questão sequer sobre a competência do Município para regular a circulação e o acesso às praias, porque é uma competência que assiste ao Município, aquilo que está em causa é saber se o poder que foi exercido pelo Município foi exercido de forma coerente, proporcional, transparente e sobretudo respeitadora daquilo que é o interesse público.

Porque num Estado de Direito, nós não podemos exigir apenas que a Administração tenha a competência para decidir, temos de exigir também que explique o porquê de estar a decidir, que fundamente as suas opções e que trate os cidadãos de forma igual, e as restrições que foram impostas ao acesso a bens que são do domínio público como são as praias, têm uma exigência acrescida, porque tem de ser proporcional, necessário e adequado àquilo que pretende proteger, e foi neste ponto que o Executivo falhou.

O modelo da “Arrábida sem Carros”, foi apresentado inicialmente como sendo uma solução inevitável e agora já nos foi dito que, afinal foi uma solução experimental, indispensável para garantir a segurança rodoviária, prevenir os riscos de derrocada, assegurar o acesso dos meios de emergência, proteger a área ambiental sensível que é o Parque Natural da Arrábida, e no Partido Socialista ninguém nesta bancada se opõe a estas questões, aquilo a que nos opomos é que se as restrições tinham de obedecer a estes princípios, têm de se aplicar naquilo que é a medida do estritamente necessário e o que aconteceu não foi isso, ao mesmo tempo que milhares de cidadãos desta cidade e de cidadãos que nos visitam para vir conhecer as nossas praias, viam o seu acesso automóvel condicionado, e foram admitidas exceções cuja fundamentação nunca foi devidamente explicada, e aqui surge um problema, que não é um problema do acesso às praias e não é um problema meramente legal, ou administrativo, é um problema político, porque quando o Executivo afirma que a circulação automóvel representa um risco para a segurança, mas admite exceções a determinadas categorias de utilizadores, não basta dizer no regulamento que essas exceções existem, tem de explicar porque é que continuam a ser compatíveis com os mesmos fundamentos de segurança que serviram para restringir o acesso à generalidade dos cidadãos. E nunca o fez!

E quando a Administração deixa de explicar quais é que são os critérios que distinguem uns cidadãos dos outros, instala-se, obviamente, uma dúvida sobre questões de igualdade de tratamento, dúvida essa que se torna mais séria quando falamos de praias que estão integradas também naquele que é o domínio público marítimo, e a jurisprudência, e a senhora Vice-Presidente por defeito, de profissão sabe que tem sido clara, ao afirmar que o uso comum das praias é uma regra e que qualquer restrição deve ser interpretada de forma estrita, sendo sempre necessária uma justificação objetiva, adequada e proporcional.

E é por isso que se exigia ao Município um dever especial de transparência, muito se falou de transparência nesta Assembleia, pouco se percebe, o que é que é de facto a transparência, e neste caso a transparência era uma auscultação, por exemplo, dos interessados, porque se temos um regulamento, que é na prática um regulamento que restringe o acesso às praias, não só do troço via Setúbal, mas também do troço entre o Parque da Comenda e a Praia da Figueirinha, e também o acesso entre o Creiro e Galapos, não foi feita, os interessados não foram ouvidos, os comerciantes que têm restauração na zona das praias não foram auscultados também sobre como é que se poderia fazer o transporte dos clientes.

Ou melhor, foram, porque o regulamento previa a questão de poderem passar os clientes que tinham reservas, mas aquilo que se impõe é perceber porque é que uns podem passar, e porque é que uns são munícipes de primeira e outros têm de ser renegados a utilizar transportes públicos que muitas vezes não funcionam, e a ficar horas intermináveis à espera, porque não podem utilizar o carro para aceder à praia.



Esta questão aparentemente está resolvida, porque agora na reunião de Câmara foi aprovada uma alteração a este regulamento, que permite novamente a utilização de transporte privado no acesso à praia.

A questão que se coloca agora, é que me parece que o Executivo voltou a falhar ao não explicar o que é que mudou?

Mudou o risco geológico?

Mudou a capacidade da estrada?

Mudaram os pareceres técnicos?

Ou mudou apenas a pressão política que foi exercida sobre o Executivo, pela população e pelos demais Vereadores da Câmara Municipal?

E questiono também se os pareceres técnicos e se os pressupostos técnicos que serviram de base às restrições não mudaram e se permanecem os mesmos, então, porque é que o regulamento mudou, porque aquilo que antes era apresentado como sendo inevitável agora, neste momento, parece apenas uma opção política que foi mal preparada e, sobretudo, que foi mal fundamentada, e se a solução agora anunciada é baseada no controlo de acesso através das cancelas e em função daquilo que é a disponibilidade do parque de estacionamento na Figueirinha.

Como é que este Município prevê garantir a fluidez do trânsito?

Como é que assegura a prioridade absoluta dos meios de emergência no acesso à praia?

Como é que vai evitar as filas de retenção nos pontos de acesso?

E como é que será articulado esse sistema com o sistema de transportes públicos e de vaivém que atualmente existe e é proporcionado pela Carris?

Porque, até ao momento, o Executivo ainda não respondeu de forma clara sobre nenhuma destas questões e esta discussão já ultrapassou largamente a dimensão técnica, e neste momento é apenas uma questão política e os setubalenses e os azeitonenses têm direito a respostas.

Por isso, deixo à senhora Vice-Presidente três perguntas concretas.

O que é que mudou entre o momento em que o Executivo afirmou que restringir o acesso automóvel era absolutamente indispensável para garantir a segurança e o momento em que decidiu voltar a permitir a circulação até à praia da Figueirinha?

Quais é que são os estudos técnicos, as avaliações de risco e os pareceres que fundamentaram quer o modelo inicialmente adotado, quer a alteração agora aprovada?

E quando é que serão tornados públicos, se for do interesse, obviamente, do Município torná-los públicos e a divulgá-los?

Pode hoje garantir, perante esta Assembleia e perante os setubalenses e azeitonenses, que o regime que atualmente está em vigor é o menos restritivo de todos aqueles que permitiriam atingir os mesmos objetivos de segurança, proteção ambiental e de mobilidade, sem limitar desnecessariamente o acesso dos cidadãos às praias?

E porque, se não puder responder com clareza a estas questões, então o problema nunca foi um problema de mobilidade, nem nunca foi um problema de segurança, foi sempre um problema pela forma como este Executivo governou.

Porque a questão das restrições à praia não é uma questão deste Executivo, não é uma questão do Executivo anterior, é uma questão que vem já desde há nove anos a esta parte, e o problema é que se não houver previsibilidade na forma como se regula esta questão, e se não houver transparência, também não há capacidade para gerar a confiança dos munícipes neste Executivo.

Fátima Pereira (LIVRE) – Na última Assembleia, fiz perguntas concretas sobre o programa “A escola a tempo inteiro”, que é da responsabilidade da Câmara, com a descentralização das competências para a Educação, e onde se incluem as atividades de enriquecimento curricular que atingem quase quatro mil crianças no concelho de Setúbal dos 6 aos 10 anos.

Relembro que essa sessão da Assembleia foi há pouco tempo, a 26 de junho.

Estive aqui sentada no mesmo lugar, aqui nesta mesma cadeira, e questionei o Executivo sobre as AEC, sobre os procedimentos de verificação das habilitações e da idoneidade do pessoal que contacta com as nossas crianças.



E perguntei com alguma esperança e ingenuidade: “Antes de renovar protocolos para o próximo ano letivo, vai este Executivo fazer uma auditoria imparcial e auscultar todas as entidades intervenientes?”

Pois foi com surpresa e desilusão que há dois dias vi aprovar aqui nesta sala, em reunião de Câmara, novos protocolos para a realização das atividades de enriquecimento curricular no próximo ano letivo por unanimidade.

E o que é que foi aprovado?

Todos os Vereadores, desde o PS, Movimento, CDU e CHEGA aprovaram confiar em novas entidades, cessando o protocolo com a entidade que desde 2018 implementou as AEC em três agrupamentos de escolas do concelho.

Para ser fácil de entender, o LIVRE exige que a Câmara de Setúbal seja transparente neste assunto, pelo menos.

O que motivou a decisão de contratar uma nova entidade para as AEC?

Isso tem de ser explicado! Até para se evitar os mesmos erros no futuro.

Não é de hoje, não é de ontem, mas pode ser evitado amanhã!

E se foram causas graves o suficiente para as Direções dos Agrupamentos quererem agora mudar de parceiro, há quanto tempo é que estes acontecimentos aconteceram?

Há quanto tempo sabia o Departamento de Educação da Câmara dessas situações e queixas?

Sem respostas claras, tão claras como as minhas perguntas, com informações validadas com relatórios, não pode ser só dizer e que temos de confiar, esse tempo já passou, nesta altura só posso especular e a minha imaginação leva-me para zonas menos otimistas.

Quanto mais demoram a esclarecer, pior será para recuperar a confiança da comunidade educativa do concelho.

E relembro, que estamos a falar de crianças dos 6 aos 10 anos, que contam com estas 180 horas de aulas extra de componente não letiva para desenvolver competências que são importantes.

Não é só ter monitores jovens a tomar conta das crianças no recreio, as atividades de enriquecimento curricular são muito mais do que isso, têm que ser muito mais do que isso.

E eu pergunto a todos os deputados nesta Assembleia, será que vão fazer o seu trabalho de escrutínio? Porque, entretanto, as famílias continuam sem ser ouvidas, e a falta de transparência nesta matéria vai continuar, e é grave.

Será que ficam mais uma vez estas perguntas sem resposta?

Eu estou sempre a “bater” no mesmo!

É que não iremos deixar cair este assunto importante.

Importante não pode ser aprovar os protocolos, que foi o que aconteceu há dois dias, porque aprovar protocolos rapidamente e sem debate, que depois não são cumpridos pelas entidades parceiras, porque não há quem fiscalize, quem é que obriga a cumprir.

É complicado também responder quem são as pessoas que estão nas escolas a dar as AEC?

E a quem compete gerir esses recursos e avaliar os desempenhos?

A Câmara Municipal de Setúbal insiste em reagir e não em prevenir.

Portanto, no próximo ano letivo, já em setembro, as AEC começam sem que as famílias sejam envolvidas ou saibam mais do que nos anos anteriores.

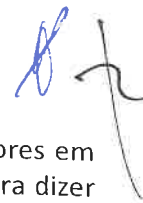
Se o ano letivo correr bem, excelente!

Se correr mal, a culpa morre solteira.

Presidente da Mesa – Tendo em conta o número bastante elevado de questões colocadas ao Executivo, eu daria agora a palavra à senhora Vice-Presidente, porque senão é um acumular de tantas questões, que depois muitas das respostas perdem-se.

Vice-Presidente da Câmara – Eu agradeço, de facto, porque são muitas horas e depois pode-me escapar alguma coisa, e eu não gostaria!

Portanto, relativamente à intervenção do senhor deputado, Mário Aranha, que referiu vários dados estatísticos, efetivamente eu tenho de referir o seguinte, referiu os vários dados estatísticos para fazer um juízo de valor sobre oito meses de governância, mas, presumo, que estava a falar genericamente, não seja só



de oito meses, porque não se faz uma avaliação ou um juízo de valor de oito meses pondo os valores em cima da mesa que colocou, mas já que estamos a falar de dados estatísticos e já que utilizou isso para dizer que Setúbal não cresce, Setúbal isto, Setúbal aquilo, tenho para lhe dizer que também os dados estatísticos dizem que Setúbal se encontra entre os 15 maiores Municípios portugueses em PIB e que a Península de Setúbal está em 5.º lugar.

Portanto, desde que tomámos posse, entraram nos serviços dezenas de processos, 50% dos quais de investimento.

Em relação a isso é só o que tenho a dizer!

Em relação à questão dos fogos e da necessidade de habitação, que é uma coisa que todos conhecemos, todos sabemos, só para dizer que, como já foi dito e já foi divulgado, estão dois edifícios em construção de iniciativa do IHRU para a renda acessível, e estão previstos mil fogos, estão programados, só não avançaram já ali na Quinta da Parvoíce, porque o PRR já não se conseguiu, o IHRU versus Câmara já não conseguiu financiamento para a construção desses fogos, mas, segundo o Ministério, vão entrar agora no próximo Programa.

Dizer-lhe ainda que, quando falou que a Câmara vende, não a Câmara não vende!

A Câmara sempre que há um terceiro que já é proprietário que vende, a Câmara é notificada da preferência e vamos sempre verificar quem é que está a comprar, se forem famílias que não tenham outra casa e que até tenham acesso ao crédito bancário e que estão a comprar ali por aquele preço, porque não conseguem comprar mais elevado, a Câmara não exerce a preferência, se for outro tipo de empresa, a Câmara exerce a preferência.

Aliás, a Câmara tem comprado fogos com financiamento, fogos que estavam arrendados às pessoas que realojou da Quinta da Parvoíce, e a Câmara comprou por 4 milhões e tal esses fogos, para que passem para o Património Municipal de Habitação Pública.

Também queria dizer, que o facto de haver habitação privada nos prédios, nos edifícios de habitação pública causa uma entropia muito grande no que concerne à reabilitação, às obras de conservação e reabilitação desses fogos, que prejudicam grandemente o avanço das obras no âmbito do PRR, isto para dizer o quê, que 30 anos, senhor Presidente, 30 anos não prescreve os problemas que essa situação criou ao Município de Setúbal, portanto não há prescrição, e só se foi buscar aos 30 anos quando é preciso comparar a gestão. Portanto, esta situação causa entropias e não prescreveu, nem prescreve.

Relativamente às praias, eu já nem preciso de olhar para o documento, porque eu já disse isto tantas vezes, tantas vezes, mas respondendo concretamente às perguntas que me foram colocadas.

Quando...

E agora vão-me dizer, o PS diz sempre, “agora é tudo culpa da intempérie”.

Pois claro! Foi culpa das intempéries, ocorreram em fevereiro, ficamos com a estrada fechada até maio, quando conseguimos limpar a estrada, que houvesse uma empresa que limpasse a estrada, e depois abrimos dia 1 de junho, com várias condicionantes, nomeadamente, estou cansada de dizer isto, com dois estreitamentos graves, um em frente da Restinguinha e o outro a seguir ao túnel da Figueirinha.

Ora bem, isto não é uma decisão da Câmara, não é uma decisão por incompetência política que agora estão a querer, vão buscar o chavão, isto foi o resultado de reuniões sérias, com gente séria, nomeadamente a Proteção Civil, a GNR, a PSP, a Polícia Marítima, a Carris, a ALSA, que é a operadora e a Câmara Municipal de Setúbal.

Naquelas reuniões, como eu tive oportunidade de já dizer, quando fizeram os relatos do que se passou nos anos anteriores, eu fiquei seriamente preocupada e quis saber, quis aprofundar a questão e disseram-me assim: “Com estas condições que tem agora, agravadas por causa desta situação das tempestades e se não criarem um modelo em que não pode haver carros estacionados na estrada, nós não nos responsabilizamos, não estão reunidas as condições de segurança, não nos responsabilizamos”.

Ora, perante isto o que é que nós fizemos, tentámos...

Intervenção inaudível...



Vice-Presidente da Câmara – Não senhora deputada, nós não fizemos com que as pessoas não pudessem usar as praias!

Nós, o que dissemos, foi: “Face à situação existente, vamos privilegiar o transporte público, para as pessoas poderem ir todas à praia” ...

E já agora uma referência, eu nunca vi gente de esquerda, como eu, que seja contra o transporte público, como é que é possível!

Portanto nós privilegiamos o transporte público, falámos com a Carris Metropolitana e com a TML, para que conseguíssemos ter mais quilómetros, foi explicado na última reunião de Câmara, pela própria TML, pelo Presidente, não fui eu que disse, que disse que: *“só conseguiu fazer dois desdobramentos porque tem a limitação dos quilómetros por causa do Tribunal de Contas”*.

Portanto, no mês de junho, que era um mês em que iam e foram muitos infantários, muitas escolas, nós dissemos: *“vamos lá fazer aqui um teste, vamos lá ver como é que a “coisa” corre”*, e como a via, como tinha sido fechado também, aquela parte entre a Praia da Figueirinha e o túnel, aquele túnel que está fechado há três anos por causa do maciço rochoso, como tinha sido fechado e esse era o espaço onde estacionavam a mobilidade condicionada, os concessionários, as atividades económicas, a turística, eram aí que estacionavam, e eu perguntei: *“Quantos carros e quantas motas é que costumam estacionar naquele espaço que agora fechamos?”*

Os serviços disseram-me assim: *“Ah! os que saem dali praticamente enchem o parque de estacionamento formal”*, e eu disse: *“Aqui d’ el Rei, então não podemos deixar passar os carros privados, as pessoas que veem no seu carro privado, porque senão não temos lugares de estacionamento e “desatam” a estacionar na estrada, nas bermas, e se estacionarem nas bermas, os autocarros não querem vir, a Proteção Civil diz que não assume a responsabilidade se houver uma catástrofe, um incêndio, uma pessoa ferida, o que seja, nós não assumimos”*.

“Bem, então se ninguém assume, como é que eu garanto que não há carros estacionados na estrada como nos anos anteriores”.

E fizemos aquele regulamento a título experimental por causa das questões de segurança, isso foi dito! O que é que aconteceu?

Aconteceu que, entretanto, adjudicámos à COBA (Consultores de Engenharia e Ambiente), uma empresa da especialidade, um estudo geotécnico, acontece que, como eu disse à bocado, que o diagnóstico e análise já estava concluído, e está concluído, e na sequência dessa conclusão que agora vai avançar para o anteprojecto e para o projecto de execução, disseram-nos assim: *“ Ok, há condições de segurança para retirar as outras pedras grandes que estão a cair nesse espaço onde costumavam estacionar os concessionários, têm condições para o fazer”*.

Voltamos a ir lá, a Proteção Civil, a Capitania, eu, o Vereador Paulo Maia, o Vereador Bruno Russo, o Engenheiro da Mobilidade, fomos todos lá novamente, e disseram-me assim: *“Nós temos uma empresa que vem fazer isto relativamente rápido.”*

E eu disse assim: *“Bom! Então se estamos a entrar no mês de julho, que é o mês que começa a maior afluência, e se a empresa nos diz que, nós conseguimos tirar as pedras, então vamos fazer o seguinte, vamos tentar repor aqui, neste sítio onde sempre estiveram os concessionários e a mobilidade condicionada, as atividades turísticas e aqueles todos que eu disse há bocado e aí ficamos com o parque livre, porque efetivamente, eu tenho verificado que apesar destas medidas haviam sempre lugares livres, tinham-me dito que o estacionamento seria ocupado por aquelas pessoas”*.

No dia que fui lá, no Hastear da Bandeira, está bem que estava um dia mau, mas eu vi muitos lugares livres.

O que é que fiz!

Convoquei novamente todas as entidades intervenientes, que depois decidimos isto: *“Olha vamos tirar as pedras, vamos pôr aqui e pondo aqui, nós conseguimos ter pelo menos 200 lugares livres para carros”*.

Então, havendo essa possibilidade, o que é que fazemos!

Vamos replicar o que estamos a fazer no Creiro, porque estamos a fazer isto no Creiro, com as cancelas, com as pessoas, com os telefones: *“Olha há mais 5 lugares, deixa passar 5 carros...”*.

Para quê? Para não deixar passar aleatoriamente e as pessoas ficarem na estrada, porque aí cria outro problema.



Portanto, senhora deputada, o que esteve aqui em causa, não é a incompetência, não é voltar para trás, é estarmos a monitorizar quase diariamente esta situação para proteger as pessoas, não é para as pessoas não irem para a praia, até porque veja-se, veio aqui a TML dizer que bateram recordes de passageiros para a praia da Figueirinha.

Foi a que mais subiu! Isto quer dizer que eventualmente poderá ter havido alguma demora!

Mas disseram mais, temos uma aplicação, uma APP, em que as pessoas veem em tempo real onde é que está o autocarro, com uma notificação quando estiver a quinhentos metros, que diz exatamente onde é que para se vem cheio, se não vem cheio, diz isto tudo em tempo real.

Portanto, assim sendo, eu não estou a ver qual é o problema, como é que esta incompetência proibiu as pessoas de ir para a praia.

É assim, será demagogia!

Sinceramente eu não percebo isto e eu já disse isto...

Atenção! Eu esta manhã disse isto para a TSF, se quiserem ouvir às oito e pouco da manhã, eu explico isto, eu já expliquei isto “n” vezes, se não querem ouvir, paciência, digo o que disse na reunião de Câmara, “não quer ouvir, nem quer ver”, “pior que um cego é aquele que não quer ver”, portanto, não querem ver, mas está explicado, está respondido, nós assumimos as nossas responsabilidades políticas com muita honestidade, muita transparência e muita imparcialidade.

Relativamente aos protocolos e ao ano letivo a senhora deputada vai ter uma resposta por escrito, uma vez que não acredita no que se diz nesta Assembleia, o que eu lamento!

Vai ter a resposta por escrito!

Dou a palavra ao senhor Vereador Paulo Maia.

Vereador Paulo Maia – Senhor deputado Mário Aranha, quero dar-lhe nota que da sua intervenção toda, e sei com quem estou a falar, só ouvi falar da despesa, não ouvi falar da receita.

Temos que equilibrar o orçamento e temos que pôr o lado da receita a falar, e isso também era bom para os meus ouvidos, ouvir essa parte!

Queria dar aqui uma nota sobre o turismo, que o senhor deputado falou, a Península de Setúbal está toda em declínio no turismo, só há uma Câmara em contraciclo na Península de Setúbal, só a cidade de Setúbal é que está em contraciclo com a Península, está na diminuição.

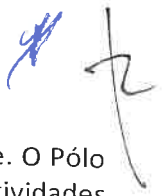
Dar aqui uma nota ao senhor representante da Junta de Freguesia de São Sebastião, a questão dos materiais já foi esclarecida entre nós, mas uma vez que pôs em ata, eu quero ficar também com o registo em ata, como bem sabe havia uma série de materiais que não tínhamos, fizemos a aquisição desses materiais e, neste momento a situação tende para ficar regular.

Para o nosso Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, o nosso Tiago Cardoso, também quero dar nota, de que, ouvi-o muito bem, atentamente, registei, mas faltou-lhe um pormenor, faltou-lhe dizer que esteve com o Município a fazer um Programa de “Ouvir a população construir o futuro” e faltou-lhe dar essa nota, que eu acho que devia ter dado e devia ter ficado registada.

Cátia Figueiras (Junta de Freguesia do Sado) – Venho hoje em representação do Executivo da Junta de Freguesia do Sado, partilhar o caminho percorrido nos oito meses desde o início do nosso mandato. A Junta de Freguesia do Sado, responde todos os dias às necessidades da população dentro das nossas capacidades e limitações.

Fá-lo através de trabalho permanente da manutenção dos jardins e dos espaços verdes, da limpeza urbana, da varredura mecânica, da deservagem, da reparação de calçadas, do rebaixamento de passadeiras, da colocação de suportes de contentores, da desbaratização e desratização em toda a Freguesia, da manutenção das escolas, e de muitas outras intervenções que embora discretas são fundamentais para a qualidade de vida de quem vive neste território.

Já este mandato concluímos a requalificação de um talude/jardim, a construção de um espaço de lazer nas Praias do Sado e a 1.ª fase da empreitada de construção do Parque 25 de Abril.



Acompanhamos igualmente, com expectativa a conclusão da 2.ª fase da requalificação deste Parque. O Pólo Social e Cultural continua a afirmar-se como um espaço de encontro e participação, através das atividades dirigidas aos seniores, das iniciativas intergeracionais, nos ateliers para os mais novos, e de diversas ações que promovem o envelhecimento ativo, o combate ao isolamento e aproximam gerações.

Teve início esta semana mais uma Colónia de Férias do Sado, um projeto que muito nos orgulha, proporciona às crianças da Freguesia, um Verão repleto de experiências educativas, culturais e de convívio, e é também um importante apoio às famílias.

Promovendo ainda eventos que hoje são uma referência na Freguesia, como a “Festa da Primavera” e o “Arraial dos Santos Populares”.

Paralelamente, continuamos a apoiar o Movimento Associativo da Freguesia e as suas iniciativas, reconhecendo o papel insubstituível que as Associações desempenham na promoção da Cultura, do Desporto e da Solidariedade.

Este mandato vimos também iniciar obras que vinha do trabalho dos Executivos anteriores, como a requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares, e agora a 1.ª fase de construção dos passeios na Estrada da Morgada.

Queremos uma Freguesia mais limpa e trabalhamos todos os dias para isso, e os resultados são notórios, mas há matérias em que a responsabilidade é da Câmara Municipal e em que é indispensável uma resposta mais eficaz, falamos da recolha de monos, da lavagem e manutenção dos contentores, do serviço de recolha de resíduos, da limpeza de linhas de água e das deservagens nas áreas de competência Municipal.

E é precisamente por isso, que hoje se impõe uma pergunta politicamente incontornável!

Qual é a visão desta Câmara Municipal para a Freguesia do Sado?

Já decorreu mais de meio ano de mandato, já houve tempo para conhecer o território, definir prioridades, no entanto, continuamos sem conhecer quais são os investimentos estruturantes previstos para a nossa Freguesia.

Está prevista a 2.ª fase de construção dos passeios na Estrada da Morgada?

Para quando a ampliação da rede escolar da Freguesia?

Criar salas de Jardins de Infância e de 1.º Ciclo é uma questão urgente!

E a Avenida do Estuário do Sado, verá construído o resto do projeto, terá passeios e ciclovia por forma a garantir a segurança de quem ali circula?

Continuamos sem conhecer o calendário de resposta para diversos problemas que afetam diariamente a nossa população em diversas matérias, como asfaltamento, substituição de infraestruturas, drenagem de pluviais e outras questões relativamente à mobilidade.

Continuamos, em suma, sem conhecer a estratégia da Câmara Municipal para desenvolvimento da nossa Freguesia.

Precisamos que a Câmara Municipal venha para o terreno, que conheça de perto os problemas, que acompanhe realmente o trabalho feito no âmbito da transferência de competências, que ouça quem diariamente trabalha no território, e que identifique em conjunto com a Junta de Freguesia, as prioridades de intervenção.

Queremos igualmente destacar uma preocupação que não pode continuar a ser secundarizada, a poluição.

A Freguesia do Sado continua a suportar um peso ambiental muito significativo, decorrente da presença da zona industrial, não é aceitável que a nossa Freguesia suporte os impactos negativos dessa realidade, sem que exista uma política clara de compensação, valorização e proteção da qualidade de vida da população.

A Junta de Freguesia tem alertado de forma persistente, para os episódios de poluição e para as suas consequências, mas esta não pode ser uma luta isolada da Junta, exigimos maior acompanhamento, maior fiscalização, exigimos o compromisso firme da Câmara Municipal e de todos os eleitos desta Assembleia.

São os cheiros nauseabundos, um esgoto, que as entidades com competência nesta matéria dizem desconhecer a origem, são odores provenientes da indústria e das atividades de tratamento de resíduos existentes em Mitrena, são as descargas constantes para o Estuário do Sado, que passam sempre impunes, o ruído constante e o impacto visual que estas atividades têm, sem que seja colocada qualquer barreira natural por forma a minimizar o seu impacto.

É urgente, repito, uma maior fiscalização!



Por último, referir, como já foi referido anteriormente, que há poucos dias, a nossa Freguesia foi alvo de um incêndio de grandes dimensões, não podemos deixar de agradecer a toda a comunidade, que se mostrou envolvida desde o primeiro momento, à população, aos comerciantes, aos Bombeiros, à GNR, ao IPS e às demais instituições, à Câmara Municipal, à Proteção Civil e, em especial a todas as Juntas de Freguesia que se envolveram, mostraram a sua solidariedade, para garantir o funcionamento e apoio aos meios que estavam no terreno.

Da nossa parte, iremos sempre exigir transparência e comunicação contínua com todas as entidades.

José Manuel Canavarro (SET-V25) – Queria fazer uma interpelação sobre a condução dos trabalhos.

Somando tudo o que ali está, dá aproximadamente 2 horas e 20 minutos, não querendo ser “regimentalista”, o Regimento diz que devemos terminar pelas 23 horas e 30 minutos, que esta sessão não devia durar mais de 4 horas e meia, não quero cortar a palavra a ninguém, posso cá ficar até essa hora, mas peço ao senhor Presidente que pondere o que é que devemos fazer.

Presidente da Mesa – O que o Regimento diz especificamente para esta sessão, é que não pode exceder a duração de 4 horas e 30 minutos.

Eu fiz já um apelo, ninguém o levou também muito a sério, de todas as bancadas e, portanto, aquilo que eu ponho à consideração é se continuamos, ou não, com o apelo de serem mais sucintos, porque, às vezes não é por a intervenção repetir três e quatro vezes o mesmo argumento, que vai ter mais força, e, portanto, ponho à votação a continuação da sessão.

Intervenção inaudível...

Presidente da Mesa – Se nós vamos começar a pôr os limites, então por que razão é que uns tiveram todo o tempo que quiseram até agora, e os outros que não falaram e estão inscritos vão ser penalizados por isso! Não! Ou continuamos com o bom senso que não assistiu aos que falaram antes, e que esperemos que os que vão falar a seguir, tenham.

Ou então, interrompe-se a sessão e continua-se noutro dia!

Aquilo que eu apelo, é que sejam sucintos, que tenham esse bom senso, que continuemos, que de hoje a oito, sexta-feira, dia 17, estamos cá outra vez.

Portanto, há muitos “argumentários” e muitos desses temas, podem ser novamente falados na próxima sessão.

Eu vou pôr à votação, eu antes de pôr à votação eu vou dizer o seguinte, o senhor Presidente da Junta quer, com certeza, já está aqui inscrito para falar, independentemente do resultado da votação, eu vou dar a palavra ao Presidente da Junta de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, porque acho que é de toda a justiça, que os Presidentes de Junta também possam falar aqui, e todos aqueles que se inscreveram tiveram o direito a falar e, portanto, eu acho que é de toda a justeza que o Presidente da Junta de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra também possa intervir.

Penso que era isto senhor Presidente, era garantir a sua intervenção, sim?

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Não é só a questão de garantir a minha intervenção.

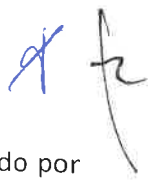
É que não foi feito a alternância às bancadas!

Presidente da Mesa – Foi, foi! Eu posso dizer-lhe que foi e posso dizer-lhe o seguinte, as últimas pessoas inscritas foram todas da CDU, eu já estou aqui a pôr alguns, exatamente para haver alternância. Os primeiros foi o Partido Socialista, depois foi o Setúbal de Volta, a CDU foram dos últimos a inscrever-se, exatamente para haver esta alternância é que eu fiz isso, agora eu não tenho culpa, se o deputado João Silva, se o senhor Presidente Luís Custódio, se o deputado João Pires, foram dos últimos a inscrever-se.

Eu não tenho culpa disso, não é?

Mas esta é a verdade dos factos.

Eu vou pôr à votação a continuação da sessão.



Com 6 votos contra do CHEGA, 2 abstenções do SET-V25 e os votos a favor dos restantes, foi aprovado por maioria a continuação da sessão.

A sessão vai continuar, apelo mais uma vez à vossa capacidade de síntese nas intervenções.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Falar no “Estado do Município”, é falar também nas Freguesias.

No mandato passado deu-se passos importantes no desenvolvimento do nosso território, destacamos aqui alguns feitos, como o início de uma obra há muito prometida que era o Parque Verde da Quinta da Amizade, que ainda falta concluir uma parte, que é a parte desportiva, mas uma obra de uma grande importância para a nossa Freguesia e para o nosso Concelho, que foi com grandes intervenções da parte da Câmara e da parte da Junta que, neste momento, essa obra, é uma obra que felizmente já está ao serviço da população.

A requalificação da rede viária no Poço Mouro, em todas as pracetas, com a pintura dos lugares de estacionamento, também a requalificação na Praceta do Terrazzo, do Loteamento Terrazzo, a requalificação das repavimentações praticamente em todo o Loteamento do Vale Ana Gomes e parte da Quinta da Serralheira, a construção do Pólo Operacional da Serralheira, a construção do saneamento da 1.ª fase na Rua dos Sete Olhos, na Rua Baía do Sado, na Rua das Quintinhas, portanto, mais uma intervenção, esta que não estava dentro das fases, mas na Rua Brejo de Canes, entre a Rua 1.ª de Agosto e a Rua Quinta do Fragoso.

A grande obra de saneamento que está agora a chegar ao fim, infelizmente, obra que se atrasou, mas uma obra no valor superior a 1 milhão e 300 mil euros, que muito veio contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela zona.

A construção das valetas em Gâmbia, na Rua de Gâmbia e na antiga Estrada Nacional, cerca de 1400 metros lineares, passeio ciclável em Gâmbia, cerca de mil metros de extensão entre a rotunda do Parque de Campismo e a Rua 9 de Outubro.

O grande trabalho que tem sido feito na limpeza, o grande trabalho de manutenção de espaços verdes e jardins, e de outras requalificações que foram efetuadas.

A abertura de mais duas salas Pré-Escolar, uma na Escola de Gâmbia, outra na Escola do Montinho, onde nesta também foi necessário construir casas de banho.

O trabalho social que tem sido feito com o Grupo de Cantares, as “Conversas sobre a vida saudável”, “Tardes de Artesanato”, “Check-ups gratuitos de saúde”, “Tardes de Poesia” com a Casa de Poesia de Setúbal.

Para termos uma noção, chegamos a ultrapassar as 350 presenças por mês!

Poderia destacar aqui muito mais coisas, quem me ouviu falar aqui pode pensar que a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, não tem problemas, mas não, não é verdade!

E isto foi possível, a grandes parcerias que se fizeram com a Câmara Municipal, e é isso que continuamos, é isso que pretendemos, manter essas parcerias como uma questão de proximidade.

Só com uma questão de proximidade, só com uma questão de conhecimento, e deixar aqui uma questão que, nós não estamos a sentir, sabemos que, provavelmente, por a senhora Presidente da Câmara ter tido um problema de saúde, que isto veio atrasar, mas para nós, no nosso entender, a questão de o atual Executivo, não ir à Freguesia, não conhecer a Freguesia, não conhecer ainda grande parte dos problemas, está a dificultar, esperamos que a “gente” possa recuperar este tempo, mas deixar aqui algumas questões que são necessárias, para nós podermos avançar.

Fazer a conclusão do Parque Verde, uma obra importantíssima.

A questão de colocar pilaretes nas passadeiras e pintar os estacionamentos na Quinta da Amizade.

É necessário continuar a melhorar a rede viária em toda a Freguesia, portanto, fazer semelhante àquilo que se fez no Vale Ana Gomes, é necessário na 1.ª e na 2.ª fase do Loteamento da Quinta da Serralheira, fazer uma intervenção desse género e muitas outras intervenções, porque temos uma rede viária que está bastante envelhecida e, portanto, é necessário ir ao terreno ver.

É necessário também, e foi uma coisa que, durante alguns anos, não houve avanços, foi no saneamento, é necessário avançar com a 3.ª fase do saneamento, na zona das Pontes, para eliminarmos mais um grande conjunto.

Uma zona bastante grande, um conjunto de habitações que não têm esta valência, portanto, está tudo preparado nos Serviços Municipalizados, é só preciso haver uma decisão da Câmara para que esta obra possa avançar, é uma obra de uma importância muito grande.



É necessário requalificar toda a faixa junto à Quinta da Amizade, uma faixa que ficou para trás, é necessário dar uma requalificação, foi construído um passeio ecológico que não funcionou, e é preciso haver aqui uma intervenção bastante grande e rápida.

É necessário construir a nova Escola na Quinta da Amizade.

É lamentável que quando aqueles três Loteamentos foram aprovados, não se ter deixado ficar um espaço junto à Escola do Alto da Guerra para ser feita a ampliação de uma nova Escola, sei que esta tarefa não tem sido fácil, sei que o anterior Executivo Municipal, negociou terrenos, portanto, a informação que eu tenho da parte deste Executivo, é que as coisas estão a avançar, mas é bom não esquecer que é fundamental, porque quando se aprovou três Loteamentos já se sabia que aí iam viver para aquela zona mais 4 ou 5 mil pessoas, é lógico que era necessário se ter acautelado um espaço para a construção desta escola.

Já agora lembrar aqui, que estes Loteamentos foram aprovados no tempo do Partido Socialista.

É necessário construir a 2.ª fase do Passeio Ciclável, em Gâmbia, ou seja, da Rua 9 de Outubro até à Rua dos Foros, ou que seja frente à Rua da Lota.

É necessário construir o passeio junto à Estrada de Santo Ovídio, ligar a Rua dos Sete Olhos à Rotunda das três Freguesias.

É necessário executar o projeto que está feito pelo Serviço de Trânsito da Câmara Municipal, na rotunda do Vale Ana Gomes.

Isto só é possível se o Executivo da Câmara for para o terreno e se disponibilizar, para trabalhar em parceria de uma forma franca e transparente, com o objetivo de todos juntos, construirmos um futuro melhor para a nossa Freguesia e para o nosso Concelho.

Muito rapidamente, sobre duas questões que eu penso que são fundamentais e que se falou aqui muito hoje, que foi na questão da AMARSUL.

A AMARSUL, o problema dos valores da AMARSUL e a fraca percentagem de reciclagem, é porque a AMARSUL, foi privatizada pelo Governo PSD/CDS, e que a ser privatizado os 51% do Estado central, é bom nós termos a noção, que foi uma empresa privada e que essa empresa privada, não tem interesse em fazer reciclagem.

Para que é que eles vão reciclar, se recebem 16 ou 17 cêntimos pela matéria reciclada, se podem receber dos Municípios 70 e tal euros por tonelada.

Eu acho que todos nós aqui devíamos pensar uma coisa, é que devíamos fazer uma grande pressão, e que a Câmara Municipal devia fazer uma grande pressão sobre o Governo, para que a AMARSUL viesse para a esfera pública, que fosse entregue a gestão aos Municípios, só assim é que se podia resolver o problema.

Em relação à questão do fogo, eu acho que toda a gente fez o que pôde, os Bombeiros foram incansáveis, toda a gente trabalhou muito, mas deixar aqui uma grande palavra de apreço do trabalho extraordinário que a GNR fez, muitas das vezes nós criticamos a GNR por não agir desta ou daquela forma, a GNR foi excelente, só na Cooperativa do Faralhão tinha provavelmente mais de 25 agentes, portanto, foram excecionais.

Óscar Santos (PS) – Sr. Presidente, sensibilizado pelo seu apelo, vou tentar reduzir bastante a minha intervenção, gostaria de falar mais sobre resíduos, mas vamos tentar aqui reduzir a intervenção e, não pretendendo também antecipar o debate que aqui teremos na próxima semana quando a Comissão de Ambiente apresentar o seu relatório no âmbito abaixo-assinado promovido por um grupo de cidadãos, mas deixo aqui um desabafo.

Eu pergunto-me, tenho perguntado ultimamente várias vezes, se em 2020 naquela Assembleia Municipal realizada no Auditório Charlot em pleno COVID, que se o então Executivo têm acatado a nossa sugestão em dar início a um estudo, para a adoção do sistema de recolha de resíduos do tipo “PAYT”, pergunto-me, dizia eu se estaríamos na situação em que estamos hoje, com cidadãos revoltados, e com razão, e com os holofotes da comunicação social apontados para o nosso Município.

Fica a pergunta no ar!

Senhora Vice-Presidente, não sei se tem tido a oportunidade de passar por Mitrena ou pelo final da Avenida José Estrela Leão, ou até pelas traseiras da antiga fábrica da Renault, mas tem havido novamente despejos de entulho, e aquilo que só queríamos saber é se tem conhecimento destes despejos, se foram efetuadas ações de fiscalização e se resultou alguma ação para criação de coimas nestes casos, era esta a pergunta que lhe deixava.



Depois, queríamos falar de pragas!

Parece haver um grave problema de baratas na nossa cidade, os nossos munícipes têm-se queixado bastante, e está à vista de todos que assim que a noite cai as baratas saem dos esgotos, começam a passear pela cidade e a fazer visitas indesejadas na casa de muitos cidadãos.

É um assunto de saúde pública e de higiene pública, que notoriamente se agravou este ano, particularmente em algumas zonas da nossa cidade, como a Camarinha, o Vale do Cobro, entre outras. Gostaríamos de saber que medidas estão a ser tomadas para debelar este problema?

Gostaria de falar sobre os parques públicos, mas vou deixar isso para outra Assembleia.

Falando de incêndios, porque também sou filho das Praias do Sado, gostaria de falar do incêndio que afetou recentemente a Freguesia que me viu crescer, infelizmente basta percorrer diversas zonas do Concelho, desde as Manteigadas, a várias áreas periurbanas e rurais, para encontrar terrenos cobertos por vegetação seca, por pasto seco, elevado combustível vegetal, o próprio incêndio do passado dia 3 de julho, demonstrou a vulnerabilidade destas zonas, aproxima-se perigosamente de habitações e obrigando à mobilização de um vasto dispositivo de combate.

Ora, neste sentido, importa recordar que a Lei é clara, que o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelece que os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que tenham terrenos, têm obrigação de proceder à limpeza dos mesmos, mas quando essa obrigação não é cumprida, a responsabilidade não termina aí!

A própria Lei atribui aos Municípios competências para notificar os proprietários e, em caso de incumprimento, executar coercivamente os trabalhos de limpeza, aplicando as respetivas contraordenações, cobrando posteriormente os custos dessa intervenção, ou seja, a Lei não permite a inação, dá instrumentos às Autarquias para que possam proteger pessoas e bens.

Por isso gostava de colocar três perguntas concretas.

Quantas notificações foram emitidas este ano para a limpeza de terrenos no Concelho?

Quantas limpezas coercivas foram efetivamente realizadas pela Câmara Municipal?

E que medidas adicionais estão previstas para reforçar a prevenção durante este Verão?

Porque cada terreno limpo representa menos combustível, cada intervenção preventiva representa mais segurança, e cada incêndio evitado representa vidas, património e natureza protegidos.

Jorge Bico (SET-V 25) – Eu vou ser muito breve na intervenção, quero apenas congratular-me pela aprovação das obras que vão decorrer nas escolas, que já aqui foi falado.

As escolas que foram recebidas na transferência de competências pelo Ministério, estavam num estado deplorável, havia escolas que ainda estão como a Escola Secundária de Bocage, que têm muitas salas que nem sequer lá se pode dar aulas, e estamos a falar de investimentos e 91 milhões, que vão permitir pela primeira vez, Azeitão ter o Ensino Secundário, vão permitir fazer a remodelação completa da Escola Barbosa do Bocage, da Escola de Aranguês, que é uma escola com problemas gravíssimos, da Escola Secundária do Bocage, que já falei, e também a construção da Escola da Quinta da Amizade.

Era apenas para realçar isso, é claro que teria muito mais para falar, sabem que eu sou investigador na área da educação, e podia estar aqui a noite toda a falar sobre isso, mas não é o propósito, nem é o tempo para isso.

João Silva (CDU) – Muito rapidamente também, dou algumas notas relativamente a algumas coisas que foram ditas aqui, e que tem a ver com esta questão do tarifário de resíduos.

Já todos nós percebemos, que isto foi uma decisão política, a ERSAR não impõe nada, a ERSAR recomenda, e as Câmaras Municipais aceitam, ou não, a recomendação.

A Câmara de Setúbal decidiu aceitar a recomendação!

As outras Câmaras da Península de Setúbal, decidiram não acatar recomendação nenhuma!

E, portanto, é uma decisão, é assumida e tem sido assumida pelo Executivo da Câmara.

Este recuo que tem acontecido, já não é o primeiro recuo, parece um padrão comportamental deste Executivo, o recuo significa que há um conjunto de recursos que vão deixar de ser de receitas, que vão deixar de ser cobradas!



De que forma é que a Câmara está a pensar pagar os 6 milhões de euros ou coisa parecida que paga à AMARSUL, se está a recuar tanto, os comerciantes vão deixar de pagar aquele valor, as instituições também, vai haver um conjunto de subsídios que vão ser... já agora já não há subsídios cruzados, mas vai haver um conjunto de subsídios que vão ser dados a um conjunto de entidades, para os ajudar a subsistir.

Depois, mais uma questão, que tem a ver com a intervenção que a deputada Helena Murta fez, já todos percebemos também, que esta tarifa não é para pagar, nem tem nada a ver com a dívida que a Câmara tem à AMARSUL.

Estou certo, não estou?

Então deixem de fazer esta mistura destas coisas, porque pode baralhar as pessoas que estão a ouvir, deixem de fazer!

O senhor Vereador já disse isto várias vezes e em vários sítios, as tarifas tem apenas a ver com aquilo que a Câmara paga por ano à AMARSUL, mais nada!

Outra questão que é importante e para também ficar claro, o serviço não pode ser suspenso, até pelo contrato de concessão, um serviço essencial não pode ser suspenso, só para ficarmos claros com isto!

Bartolomeu Pereira (CH) – Eu vou encurtar bastante a minha intervenção, até porque me parece que não estivemos aqui a debater muito o estado do Município e ficámos por outras paragens.

Eu também não vou usar o tempo para responder ao deputado Manuel Fernandes, sobre o que é que o CHEGA vai fazer, porque lá chegaremos e teremos a oportunidade de falar sobre esse assunto.

E então vou-me dedicar aqui aos temas do Município e da nossa Cidade, e no final vou deixar uma questão para o nosso Vereador Paulo Maia, nos tentar elucidar.

Vou focar aqui a minha intervenção em dois temas que eu conheço ou, pelo menos acho que conheço, posso estar enganado, com alguma profundidade.

Nós falamos do “Arrábida sem Carros”, e das dificuldades de ir à praia, mas nós esquecemo-nos ou por vezes não falamos nisso, quantos carros existiam quando aquelas praias foram criadas e quantos existem hoje, quando as praias foram criadas, os números não são certos, portanto, eu avancei um pouco no tempo, e em 1985 nós tínhamos 1,2 milhões de viaturas a circular, e passados 40 anos, nós temos 6 vezes mais, portanto, por muitos programas que nós inventemos com ou sem carros, a praia simplesmente não tem capacidade.

E eu acho que este é um dos temas em que tem faltado muita coragem a todas as pessoas que estão aqui, e que têm estado aqui na gestão e na administração do Município e, portanto, vamos continuando na “espuma dos dias” a empurrar para uns e para outros e não tocamos nos pontos essenciais.

Um outro ponto essencial, quando nós falamos aqui do desenvolvimento económico do Município, e quando trazemos tarifários e aumento de taxas, é preciso lembrar que as contas contrariamente ao que alguns pensam, as contas são para pagar, e as contas só podem ser pagas com meios, e se nós queremos desenvolver uma cidade, no turismo vai ser difícil, e já lá chegamos, mas vamos começar pelo desenvolvimento industrial e económico, portanto, é preciso coragem, ainda não veio aqui ninguém perguntar, quando é que nós estendemos a linha de caminho de ferro para nascente, porque será difícil para qualquer indústria de capacidade estratégica, instalar-se aqui no Concelho sabendo que têm um funil onde só passa um comboio, vai ser difícil alguém trazer aqui alguns biliões de euros e trazer outras indústrias atrás dessas, sabendo que só passa um comboio de cada vez, vai ser difícil escoar a mercadoria.

E atenção, isto não é nada contra as indústrias que nós já temos, e que podemos ajudar a manter, e que elas tenham rendimento e que possam gerar mais empregos.

Quanto ao turismo, eu acredito que também tem faltado alguma coragem para nós debatermos aqui, e que as pessoas ouçam lá em casa, e os agentes económicos que temos no turismo tenham perceção do que é, e como é que se faz, e quais são as capacidades necessárias para que se faça crescer um destino turístico.

Ora bem, nós no Município de Setúbal, teremos por alto mais ou menos, 2400 camas turísticas, e uma operação de turismo para gerar receita, tanto no emissor como no recetor, nós precisamos no mínimo para começar 10 mil camas e, aqui em Setúbal também é difícil, porque a cidade está entalada entre um Porto industrial, que nós queremos manter, e uma Serra que nós não vamos conseguir deitar abaixo, portanto não há espaço.

Mas mesmo que conseguíssemos, que quiséssemos fazer com estas 2400 camas que temos, daqui fazer um destino turístico.



Ora bem, um operador turístico no emissor para fazer uma operação rentável, ele tem que ter no mínimo hotéis, chamemos-lhe assim, ou unidades hoteleiras a partir de 250 quartos, porque nenhum operador turístico vai investir numa operação, fazendo allotments tanto de hotelaria como na aviação, comprando slots de entrada no aeroporto com 10% de 250 camas, 25 camas, nem no cinema isto acontece.

Portanto, que tipo de turismo é que nós queremos para a nossa cidade?

Como é que lá vamos chegar?

O que é que é preciso fazer?

E isto aplica-se também à indústria e também à situação da Arrábida.

Como é que nós vamos chegar à Arrábida?

Para ir à praia, certamente!

E fazendo aqui um aparte, eu não sei se os senhores deputados e vereadores têm passeado na cidade neste mês que estamos a entrar de férias, e se passarmos pelas escolas primárias, nós vemos este ano a acontecer uma coisa que não tem acontecido muito nos outros anos anteriores, são as crianças dos Atl's a fazerem praia no betão das escolas, noutras alturas iam à Arrábida, ou iam às praias da Arrábida!

Porque é que não vão? Enfim, questões a pensar!

Preciso agradecer às intervenções da esquerda que se dirigiram ao CHEGA, porque a publicidade é sempre boa, falem bem ou falem mal, é ótimo, falarem de nós é sinal de que estamos no caminho certo.

A questão que eu quero deixar aqui ao Executivo e para o senhor Vereador Paulo Maia, tentar nos elucidar e fazendo algo que também as outras bancadas deviam fazer, que é escrutinar e pedir explicações ao Executivo.

Senhor Vereador, já aqui, há umas sessões atrás, eu o abordei com uma dívida que nós tínhamos há mais de um ano, uma dívida que a Câmara tem com fornecedores, com pagamentos em falta há mais de um ano, mas não abordei os que estavam há menos de um ano, e na altura eu recolhi o número não sei como é que está agora e preciso que o senhor Vereador nos elucide sobre como é que está e o que é que estamos a fazer para a tentar reduzir.

Na altura, o número que eu encontrei era 59,7 milhões de euros, que tínhamos num total de dívida a fornecedores, portanto, a questão que lhe lanço, é curta e rápida para tomarmos pouco tempo!

O que é que já reduzimos?

E se não, o que é que vamos fazer para a reduzir?

Helena Murta (SET-V 25) – Eu ia falar sobre a Arrábida, mas vou fazer aqui só um parêntesis.

Eu nunca disse aqui, no meu anterior discurso que, “neste momento as tarifas tinham sido aumentadas por estarmos a pagar a dívida, que o anterior Executivo deixou e essa dívida será paga”, e ela resulta de faturas não pagas à AMARSUL, pelo tratamento dos resíduos, exclusivamente no período entre 2023 e 2025, portanto, vamos voltar outra vez a repetir isto, é uma grande seca, mas é que vocês batem sempre na mesma coisa, e eu também tenho de responder não é, portanto, eu tenho de responder àquilo que dizem!

E também por que razão é que o Executivo da CDU não pagou ao fornecedor, se recebeu o dinheiro dos consumidores!

Intervenção inaudível...

Helena Murta (SET-V25) – Recebeu o pagamento da água daquela altura, não estou a dizer que eram as tarifas adequadas, estou a dizer que continuaram a receber, mas isso depois é a CDU que vai explicando, aliás, já tenho visto alguns posts, o último vi aqui e com atenção.

Em relação à Arrábida, eu tinha aqui um texto, vou ser curta e breve em relação à Arrábida, e abreviadamente, posso dizer que se calhar, há muita gente que nem sequer mete os pés na Arrábida, eu, quem me conhece sabe, eu ando na Arrábida, em Troia, na Figueirinha, desde a minha infância, cresci com um pai piloto da barra, aprendi a remar entre a Praia dos Pilotos e a Anicha, mas não vou contar aqui a história da minha vida, mas realmente frequento aquelas praias, e há pouco tempo frequentei-as de mota, há pouco tempo frequentei-as de bicicleta elétrica, ninguém proíbe ninguém de ir à Arrábida, e às vezes dá-me a sensação, e ainda por cima isto são dois meses ou três.



Mas é por este amor profundo, que sinto o dever de dizer que nós não podemos ser egoístas e não podemos continuar a manter a Arrábida como antigamente mantínhamos, e como muito bem aqui o senhor deputado do CHEGA disse, a quantidade de carros que hoje nós temos não se iguala, nós chegamos a ter uma família de 4 pessoas com 4 carros.

E mais, hoje a Arrábida é uma Reserva da Biosfera, o que nos impõe uma responsabilidade individual e coletiva imensa, não podemos ficar presos à Arrábida que gozámos no século passado, ou mesmo nos primeiros anos deste século, temos de ser flexíveis e adaptarmo-nos, porque a natureza está cada vez mais frágil e as alterações climáticas exigem de nós uma mudança de pensamento e de ação.

E é por isso, que eu defendo e o Movimento defende com convicção, as decisões e as constantes adaptações deste Executivo camarário, porque chama-se a isto gestão de risco, tomar uma decisão, monitorizar os resultados ao longo do tempo e ajustá-la com base em novas informações, é sinal de adaptabilidade, pensamento crítico e inteligência emocional, todos nós sabemos isso.

Portanto, lembro-me bem, do caos, dos carros mal-estacionados na estrada, com ambulâncias e autocarros que não passavam e a poluição que gerávamos.

Ir à praia deve ser um momento de relaxamento e não de stress!

O programa “Arrábida sem Carros”, e agora, a CDU vai gostar do que eu vou dizer, o programa “Arrábida sem Carros” de 2026, iniciado em 2018, agora na sua 9ª edição, é uma resposta necessária e corajosa centrada na segurança, e muito bem, a somar a este programa temos de nos lembrar mais uma vez, e vamos repetir os danos causados pelo comboio de tempestades que forçaram à supressão das vias de acesso, levando que a coexistência entre viaturas individuais e transportes públicos, se tenha tornado impossível.

O Executivo teve que tomar decisões, para salvaguardar a nossa segurança, quem é que não entende isto, e continua a estudar juntamente com as forças de segurança, como a Dra. Maria do Carmo está farta de dizer, e eu ouvi a reunião de Câmara, e a fazer adaptações, para que a Serra e as Praias, continuem a ser de todos, mas de forma segura e sustentável, e tem feito!

Pensando na segurança das pessoas através do reforço de transportes públicos, do vaivém da Arrábida gratuito, do apoio direto às famílias com o desconto municipal navegante, e agora à imagem do que se faz no Creiro, mais uma vez, com a possibilidade de se poder ir em transporte privado, até à lotação máxima do Parque nascente da Figueirinha.

Qual é a dúvida?

São 2 meses ou 3, para mim, isto é governar para as populações, garantindo que o acesso não é um privilégio, mas um direito preservado, estou certa de que não é populismo, porque ser responsável pela segurança do próximo, prevenir acidentes, zelando pela saúde do próximo nem sempre é popular.

Por fim, quero deixar claro que devemos estar unidos contra qualquer tentativa de privatização deste património, como se vê no caso da Herdade da Comenda, a Arrábida é de todos, temos de lutar juntamente com a Câmara, para defender o domínio público destas praias e é o que temos estado a fazer, defender o domínio público.

Sejamos os guardiões deste paraíso, para que as gerações vindouras possam ter o mesmo privilégio que nós tivemos e temos hoje.

Pela Arrábida, pelo equilíbrio e pelo bem de Setúbal, apoiar estas decisões é o único caminho responsável, porque todos nós somos de cá e amamos de igual forma à nossa cidade.

Acabo, com o poema, que já foi aqui citado, de um poeta da terra, que amava a nossa Serra!

“Serra mãe que me deste o pão do sonho e a água da poesia

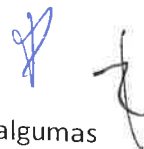
Arrábida meu amor, minha dor, minha alegria

Se eu morrer não me enterreis num cemitério frio

Deitai-me ao longo da encosta, perto do mar e do rio”

Sebastião da Gama!

M.ª João Palma (PS) – Eu não vou fazer a minha intervenção, a minha intervenção era sobre cultura, e não se pode falar sobre cultura sob pressão, portanto, vou tentar fazer esta intervenção noutra altura, porque efetivamente, falar sobre democratização cultural requeria calma, tempo e que todos estivessem com predisposição para me escutar.



Eu queria só fazer aqui algumas afirmações de retórica, perguntas de retórica, mas relativamente a algumas afirmações apresentadas pela senhora Vice-Presidente.

Senhora Dra. Maria do Carmo, eu lembro-me que em 1988 fiz uns jogos da Primavera dos Escuteiros, em que participávamos conjuntamente no Cais 3, em 1988 já se realizavam eventos no Cais 3, neste caso por causa da chuva.

Lembro-me de ser miúda e de haver o grande Carnaval em Setúbal, que se fazia nas avenidas e nas artérias principais da cidade, e que os carros alegóricos eram colocados no Cais 3, posso-lhe dizer que já participei em vários eventos no Cais 3, nomeadamente até em comícios de campanha do meu próprio Partido, foi utilizado o Cais 3, ainda a semana passada, eu participo das atividades do “EnvelheSeres”, enquanto animadora sociocultural de uma entidade que faz parte deste projeto conjunto, e magnífico projeto conjunto, e utilizamos para fazer as marchas dos idosos, o Cais 3.

A questão que eu deixo, e a retórica, mas é só para reflexão, que é:

Porquê se ir investir 3 milhões e meio de euros ou 4 milhões, ou lá o que seja, porque são 3,5 milhões agora, são 4 milhões amanhã, se calhar já são 6 milhões daqui por um ano, num equipamento que não é municipal, se nós temos equipamentos que são municipais, que estão a aguardar obras, que estão a aguardar projetos, porque “raio” é que nós vamos investir num equipamento que não é municipal!

Sim, o Partido Socialista deixou uma dívida valente, é facto!

Mas também deixou obra feita, e eu poderia elencar aqui uma folha interminável de infraestruturas que este Município não tinha, porque eu também posso ir antes dos mandatos do Partido Socialista e avocar o facto do Quebedo não ter uma passagem de nível desnivelada, ou que havia carroças na minha rua e eu morava no Bairro do Liceu.

E, portanto, também iria ao passado, e dizer que se investiu muito, que se gastou muito dinheiro, mas que se deixou muita coisa feita, muitos Parques Verdes, que os senhores beneficiam hoje e que não fazem a respetiva manutenção, muitos pontos de água que esta cidade tem, e que iluminam os postais turísticos de muitas outras cidades, e que nós temos os pontos de água mas onde não corre água, onde não há luz, onde as pessoas em épocas de calor não se podem pôr nas fontes com os pés de molho, como nas outras cidades portuguesas e europeias para se refrescarem.

Portanto, efetivamente o Partido Socialista cometeu muitos erros, assumimos, o tempo passou, todos crescemos, todos ganhamos outra maturidade política, porque efetivamente se olharmos ao nosso País, no tempo em que o Partido Socialista foi Executivo, também as outras cidades do País não estavam viradas para o turismo, como estão hoje, sobre desenvolvidas, não existiam grandes eventos internacionais no nosso País, portanto, poderíamos aqui dissertar uma série de coisas relativamente à defesa dos investimentos que o Partido Socialista fez nos anos 90.

Entretanto também queria deixar aqui outra questão que é, relativamente às taxas e aos tarifários vamos fazer este debate na próxima semana.

Eu só pergunto, é como é que se pode exigir a um Movimento de Cidadãos, que se reúne pela primeira vez para apresentar uma Petição Pública, que seja esse Movimento de Cidadãos a dinamizar a educação ambiental no nosso Município, a ser esse Movimento de Cidadãos a substituir as obrigações e as funções do Executivo, em sensibilizar as pessoas para as questões que estão em cima da mesa, que é quanto mais reciclarmos menos pagamos.

E as pessoas não sabem isto!

Se vocês perguntarem a um funcionário de um serviço desta Câmara Municipal, porque é que se continua a pôr os papéis no caixote do lixo e porque é que se continua a pôr plástico nos caixotes do lixo, e em um Hospital juntar-se tudo dentro do mesmo saco, esse funcionário não sabe que mandando para aquele contentor tudo junto, vai para o indiferenciado, e do indiferenciado é pago à tonelada, quantas mais toneladas mandarmos para aterro mais pagamos todos, isto independentemente de todas as outras questões, se tínhamos dívida desde 2011, se não tínhamos dívida desde 2011.

A Educação Ambiental desde 2020 é aqui falada, e apresentada em recomendações pelo Partido Socialista, que foram meramente ignoradas, foram ignoradas no passado durante muitos mandatos, nos mandatos Maria das Dores Meira/CDU, nos mandatos CDU, e esperamos e apelamos que este Executivo não ignore estes apelos.



Há trabalho a ser feito, e há trabalho que é possível fazer no âmbito da educação ambiental, com campanhas massivas que fazem toda a diferença.

Presidente da Mesa – Concluída esta parte do debate, agora encerra a sessão a senhora Vice-Presidente, com uma pequena intervenção, que pode eventualmente ser de resposta à segunda vaga de questões aqui colocadas.

Vice-Presidente da Câmara – Obrigado, primeiro o senhor Vereador Paulo Maia fará uma intervenção e depois encerro a sessão.

Vereador Paulo Maia – Queria aqui dar três ou quatro notas, que não poderia deixar de dar.

Primeiro, a Junta de Freguesia do Sado, a intervenção deve ter sido escrita antes da nossa reunião, com certeza, por aquilo que eu ouvi, ouvi daí algumas questões que ou eram para ficar em ata, mas ficaram bem espelhadas na nossa reunião, o Campo Júlio Tavares, o Parque 25 de Abril e a questão dos investimentos na Freguesia, que parece que todos têm que ser feitos agora nestes oito meses, parece que não houve uns mandatos antes, parece que foi agora que nasceu essa necessidade.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, há aqui duas ou três questões, a colocação de pilaretes tem a ver com a Freguesia, no âmbito da descentralização das competências, fala-me aqui que uma série de anos anteriores não houve investimentos, efetivamente assim é, e, portanto, agora em oito meses também não dá para ter os investimentos todos.

E depois, não posso aceitar uma crítica que o senhor faz dizendo que, “o Executivo não vai ao terreno”. Eu estive lá consigo senhor Presidente, estivemos lá um tempo os dois a ver o que era o mais urgente, e bem sabe, que está em linha, agora a nova medida do “Ouvir a população, construir o futuro”, é a sua Freguesia a próxima.

Além do que, o meu telefone foi sempre atendido quando me ligou, sempre!

Portanto, é uma crítica que eu não posso aceitar e tinha que a dizer aqui.

A questão da escola da Quinta da Amizade, como bem sabe, ela já veio a reunião de Câmara, foi feita a cedência do terreno à Câmara, e, portanto, esse processo está em andamento.

Se no Loteamento anterior, não ficou definido isso, se como bem disse o Loteamento era o PS, a CDU também teve cá o tempo todo, podia ter feito alterações ao próprio Loteamento.

Relativamente à questão de transparência...

Transparência é o que tem acontecido nestes oito meses, e bem sabe que assim tem sido.

A Câmara Municipal de Setúbal retomar a questão do controlo dos resíduos...

A questão do controlo dos resíduos como disse há pouco numa intervenção anterior, os resíduos estão agora nesta nova versão da constituição da Península de Setúbal, em Comunidade Intermunicipal, estão a ser vistos numa grandeza maior.

Uma grandeza de nove Câmaras que representam cerca de 1 milhão de pessoas, que é um peso diferente de uma grandeza de uma única Câmara, lutar contra esse comprador.

Senhor deputado Óscar Santos, quero dar-lhe nota que relativamente à futurologia, não podemos falar, a questão de 2020, o que é que teria acontecido, não podemos falar, não podemos ir lá.

Do entulho, agradecemos sempre os registos, porque não podemos ter um fiscal em cada esquina e agradecemos sempre os registos.

Relativamente às baratas, já foi dito pelo senhor Vereador Bruno russo, numa reunião de Câmara, que a intervenção está a ser feita, está em andamento esse processo da desbaratização.

Queria dar aqui uma nota ao senhor deputado João Silva, há aqui uma questão que até me custa a dizer, o senhor deputado disse aí que: “não se podia cortar um bem essencial”, será que era por isso que não pagavam?

Será que era por não poderem cortar um bem essencial, que não pagavam?

Não sei!

Aquilo que eu ouvi não me pareceu bem esta questão, mas temos de ter esta nota e ouvir se é bem isto que temos ou que não temos.



Depois, falou de um apoio de seis milhões de euros, o apoio não é de seis milhões de euros, o apoio foi devidamente quantificado, foi a reunião de Câmara e é de meio milhão de euros, não é de seis milhões de euros.

Falou da questão do tarifário, da questão da dívida não ter a ver com tarifário, e claro que não tem, e disse e disse muito bem, nós temos defendido isso em todo o lado, quem tem feito essa confusão não é o Executivo, quem tem feito essa confusão são alguns, enfim, movimentos que andam a dar essa confusão, pôr essa confusão e também alguns Partidos que colocam essa confusão, mas todos nós sabemos quem é que faz essa confusão.

Dar resposta ao senhor deputado municipal Óscar Santos, que perguntou quantos autos foram feitos?

Nenhum! Porque só terminou no dia 30 de junho, portanto os autos só podem ser a partir daí, o incêndio foi no dia 3, se bem se recorda, portanto, ainda tem que se notificar e depois é que tem de se levantar os autos, as pessoas podem fazê-lo com a notificação.

Senhor deputado Bartolomeu Pereira, a história dos pagamentos também já foi falada, e já foi falado aqui em questão.

Nós olhamos para o pagamento a fornecedores, e é o compromisso do Executivo, mais uma vez digo, baixar o prazo médio de pagamentos, para baixar o prazo médio de pagamentos tem de olhar seriamente para as dívidas de longo prazo, seriamente para as dívidas de longo prazo senão não se consegue baixar o prazo médio de pagamentos.

E, portanto, as dívidas de longo prazo têm o primeiro olhar, de maneira que não cresçam do curto para o longo prazo, para que não haja essa passagem do curto para o longo prazo, portanto, é tentar muscular a parte do longo prazo, no sentido de ir debelando o mais rapidamente possível e não deixar que o curto prazo aumente para o longo prazo, em termos de valores concretos posso lhe mandar depois o valor ao dia que for necessário.

Queria só dar uma nota, falou-se na ERSAR, que era uma recomendação e que não tinha que ser colocada, também dizer ao senhor deputado Mário Aranha, que não está dito no Parecer que é ilegal, não está nada escrito lá, o que está no Parecer é que foi incumprido o n.º 7 do artigo 21.º, que tem a ver com a comunicação, não tem a ver com o tarifário, porque, como bem sabe, o parecer foi pedido por vós, e diz: «A ERSAR considera que as alterações de tarifário, a proposta do tarifário para o ano 2026, submetida a parecer da ERSAR pelos Serviços Municipalizados de Setúbal respeita os princípios da recuperação, dos custos dos serviços, da acessibilidade económica e da transparência», portanto não é ilegal, o que diz é que foi incumprido o n.º 7, a questão do envio para a ERSAR antes da aprovação.

Vice-Presidente da Câmara – Só dizer à senhora deputada que efetivamente, aquela obra do viaduto, toda a gente em Setúbal conhece como a piscina do meu querido amigo Professor Mata Cáceres.

Quero começar por agradecer a todos os grupos municipais, os contributos, as propostas, as críticas e as sugestões que hoje aqui foram apresentadas.

O debate sobre o estado do Município só faz sentido se for um verdadeiro exercício de reflexão coletiva sobre o presente e, sobretudo, sobre o futuro de Setúbal e é nesse espírito que acolhemos todas as intervenções, com respeito, com atenção e com a convicção de que há sempre espaço para melhorar.

Mas importa também não perdermos a perspetiva, estamos apenas no início de um mandato de quatro anos, passaram apenas oito meses desde que assumimos funções, oito meses são suficientes para definir um rumo, para tomar decisões difíceis, para iniciar mudanças estruturais e para começar a recuperar aquilo que durante demasiado tempo foi sendo adiado.

Mas oito meses não chegam para resolver problemas acumulados ao longo de vários anos, nem para concluir transformações profundas que exigem tempo, persistência e estabilidade.

Temos muito trabalho pela frente, mas também é verdade que já realizámos muito trabalho!

Nestes primeiros meses começamos a organizar a Câmara Municipal, a recuperar a capacidade de gestão, a acelerar a execução dos investimentos do PRR, a modernizar serviços, a devolver rigor às contas do Município e a colocar novamente Setúbal numa trajetória de credibilidade institucional.

Avançamos na habitação, na educação, na qualificação do espaço público, no planeamento do território, na proteção civil, na modernização administrativa, na mobilidade, na preparação de investimentos estruturantes que marcarão os próximos anos.



Nada disto resolve todos os problemas, mas demonstra que existe uma direção, existe uma estratégia, existem objetivos claramente definidos, existe um plano de trabalho que está em execução.

Foi esse plano que apresentei na intervenção inicial, e é esse plano que continuará a orientar a ação deste Executivo, naturalmente, surgem divergências sobre prioridades, opções e soluções, faz parte da democracia local.

Mas há uma realidade que deve unir todos aqueles que gostam desta terra, o Município de Setúbal enfrenta ainda uma situação financeira e estrutural muito exigente, recuperar uma Câmara Municipal nestas circunstâncias é uma tarefa que ultrapassa qualquer força política, exige responsabilidade institucional, exige capacidade de diálogo, exige que todos coloquemos o interesse do concelho acima das diferenças partidárias, exige que a política seja feita com verdade.

A intoxicação da opinião pública com desinformação, com notícias falsas e distorções só inflamam, em nada contribui para a democracia e para o bom funcionamento das instituições.

É, por isso, que quero deixar aqui um apelo claro, Setúbal precisa de todas as forças políticas, precisa de uma oposição exigente, precisa de fiscalização e intervenção, porque isso fortalece a democracia, mas precisa também de uma oposição construtiva, capaz de reconhecer que está bem, de apresentar alternativas viáveis e de se alinhar sempre que estiver em causa o objetivo maior de recuperar o Município para melhor servir a população.

Esse deve ser o compromisso de todos nós, porque os setubalenses não esperam de nós conflitos permanentes, esperam soluções, esperam trabalho, esperam resultados.

Da nossa parte continuaremos exatamente com essa atitude, continuaremos a dialogar com todas as entidades, instituições e forças representativas representadas nesta Assembleia.

Continuaremos a ouvir, continuaremos disponíveis para melhorar sempre que existam propostas que sirvam verdadeiramente o interesse público, mas continuaremos também a decidir, porque governar é assumir as responsabilidades, e foi por isso que os setubalenses nos confiaram este mandato.

Os próximos meses serão particularmente exigentes, teremos de concluir investimentos fundamentais, consolidar a recuperação financeira, continuar a modernização dos serviços municipais, e executar projetos que há muito eram aguardados pela população.

Sabemos que o caminho não será fácil, sabemos que continuarão a surgir obstáculos, mas também sabemos que Setúbal tem condições extraordinárias para afirmar-se como um dos grandes concelhos do País, tem pessoas, tem talento, tem empresas, tem património, tem capacidade de inovação e tem uma enorme vontade de construir um futuro melhor.

É essa confiança que nos move, uma confiança assente não em promessas fáceis, mas no trabalho diário, no rigor, na responsabilidade, na transparência e na convicção de que estamos a construir bases sólidas para os próximos anos.

Quero por isso terminar, renovando o agradecimento a todos os que participaram neste debate, a democracia faz-se assim, discutindo, ouvindo, discordando quando necessário, mas nunca perdendo de vista aquilo que verdadeiramente importa, o futuro de Setúbal, é por esse futuro que continuaremos a trabalhar todos os dias, com determinação, sentido de missão e profundo respeito pela confiança que os setubalenses depositaram em nós.

Presidente da Mesa – Muito obrigada senhora Vice-Presidente, isto quando olhamos para uma realidade, há quem sempre veja o copo meio cheio, o copo meio vazio, é uma questão de perceção, e, portanto, a democracia é feita mesmo disso. Muito boa noite a todos, obrigado!

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

7

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta minutos do dia onze de julho, de dois mil e vinte e seis.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 25 de setembro de dois mil e vinte e seis, contém sessenta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Paulo Alexandre da Cruz Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Tiago Manuel Rodrigues Pereira

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa.